

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**A Ação do Estado-Capital na Produção do Espaço e a Expropriação das
Comunidades Tradicionais no Município de Barra Dos Coqueiros/Se**

Luiz André Maia Guimarães Gesteira

São Cristóvão \ Sergipe
2017

Luiz André Maia Guimarães Gesteira

A Ação Estado-Capital na Produção do Espaço e a Expropriação das Comunidades Tradicionais no Município de Barra Dos Coqueiros/Se

Dissertação apresentada ao Programa
De Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe
como requisito para a obtenção do
Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração:
Organização do Espaço Agrário

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição

Ficha Catalográfica

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

G393a Gesteira, Luiz André Maia Guimarães
A ação estado-capital na produção do espaço e a expropriação das comunidades tradicionais no município de Barra dos Coqueiros/SE / Luiz André Maia Guimarães Gesteira ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2017.
158 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Capital (Economia). 4. Comunidades agrícolas – Barra dos Coqueiros (SE). 5. Agricultura e Estado. 6. Solo – Uso. 7. Mercado imobiliário. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

Ata da Sessão de Defesa



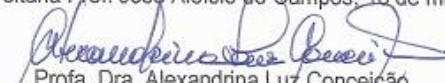
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



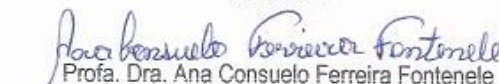
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de Luiz André Maia Guimarães Gesteira.

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório do Pós-Graduação em Geografia, bloco de administração II, andar superior, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de Luiz André Maia Guimarães Gesteira, intitulada: "A Ação do Estado-Capital na Produção do Espaço e a Expropriação das Comunidades Tradicionais no Município de Barra Dos Coqueiros/SE". A defesa foi presidida pela Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, que na qualidade de orientadora, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder à sua apresentação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora, composta pela Profa. Dra. Ana Consuelo Ferreira Fontenele e Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sérgio arguiu o candidato, destacando pontos relevantes do trabalho e levantando questões sobre o mesmo. Em ato contínuo, o mestrando apresentou suas considerações acerca das questões levantadas pelos membros da Banca e agradeceu as contribuições. Dando sequência, a Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição, orientadora, teceu comentários sobre a dissertação e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.


Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 16 de março de 2017.


Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

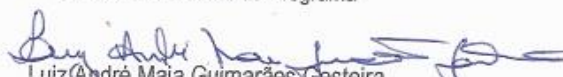
Presidente


Profa. Dra. Ana Consuelo Ferreira Fontenele

Examinador externo a Instituição


Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sérgio

Examinador externo ao Programa


Luiz André Maia Guimarães Gesteira

-Mestrando-

DEDICATÓRIA

Ao meu Pai, Luiz José Guimarães Gesteira

(In memorian). Agradeço a Deus, pois após um longo período de ausências, um dos maiores presentes que recebi em minha vida foram os anos que pude passar ao lado do meu Pai. Momentos alegres que guardo comigo, e que por tantas vezes me relembro com carinho.

AGRADECIMENTOS

Lutar por justiça e igualdade, enfrentando os que detêm o poder político e econômico, com amor e misericórdia para defender os mais fracos estão, sem dúvidas, entre os maiores ensinamentos da Vida de Jesus Cristo. Mesmo que a luta contra a ordem social estabelecida não tenha sido sua missão primordial, todo o trajeto seguido por Ele, suas escolhas e suas palavras deixaram absolutamente claro sua posição e a do Pai em relação à toda a desigualdade, exploração e miséria que o homem impõem ao próprio homem, pelo amor ao dinheiro e ao poder. *“Pois o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males” (Tm 6: 10)*. Por isso agradeço a Deus e ao Senhor Jesus por serem a expressão máxima do amor e de tudo que há de bom, como exemplo a ser seguido.

Agradeço a minha mãe e a minha tia Neide por terem cuidado de mim com todo o amor e atenção que uma pessoa pode receber, por todas as oportunidades que tive, pelo acesso às melhores leituras e ao melhor da música, por toda consciência política que pude desenvolver ao ser criado por duas pessoas tão especiais. Agradeço acima de tudo por todos os valores e exemplos que sempre me foram dados, exemplos de honestidade, dignidade, amor ao próximo, trabalho e dedicação.

Agradeço a minha filha Sophia por todo o carinho e amor que me dá em seus mais simples gestos, e por mesmo sem saber ser uma das minhas grandes motivações para estar sempre buscando melhorar em todos os aspectos de minha vida. Agradeço a minha esposa Cristianne, por toda a compreensão e apoio que sempre me deu para continuar estudando e trabalhando durante todo o período de escrita dessa Dissertação. E agradeço aos meus sogros Francineide e Francisco, e ao meu cunhado Luiz Henrique por todo apoio que me deram durante todo o período de minhas aulas.

A toda a minha família, avó, irmão, tios, sobrinhos e primos, por todo o apoio e pelos momentos de lazer nos quais pude reabastecer minhas energias para continuar estudando e trabalhando. A casa de minha avó é para mim expressão de diversão e de alegria, e nossas longas conversas e brincadeiras enquanto realizava minha pesquisa foram fundamentais para tornar os momentos de estudo mais agradáveis e proveitosos.

À minha orientadora, Professora Alexandrina Luz Conceição, exemplo de trabalho e de luta em defesa da classe trabalhadora e exemplo de dedicação aos seus alunos. Te agradeço não somente pelas várias horas de orientação, muitas delas em sua casa, se adaptando aos meus horários, mas também pelas reuniões do GPECT e por todos os momentos em que tive a

oportunidade de desfrutar de seu conhecimento e de sua dedicação, desde a primeira aula de Geografia Política ainda em 2005, até as orientações finais para a construção dessa Dissertação. Muito obrigado por ser o maior exemplo de seriedade, honestidade e compromisso que eu pude encontrar nesses mais de dez anos de vida acadêmica. Por tratar seus alunos como iguais, por ser firme sem perder a ternura, por confiar em minha capacidade e exigir sempre o melhor de seus orientandos, obrigado por se preocupar, obrigado por tudo.

Às Professoras Ana Consuelo Fontenele e Marleide Maria Santos, membros das bancas de qualificação e defesa da Dissertação, por toda a contribuição dada durante o processo de qualificação da Dissertação e por serem pessoas tão agradáveis, solícitas e dedicadas.

A todos os colegas do GPECT, em especial a José Danilo, por todo o apoio que me foi dado ao longo de todo o período de escrita da Dissertação. Grupo no qual pude encontrar uma concepção de união e de coletivo raras no ambiente acadêmico e na própria estrutura social em que vivemos. Onde novos alunos são recebidos ano após ano com carinho e com todo o apoio que só é possível para quem coloca o coletivo acima do individual.

Aos colegas de trabalho, Major Geovânio, Aspirante Jobson e Soldado Coelho, por toda a ajuda e concessões que me foram dadas ao longo desses dois anos de Mestrado para poder conciliar meu trabalho e meus estudos, sem as quais toda essa trajetória teria sido bem mais difícil.

Às catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros, especialmente à Dona Branquinha e Dona Silvana, mulheres trabalhadoras e lutadoras, por toda a receptividade e atenção com que sempre me trataram durante todas as visitas a campo realizadas no decorrer da pesquisa.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

A atividade extrativista desempenhada pelas catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros tem sido historicamente marcada por disputas e conflituosidades entre essas representantes das comunidades tradicionais locais e os proprietários de terras onde essas trabalhadoras realizam parte considerável de sua atividade. Todavia, mesmo esse cenário desfavorável à reprodução social e cultural dessas comunidades, regido pelas relações desiguais estabelecidas no conflito entre o uso e a propriedade legal da terra, nunca chegou a por em risco a continuidade da atividade patrimonial das catadoras de mangaba e tampouco sua perspectiva de permanência no espaço rural do município. Entretanto, desde a primeira década do século XX, o processo de produção do espaço regido pelo capital financeiro e que teve como estopim a construção da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros no ano de 2006 tem provocado uma danosa intensificação da especulação imobiliária no município, especializada de acordo com a lógica sociometabólica da acumulação capitalista que, em seus ajustes espaciais, vem se apropriando de vastas áreas do seu espaço rural a partir da construção de uma série de empreendimentos imobiliários, como condomínios fechados de casas, de apartamentos e de lotes urbanizados além da criação de extensas áreas de loteamentos abertos. Esse processo de apropriação do espaço pelo mercado imobiliário tem atingido amplamente o modo de vida e trabalho das comunidades tradicionais locais, que seguem uma lógica de trabalho e produção que depende, sobretudo, do extrativismo em áreas das quais não detêm a propriedade legal. Dessa forma, esses sujeitos sociais tem sido seriamente precarizados com o processo de expansão urbana que reduz intensamente as áreas disponíveis para o extrativismo dos frutos da restinga, comprometendo por completo sua autonomia a partir da terra, e com isso, também sua permanência no espaço agrário do município. Em outra faceta da ação do Estado, a própria administração municipal de Barra dos Coqueiros tem também promovido sérios empecilhos à sobrevivência e à permanência das catadoras de mangaba do município, ao definir as áreas dos povoados locais como perímetros urbanos, impondo com isso a cobrança de altas taxas de IPTU, as quais dificilmente poderão ser pagas por esses sujeitos sociais. Dessa forma, em multideterminações o Estado-capital estabelece a proposta da expansão urbana como modelo de desenvolvimento, frente à qual esses sujeitos sociais precisam articular-se e organizar-se em sua luta, inscrita na universalidade da expansão do capital sobre os territórios camponeses, luta para permanecer na terra, condição de vida, trabalho e autonomia.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Capital Financeiro, Ajustes Espaciais, Expropriação, Permanência.

ABSTRACT

The extractive activity carried out by the mangaba collectors of the municipality of Barra dos Coqueiros has been historically marked by disputes and conflicts between these representatives of the local traditional communities and the owners of lands where these workers perform a considerable part of their activity. However, even this scenario unfavorable to the social and cultural reproduction of these communities, governed by the unequal relations established in the conflict between the use and the legal ownership of the land, never endangered the continuity of the patrimonial activity of the mangaba collectors nor its perspective of permanence in the rural area of the municipality. Since the first decade of the twentieth century, however, the process of production of the area governed by financial capital, which had the construction of the Aracaju - Barra dos Coqueiros Bridge in 2006, provoked a damaging intensification of real estate speculation in the municipality. In accordance with the sociometabolic logic of capitalist accumulation which, in its spatial adjustments, has appropriated vast areas of its rural space by constructing a series of real estate projects, such as closed condominiums of houses, apartments and urbanized lots. The creation of large open lots areas. This process of appropriation of space by the real estate market has largely reached the way of life and work of local traditional communities, which follow a logic of work and production that depends, moreover, on extractivism in areas of which they do not have legal ownership. Thus, these social subjects have been seriously precarious with the process of urban expansion that intensively reduces the areas available for extractivism of the restinga fruits, completely compromising their autonomy from the land, and with that, also their permanence in the agrarian space of the municipality. In another facet of state action, the municipal administration of Barra dos Coqueiros has also promoted serious impediments to the survival and permanence of the mangaba collectors of the municipality, by defining the areas of the local villages as urban perimeters, thereby imposing the collection of High rates of IPTU, which can hardly be paid by these social subjects. Thus, in multideterminations, the capitalist State establishes the proposal of urban expansion as a model of development, against which these social subjects must articulate and organize themselves in their struggle, inscribed in the universality of the expansion of capital over the peasant territories, Struggle to remain on earth, condition of life, production and autonomy.

Keywords: Traditional Communities, Financial Capital, Spatial Adjustments, Expropriation, Permanence.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do município de Barra dos Coqueiros com destaque para a Ponte Aracaju - Barra -----	8
FIGURA 2 - Mapa da Divisão Zonal do Município de Barra dos Coqueiros/SE -----	27
FIGURA 3 - Placas e propagandas de venda de terras e novos empreendimentos no município de barra dos coqueiros -----	29
FIGURA 4 - Estrada de acesso à Cooperativa das Catadoras de Mangaba -----	37
FIGURA 5 - Condomínios de prédios na cabeceira da Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros -----	42
FIGURA 6 - Localização geográfica dos diferentes perfis de empreendimentos imobiliários na zona urbana e de expansão de Barra dos Coqueiros/SE -----	44
FIGURA 7 - Balsas, lanchas e tototós: os meios de transporte tradicionais entre Barra dos Coqueiros e Aracaju -----	47
FIGURA 8 - Vista aérea da Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros -----	49
FIGURA 9 - Rodovias José de Campos e SE-100 -----	51
FIGURA 10 - Complexo Desportivo e de Lazer Dr. Jugurta Barreto -----	52
FIGURA 11 - Nova estação de tratamento de esgoto da Deso em Barra dos Coqueiros e obras do sistema de esgotamento sanitário do município -----	53
FIGURA 12 - Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju -----	57
FIGURA 13 - Propaganda no Site Oficial do Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju -----	61
FIGURA 14 – Antigo Eixo Comercial de Barra dos Coqueiros, com a Praça de Santa Luzia, as ruínas do antigo posto de combustíveis e ruínas do antigo terminal hidroviário -----	64
FIGURA 15 - Aracaju Parque Shopping com Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros ao fundo -----	66
FIGURA 16 - Canteiro de obras do Costa Paradiso Club Rezidencial e Pórticos de Entrada do Costa Paradiso Club Rezidencial e do Damha I Sergipe -----	69
FIGURA 17 - Complexo de Condomínios Alphaville em Barra dos Coqueiros -----	70
FIGURA 18 - Pórticos de entrada do Thai Residence e do Maikai Residencial Resort -----	70

FIGURA 19 - Área do Condomínio Fechado de Lotes Urbanizados Maikai Residencial Resort -----	71
FIGURA 20 - Propaganda de condomínios fechados às margens da Rodovia SE-100 em Barra dos Coqueiros -----	73
FIGURA 21 - Mapa geral de construções no Município de Barra dos Coqueiros/SE -----	77
FIGURA 22 - Placas de indicação de perímetro urbano no espaço agrário do Município de Barra dos Coqueiros/SE -----	98
FIGURA 23 - Área em recente processo de ocupação nas proximidades da rótula do Povoado Jatobá -----	115
FIGURA 24 - Área anteriormente ocupada no Povoado Jatobá, fotografada após processo de reintegração de posse -----	116
FIGURA 25 - Mapa de ameaças e demandas relativas ao extrativismo da mangaba em Sergipe -----	118
FIGURA 26 - As catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, seu trabalho e sua produção -----	138

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Tipificação das áreas de extração e produção da mangaba no Município de Barra dos Coqueiros em (%) ----- 22

GRÁFICO 2 - Destinação dos frutos de mangaba colhidos no Município de Barra dos Coqueiros em (%) ----- 35

GRÁFICO 3 - Atividades laborativas desenvolvidas pelos entrevistados em (%) ----- 122

LISTA DE TABELAS

**Tabela 1 - Crescimento Populacional do Município de Barra dos Coqueiros/SE nas
Décadas 1990 e 2000 ----- 9**

**Tabela 2 - Porcentagem da área destinada ao extrativismo da mangaba em relação à
área total dos municípios produtores ----- 120**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CoopMESE: Cooperativa de Economia Solidária das Mulheres Extrativistas de Sergipe

Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR: Imposto Territorial Rural

MCM: Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

ResEx: Reserva Extrativista

SUMÁRIO

Introdução	1
Metodologia de Pesquisa	11
Apresentação dos Capítulos	13
1 - As Comunidades Tradicionais: Terra, Trabalho e Produção	15
1.1 Características Sociais de Trabalho e Produção das Comunidades Tradicionais	18
1.2 Terra de Trabalho x Terra de Negócio	25
1.3 O Extrativismo da Mangaba e a Realidade Material dos Sujeitos Sociais Envolvidos no Processo	33
2 - A Produção Capitalista do Espaço, da Universalidade à Particularidade: o Caso do Município de Barra dos Coqueiros/SE	39
2.1 A Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros, a Infraestrutura do Estado e as Metamorfoses no Espaço	47
2.2 A Infraestrutura da Iniciativa privada	55
2.2.1 O Processo de Expansão do Mercado Imobiliário no Município de Barra dos Coqueiros/SE e os Perfis dos Empreendimentos	68
2.3 Especulação, Renda e Valor da Terra: o modo capitalista de produção e a urbanização como modelo de desenvolvimento	82
2.3.1 Da Especulação à Expropriação: os decursos da produção do espaço pelo capital	91
3 – O Estado-capital e as Comunidades Tradicionais de Barra dos Coqueiros/SE: conflito e permanência	96
3.1 As Facetas do Estado Funcional ao Capital	98
3.1.1 O Cerceamento do Campesinato	102

3.1.2 A Propriedade legal x O Uso legítimo -----	107
3.2 Precarização e Conflito: análise da realidade das comunidades tradicionais a partir da análise da fala dos sujeitos sociais -----	110
3.2.1 Expansão Urbana e Conflito no Espaço Agrário da Península de Santa Luzia: a fala dos sujeitos sociais -----	110
3.2.2 A Precarização do Trabalho e o Trabalho Precarizado -----	121
3.3 Constatações e Proposições: estratégias de resistência na luta das comunidades tradicionais -----	126
3.3.1 A União Como Estratégia de Resistência -----	130
3.3.2 A Organização e a Articulação Política Como Estratégias de Resistência -----	132
3.4 Ação, Mediação e Contradição: demandas das comunidades ao Estado -----	140
Considerações Finais -----	144
Referências Bibliográficas -----	148
Apêndices -----	156

Introdução

A necessidade da expansão contínua do modo capitalista de produção, na qual não só é necessário inserir novos espaços em sua lógica da acumulação, mas também adequar e recriar espaços já amplamente inseridos nessa lógica para suprir as demandas criadas em um determinado tempo histórico e em uma determinada área geográfica, produz e reproduz o espaço a partir da ação do Estado-capital de acordo com o movimento do desenvolvimento desigual e combinado, objetivando sempre a ampliação do lucro, condição essencial para a sua reprodução.

Em sua fluidez e flexibilidade o capital busca novos espaços ou a renovação de antigos espaços para a acumulação, fazendo uso de diferentes estratégias de ação em sua expansão sociometabólica. Dentre essas, o turismo e o mercado imobiliário têm se destacado no âmbito do capital financeiro como destacadas forma de expansão capitalista, a partir da mercantilização do tempo livre e da especulação imobiliária.

Na especificidade do mercado imobiliário, muitas vezes indissociável do turismo, os lucros das construtoras e incorporadoras ocorrem a partir dessa especulação, gerando uma valorização crescente do solo e de empreendimentos futuros, com a exploração do trabalho humano que transforma a terra, seja ela urbana ou rural, em empreendimentos imobiliários com imensa agregação de valor. Nas áreas de destacado interesse turístico esse processo se acentua sobremaneira, com a atividade turística, fortemente vinculada a fatores diferenciais de renda da terra, desempenhando uma função fundamental para os ajustes espaciais do modo de produção hegemônico.

Mesmo tendo sua concepção como algo anterior ao próprio modo capitalista de produção, uma vez que se

Inicia como uma necessidade básica e vai transformando-se historicamente; adquire inúmeras variações conceituais, mas sempre mantendo sua espinha dorsal de significação, passando por tempo liberado, tempo de não-trabalho, tempo livre, ócio, lazer e, na forma contemporânea, como atividade turística. Configurando-se como mercadoria cujo valor de uso e de troca permite a maximização no processo acumulação de capital. (SANTOS FILHO, 2009).

O turismo com toda a roupagem que adquire na contemporaneidade, sob a égide do capital, torna-se uma estratégia sobremodo importante para a sua reprodução. Inserido no discurso da sustentabilidade social e ambiental, fetichiza a partir da ideia do consumo e usufruto da natureza e através da falácia do progresso e do desenvolvimento sustentável, tornando-se uma destacada forma de expansão do capital financeiro.

A união entre turismo e mercado imobiliário possui, além do processo fetichização inerente à sua combinação, um potencial de transformações espaciais bastante relevante, uma vez que agrega a rotatividade do turismo hoteleiro à especulação imobiliária e ao acréscimo de novas demandas populacionais com a apropriação e privatização do espaço. Promovendo, dessa forma, intensos processos de expropriação territorial com rupturas no modo de vida de populações nativas e em geral pauperizadas, atingidas pelo modelo de desenvolvimento fincado na urbanização com vistas à ampliação da acumulação.

Essas vicissitudes, no entanto, são ideologicamente ignoradas, em um processo inserido na lógica imperialista do desenvolvimento desigual e combinado no qual cabe à periferia do mundo - dentro dos ajustes espaciais do capital - a função de espaço de lazer irrestrito, social e ambientalmente desregulamentado.

A ideologia do turismo, ao reservar à periferia em geral e ao Brasil em particular a função de servirem de “colônia de férias” dos habitantes dos países centrais, acaba reforçando a máxima da disponibilidade colonial: de que existimos para satisfazer as necessidades metropolitanas, agora como “museus vivos”, serviços, paisagens maravilhosas e fontes de prazer sexual. É por isso que o turismo é uma forma de fetichismo e de dependência. (OURIQUES, 2005, Apud SANTOS FILHO, 2009).

No âmago do desenvolvimento desigual e combinado as relações entre colônia e metrópole se estabelecem também através do turismo, seguindo uma lógica semelhante ao que ocorre no meio industrial. Neste, o capital busca seus ajustes expandindo e realocando suas estruturas em busca das condições materiais favoráveis. Entre elas, a força de trabalho precarizada com frágeis direitos trabalhistas e as escassas exigências em relação à proteção ao meio ambiente, o que se dá, sobretudo, nos países periféricos.

No caso do turismo, se soma a isso a busca incessante pelas belezas cênicas que possam auferir renda diferencial ao capitalista a partir da privatização da paisagem, em geral em um contexto de desrespeito ao patrimônio cultural e aos direitos sociais dos povos tradicionais. Panorama típico de como a atividade é exercida nessas nações, nas quais as mais esdrúxulas imposições do capital financeiro são mais facilmente acatadas e a expansão do capital encontra terreno fértil frente às fragilidades legais e às legitimações sociais para realizar-se.

E mesmo compreendendo que não é uma especificidade desses Estados mediar a reprodução do capital, que é amplamente fomentada também nas nações economicamente mais desenvolvidas, - a partir obviamente de outra lógica, seguindo a perspectiva do desenvolvimento desigual - analisamos que é na periferia do mundo onde certamente as

condições para isso se apresentam de forma mais cruel, e por isso com maior margem para a ampliação do lucro.

Outro ponto fundamental no processo de expansão capitalista, sobretudo, quando essa se dá sobre áreas anteriormente com características rurais, é o fato de serem criadas novas demandas de mercado ao capital, absorvendo mão de obra e capital excedente a partir do aumento da população no espaço produzido. Fator que possibilita a ampliação do lucro garantindo em multideterminações a continuidade da reprodução de capital. Essa expansão, fincada nos ajustes espaciais está estruturada em variadas facetas, através das quais o capital financeiro em sua aliança com o Estado, a verdadeira mão invisível que lhe dá suporte, garante a ampliação da acumulação.

Para que isso ocorra, no entanto, o modo de produção capitalista precisa agir em diferentes frentes, garantindo que as condições para a produção do espaço e a ampliação do lucro sejam de fato satisfeitas. Nesse ponto, percebemos a ação fundamental do discurso embutido na superestrutura capitalista, arcabouço ideológico e institucional criado para garantir o movimento de expansão do capital, que através de todo um processo de reificação tende à criação de novas necessidades e atribuição de novos valores às estruturas espaciais e ao seu usufruto. A partir disso, seus produtos, desde imóveis em condomínios fechados à suítes e chalés em resorts, podem ser supervalorizados com condições outrora supérfluas agregadas a eles. Assumem assim uma posição de necessidade a partir do processo de fetichização da mercadoria (MARX, 2013), pelo qual se agrega ideologicamente a noção de status e de realização a partir da compra e da possibilidade de usufruto de um determinado produto, criado a partir do trabalho humano, mas que assumi dentro dessa lógica, características que extrapolam sua condição real.

No que se refere especificamente ao mercado turístico-imobiliário, mesmo com a criação das novas necessidades de consumo é necessário que as estruturas espaciais estejam prontas para satisfazer aos propósitos do capital. Ocorre, entretanto, que em vários locais as demandas do mercado não correspondem à realidade espacial que de fato se apresenta, sendo necessária nesse momento a intervenção do Estado, ator social fundamental através da história para a reprodução ampliada do capital, a partir de suas mediações e subsídios.

Ainda que as máscaras do neoliberalismo com a falácia do “Estado mínimo” a façam parecer contraditória, a ação do Estado é, de fato, necessária à reprodução capitalista. E isso se dá das mais variadas formas, fundamentando-se desde a mediação capital-trabalho a partir da negociação política e da repressão, e estendendo-se até à construção e distribuição de sua infraestrutura no arranjo espacial como estímulo à produção e ao consumo. Assim nos explica (HARVEY, 2005, p.152), “*O Estado pode empreender os investimentos infraestruturais que os capitalistas individuais não são capazes de assumir*”.

Ao produzir o espaço, complementando a ação da iniciativa privada e subsidiando sua exploração, o poder público assume a condição desse espaço enquanto mercadoria. Como o modo de produção não é apenas produzido, mas sim, reproduzido continuamente, assim também o processo de formação espacial é contínuo, com espaços novos sendo produzidos nos moldes da exploração capitalista, enquanto outros são adequados de acordo com os propósitos do capital para um determinado tempo histórico e localização geográfica, e ainda outros são declarados obsoletos, abandonados e destruídos. Sendo assim “*a formação espacial é a própria formação econômico-social, espacializada, contendo sua estrutura e leis de movimento, e nela estando contida*”. (MOREIRA, 1982, p.24).

Analisando então que a produção do espaço se dá seguindo a lógica da reprodução capitalista, discutiremos algumas vicissitudes causadas pela expansão da espacialização do mercado especulativo turístico e imobiliário, que é, na verdade, a expansão da acumulação do capital financeiro, em sua materialização em um panorama predominantemente rural. Em um processo inscrito na lógica mundial dos ajustes espaciais do capital, e que por isso se reproduz com as suas devidas especificidades em variadas localidades do globo, afetando implacavelmente o espaço e as relações dos sujeitos sociais que se colocam no caminho de sua expansão.

Compreendemos, nesse sentido, que a dinâmica do modo de produção hegemônico não respeita as peculiaridades locais, por mais que em diversas oportunidades aproprie-se delas em favor de sua reprodução. Sendo assim, as distinções presentes na forma de organização e relação com os meios de produção características do espaço agrário podem apresentar efeitos singulares frente aos impactos promovidos pela ação do Estado e da iniciativa privada. Apresentando consequências distintas e por vezes mais destrutivas do que as que presenciamos em áreas urbanas, já amplamente inseridas na dinâmica do modo de produção e na formação espacial capitalista.

Nessa perspectiva, as comunidades rurais tradicionais, sobretudo quando mantêm características sociais e culturais tipicamente camponesas, em uma relação na qual a terra se estabelece enquanto condição de vida e de reprodução social, tendem a ser sobremodo afetadas por essas intervenções e metamorfoses espaciais. As vicissitudes impostas pela produção do espaço são potencializadas, em especial, em cenários onde já existe algum tipo de tensão, conflito e/ou precarização do trabalho e da vida dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, a área de estudo dessa pesquisa, que será o espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros/SE, apresenta as condições acima descritas, se caracterizando por uma fragilidade fundamental para a precarização desses sujeitos sociais tradicionais, que é o fato dos integrantes das comunidades extrativistas locais em geral não possuírem a propriedade da terra da qual retiram sua possibilidade de autonomia, através, sobretudo, da cata da mangaba. Estando dessa forma ainda mais vulneráveis à expropriação promovida pelo capital, uma expropriação que na teoria parece não existir, já que esses indivíduos não usam a terra como posseiros, e nem tampouco detêm sua propriedade legal, mas que na prática se dá no sentido de cercear o acesso deles à sua condição fundamental de reprodução social e de permanência em seu modo de vida e produção, limitando ou impedindo o acesso a seu objeto de trabalho, condição *sine qua non* para a sua autonomia e permanência.

É justamente nesse viés de abordagem, de um fenômeno que tem um plano de ação e se estabelece a partir de uma perspectiva universal, especializando-se e explorando diferentes localidades em uma lógica de reprodução sociometabólica, que analisaremos a particularidade dessa manifestação da expropriação territorial capitalista no espaço agrário das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, conceituando em nossa perspectiva de análise, o capitalismo como

Um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas [...] Em comparação ao qual todos os estágios anteriores parecem meros desenvolvimentos locais da humanidade e como mera idolatria da natureza [...] O capital se impulsiona além das barreiras nacionais, e prejudica a adoração da natureza, assim como todas satisfações tradicionais, limitadas, incrustadas das necessidades ao alcance, e as reproduções dos antigos estilos de vida. (MARX, Apud HARVEY, 2005, p. 72).

Nesse sentido é notadamente oposto à relação patrimonial, de pertencimento e de respeito à terra e à natureza, características do modo de vida campesino. Criando assim contradições que pela sua própria natureza expansível e caótica, prosseguem se especializando e criando conflitos em novas áreas ainda não amplamente inseridas em sua

lógica de acumulação. Seja subordinando a renda da terra ao seu modo de produção e exploração, quando “tão somente” monopoliza o espaço, ou então, como no caso que estudamos no espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros/SE, expropriando os sujeitos sociais dos territórios nos quais o lucro capitalista depende essencialmente de sua territorialização para se estabelecer. Como ocorre na lógica do turismo e da especulação imobiliária, que carecem da construção de toda uma infraestrutura para garantir sua expansão.

Situação Geográfica da Área de Estudo

A partir da lógica de expansão do mercado imobiliário e devido à sua proximidade com a capital sergipana e a seus atributos paisagísticos, o município de Barra dos Coqueiros/SE foi inserido nas últimas duas décadas em um acentuado processo de especulação imobiliária caracterizado pela aliança entre Estado e iniciativa privada. Processo esse que teve como estopim a construção da Ponte que liga o município à Aracaju, mas, que também tem sido caracterizado por uma série de outras mediações do Estado no sentido de fomentar a contínua apropriação de terras pelo mercado turístico e imobiliário, a partir, sobretudo, da construção de inúmeras infraestruturas em diversas áreas do município, as quais são condição essencial à atração de novos empreendimentos.

Na medida em que essa apropriação do solo, inicialmente concentrada ainda no perímetro urbano e na zona de expansão municipal avança em direção às áreas centro-norte e norte do município, ainda predominantemente rurais, ocupando grandes faixas de terra ao longo das praias de Barra dos Coqueiros, intensifica antigos conflitos e cria novas vicissitudes para as comunidades extrativistas tradicionais, como a gradativa redução das áreas disponíveis para o extrativismo da mangaba e dos demais frutos da restinga. Processo que vem acirrando a disputa pelo uso da terra, fomentando sua valorização e com isso a intensificação contínua do processo em curso, que coloca em risco a possibilidade de permanência das comunidades tradicionais locais em seu modo de vida e reprodução social, como também em sua lógica cultural e nas relações de trabalho e produção tradicionalmente desenvolvidas, causando com isso um verdadeiro decurso de ingerência da produção capitalista do espaço sobre o modo de vida camponês.

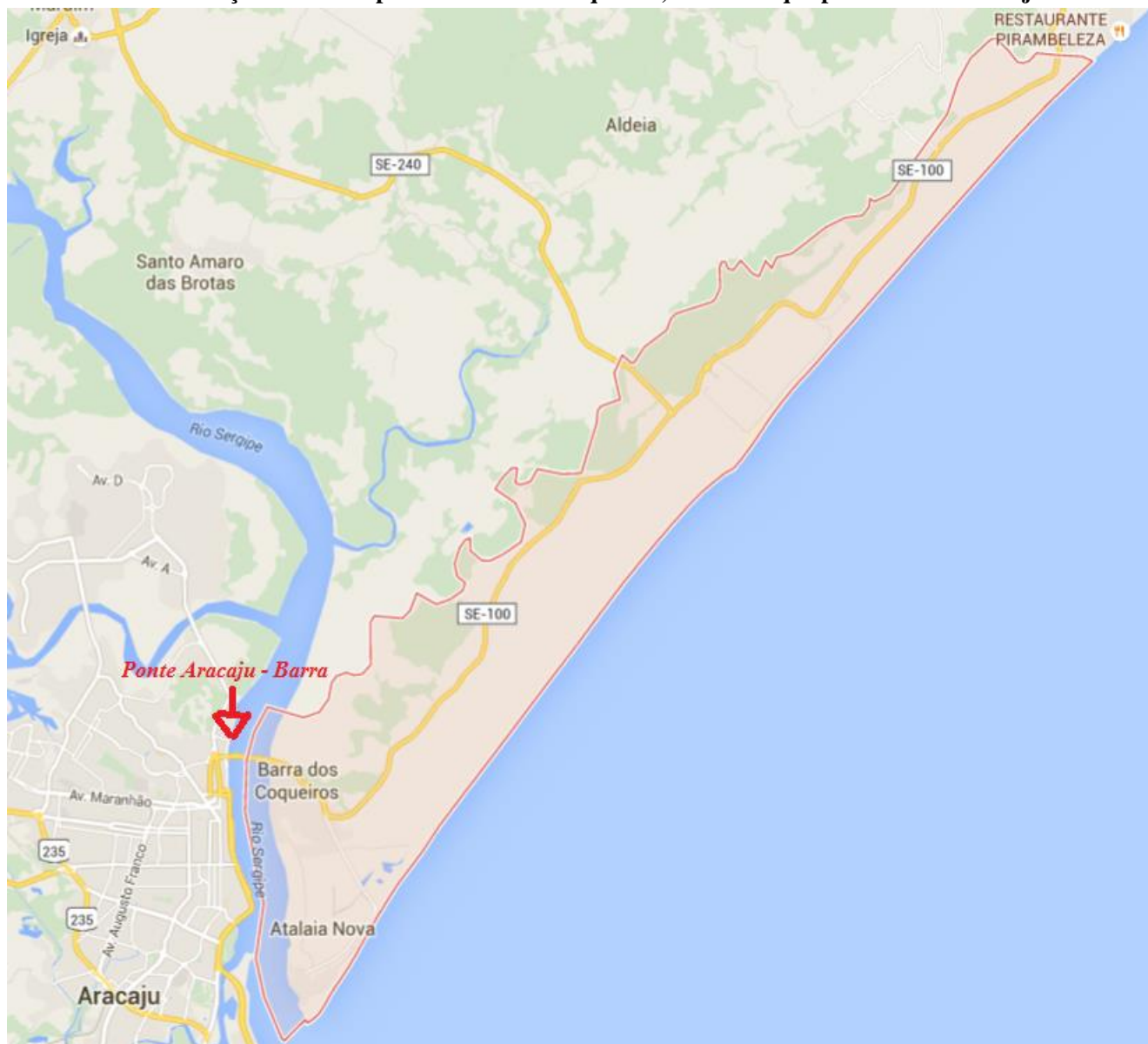
Desta forma, buscaremos no presente trabalho analisar as relações que se estabelecem na produção do espaço a partir de uma perspectiva crítica, analisando seus efeitos nas comunidades tradicionais, identificando as mudanças no uso e valor da terra, na divisão social e territorial do trabalho, e o processo de apropriação e expropriação territorial que se estabelece e vem se intensificando no município com o avanço da especulação imobiliária em seu espaço agrário. Assim como, analisaremos as demandas e perspectivas de ação dos sujeitos sociais envolvidos pela lógica de produção e expropriação territorial capitalista.

No intuito de uma melhor análise do recorte territorial pesquisado e com o objetivo de identificar as mudanças socioespaciais inerentes ao processo estudado, discutiremos nas próximas páginas alguns dados relativos ao crescimento populacional e à valorização do solo no município, antes de empreender maiores reflexões teóricas, com intuito de melhor situar o recorte territorial estudado e com isso a leitura da realidade que nos propomos a realizar.

Com uma área de 90,3 Km² e uma população estimada de 24.976 habitantes em 2010, o município de Barra dos Coqueiros, antigamente conhecido como Freguesia de Nossa Senhora dos Mares de Barra dos Coqueiros, e elevado à condição de cidade em 1953, está localizado na faixa leste do estado de Sergipe, a uma distância de aproximadamente um quilômetro do centro do município de Aracaju, do qual é separado pelo Rio Sergipe e recentemente – desde o ano de 2006 - interligado pela Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros (Figura 1).

O município, como já citado, vem passando nas últimas duas décadas e, sobretudo, após a edificação da supracitada ponte, - grande infraestrutura estatal que tem possibilitado a expansão do capital em seu território - por um acentuado processo de especulação imobiliária, com o licenciamento e construção de uma série de novos empreendimentos, - entre condomínios fechados de casas, lotes urbanizados e apartamentos – o que, conseqüentemente, tem promovido um considerável crescimento em seu contingente populacional.

FIGURA 1- Localização do Município de Barra dos Coqueiros, com destaque para a Ponte Aracaju - Barra



Fonte: Google Mapas.

Como podemos observar na Tabela 1, no período que vai do ano de 2007 a 2010, ou seja, logo após a construção da supracitada ponte, o aumento do contingente de habitantes em Barra dos Coqueiros foi de aproximadamente 30%, ou seja, um aumento anual de 10% na população do município, o que difere completamente da curva que vinha seguindo nas décadas anteriores, e até mesmo em relação à média estadual e nacional no mesmo intervalo de tempo. Nesse período, o aumento da população ficou em torno de 1920 habitantes por ano, ou seja, mais de seis vezes superior à média de crescimento vegetativo experimentada na década anterior, de cerca de 300 habitantes anualmente (IBGE, 2010).

Tabela 1 - Crescimento populacional do Município de Barra dos Coqueiros/SE nas décadas de 1990 e 2000

Evolução Populacional			
Ano	Barra dos Coqueiros	Sergipe	Brasil
1991	12.727	1.491.876	146.825.475
1996	15.920	1.616.185	156.032.944
2000	17.807	1.784.475	169.799.170
2007	19.218	1.939.426	183.987.291
2010	24.976	2.068.017	190.755.799

Fonte: IBGE, 2010

Os dados sobre o aumento populacional em Barra dos Coqueiros podem ser ainda bem mais significativos em uma futura análise, se avaliarmos que em 2010 parte considerável dos empreendimentos que já podem ser identificados atualmente no município ainda não tinham sido construídos, como o Thai Residence, o Maikai Residencial Resort e os diversos condomínios de prédios existentes no município. Outro ponto central nessa análise é o quanto a perspectiva de aumento da população pode ser ainda mais relevante, levando em conta a quantidade de empreendimentos de grande porte atualmente em construção em Barra dos Coqueiros, como o Residencial Damha I Sergipe, o Costa Paradiso Club Residencial e todo o Complexo Alphaville que com seus vários condomínios soma sozinho aproximadamente cinco mil novos imóveis, os quais geram uma perspectiva de aumento populacional sem precedentes para o município, e com isso também a possibilidade de uma série de vicissitudes socioespaciais, em especial levando em conta as deficiências na estrutura urbana, de abastecimento de água e de saneamento e esgotamento sanitário da localidade, que tende a ser

sobrecarregada com o vertiginoso aumento no contingente populacional que já pode ser presenciado e que tende a se desenvolver ainda mais no decorrer dessa década.

Levando em consideração toda a demanda originada por esse aumento populacional, tanto a partir da necessidade de novos investimentos infraestruturais do poder público, como na perspectiva do fomento de novas necessidades de consumo atreladas à expansão imobiliária e populacional, percebemos o papel fundamental do Estado em suas mediações para os ajustes espaciais do capital.

Analizando também que o município historicamente nunca dispôs de infraestrutura urbana adequada para sua população e que parte dos novos moradores e/ou visitantes que se estabelecem tendem a vivenciar uma realidade bastante distinta, a partir da estrutura implantada nos condomínios fechados de “alto padrão”, observamos a perspectiva de um processo de *apartheid* social a partir da auto segregação e da privatização da natureza na lógica do turismo e da especulação imobiliária. Nesse sentido, as mazelas que esse aumento populacional tende a causar atingirão tanto as populações tradicionais do espaço agrário de Barra dos Coqueiros como a população pauperizada de sua área urbana.

No mesmo intervalo de tempo no qual trabalhamos a perspectiva de aumento populacional no município de Barra dos Coqueiros, o que mais chama a atenção, entretanto, é a valorização da terra no município, que no período de 2005 a 2016 sofreu variações sem precedentes na história local, sobretudo nas áreas mais próximas à Ponte, o que demonstra o quanto o processo de especulação imobiliária continua seguindo uma tendência de crescente espacialização no município, mesmo uma década após a construção da Ponte Aracaju-Barra.

Houve uma explosão imobiliária na Barra dos Coqueiros. Os preços estão compatíveis com os valores praticados na capital'. A afirmação é do corretor Haroldo Lima da Imobiliária PCL, sobre a nova situação de valorização imobiliária encontrada por engenheiros e arquitetos após a construção da Ponte Construtor João Alves. Para dar respaldo à sua afirmação, revela que um terreno ofertado ano passado para venda, no valor de R\$ 90 mil, agora sustenta uma placa indicando o valor de R\$180 mil. 'Terrenos que valiam R\$80 mil as pessoas estão pedindo R\$ 200 mil. Eu nunca vi um efeito tão grande como houve com essa ponte na área de terrenos, imóveis para alugar ou vender na Barra. (JORNAL DA CIDADE, 2014).

Desdobramentos claros da produção do espaço promovida pelo capital no município, com os diversos tipos de subsídios financeiros, infraestruturais e jurídico-institucionais negociados pelo Estado. Valorização que tende a impulsionar ainda mais a expansão do mercado imobiliário, o avanço do urbano sobre o rural e a diminuição de terras passíveis de uso para fins agrários, fomentando e acirrando conflitos e precarizando a perspectiva de reprodução social das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros.

Metodologia de Pesquisa

Método:

Partindo da compreensão de que no estudo das relações humanas de trabalho e produção, os fenômenos têm de ser analisados a partir da universalidade na qual estão inseridos, a qual influencia diretamente sua origem e desdobramentos. E compreendendo que é somente a partir do diálogo entre teoria e realidade que podemos alcançar reflexões de fato críticas e fundamentadas que escolhemos o método dialético para balizar essa pesquisa.

A opção pelo método do materialismo histórico dialético permite apreender as contradições e as transformações sociais na explicativa do real através das mediações. Possuindo também como ponto fundamental a busca pela dimensão da totalidade das relações, uma vez que a produção do conhecimento não pode se efetivar de forma compartimentalizada, como apenas um amontoado de informações, mas, deve buscar a perspectiva histórica para analisar o presente e a universalidade para entender a particularidade, a qual é, em geral, o objeto de análise do cientista social.

A partir da perspectiva dialética buscaremos analisar os fenômenos de produção do espaço, apropriação e expropriação territorial observados na dimensão local, avaliando que estão inscritos no âmbito mundial da expansão do modo capitalista de produção. Pretendemos também, seguindo essa mesma linha de análise, estudar as facetas da relação Estado e capital a partir das metamorfoses produzidas no espaço estudado, não a partir de uma lógica estanque, fundamentada em uma análise conjuntural, mas sim buscando embasamento na estrutura historicamente desenvolvida no processo de acumulação, marcado pelos ajustes espaciais do capital. Desta forma, objetivamos compreender além das peculiaridades do local e do agora, a universalidade das relações durante as reflexões realizadas no decorrer da pesquisa.

Procedimentos:

Para a realização da pesquisa escolhemos alguns procedimentos metodológicos essenciais visando alcançar os objetivos propostos. Inicialmente, destacamos o viés de análise documental, no que se refere à coleta de dados institucionais de órgãos como Embrapa, INCRA e IBGE. Também fazemos uso de cartogramas e fotografias, e destacando ainda mais a perspectiva documental da pesquisa, daremos atenção especial as obras usadas na construção de todo o referencial bibliográfico, que são parte fundamental no desenvolvimento dessa dissertação.

Também são de grande importância para a pesquisa os dados estatísticos colhidos sobre valor e uso do solo, direcionando, nesse sentido, os cartogramas para a identificação do quantitativo de empreendimentos imobiliários subsumidos no recorte territorial nas últimas duas décadas, sua evolução cronológica, distribuição e tendência de direcionamento espacial. Avaliamos também a correlação da expansão imobiliária em áreas rurais com os tipos de atividades realizadas anteriormente nas áreas já apropriadas e em vias de apropriação pelo capital turístico-imobiliário com base na análise documental, para, a partir daí, realizar a análise dos impactos sociais causados por essa expansão, apropriação e expropriação territorial.

No âmbito da pesquisa de campo *in locu* realizamos as entrevistas como etapa fundamental da pesquisa, sendo especialmente usadas as de caráter focalizado, que priorizam uma conversa sem caráter formal, mas objetivando um tema específico, assim como utilizamos entrevistas e por pautas, explorando no decorrer do diálogo pontos de interesse do pesquisador com correlação entre si. Nesse sentido, o objetivo é deixar o entrevistado se comunicar livremente, apenas direcionando o diálogo e intervindo quando a entrevista fugir da temática abordada. Em alguns momentos, no entanto, houve a necessidade de uso de entrevistas estruturadas, com uso de perguntas específicas e necessidade de respostas mais diretas, em especial quando a coleta de dados esteve mais voltada à perspectiva de análise quantitativa.

Nesse sentido, objetivamos enfatizar na etapa de escolha dos entrevistados e análise das entrevistas, a compreensão das contradições entre os sujeitos sociais tradicionais e os agentes promotores da (re) produção espacial. Visando construir um entendimento articulado no âmbito das relações sociais travadas nesse contexto, a partir do estudo dos conflitos e das diferentes demandas existentes entre o capital financeiro e as comunidades tradicionais, sobretudo a partir da perspectiva das catadoras de mangaba.

Apresentação dos Capítulos

A presente Dissertação está estruturada em três capítulos, com seus respectivos tópicos e subtópicos. No primeiro capítulo analisaremos a história da formação espacial do município, sobretudo na especificidade de sua estrutura agrária. Buscaremos nesse capítulo, a compreensão de como se estabelece a relação histórica das comunidades tradicionais com a terra, com os proprietários e demais moradores da área, e com o próprio Estado, para traçar um perfil das principais áreas hoje ocupadas e em vias de ocupação pelo mercado imobiliário, em contraste com suas características históricas, a partir da dicotomia entre a terra de trabalho do camponês e a terra de negócio do capital turístico e imobiliário. Além disso, trazemos uma reflexão com base na perspectiva do extrativismo da mangaba no fortalecimento da resistência camponesa na localidade, e como o processo que vem se territorializando no recorte territorial estudado pode estar minando esse potencial.

No segundo capítulo centramos nossa reflexão na produção do espaço na perspectiva do modo capitalista, partindo da universalidade das relações do modo de produção hegemônico, para compreender o que de fato presenciamos e analisamos na particularidade do município de Barra dos Coqueiros, em uma perspectiva de análise a partir desse par dialético. A partir disso discorreremos sobre a ação do Estado e da iniciativa privada na construção da infraestrutura necessária à exploração do capital, e como essa ação fomenta e reproduz todo o processo de especulação imobiliária, a construção de uma série de empreendimentos de diferentes perfis no município e a mudança no uso e valor da terra. Culminando no decurso da expropriação das comunidades tradicionais a partir da produção do espaço, inserida na necessidade incessante de expansão da acumulação de capital, a partir de seus ajustes espaciais.

No terceiro capítulo, direcionamos a discussão para os desdobramentos provocados pela produção capitalista do espaço no modo de vida e reprodução social das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, com destaque para as catadoras de mangaba. Estudaremos as principais dificuldades encontradas por esses sujeitos sociais frente a esse processo, os conflitos e demais vicissitudes já territorializadas no espaço, assim como possíveis novos óbices à subsistência e permanência desses sujeitos sociais em seu modo de vida e produção.

Nesse capítulo também abordamos as metamorfoses nas relações de trabalho e produção dentro da perspectiva de substituição da atividade extrativista pelo trabalho assalariado e a partir da mudança no perfil de trabalho e produção na área rural do município.

Analisaremos as entrevistas realizadas contextualizando-as a algumas teorias a respeito da resistência e autonomia do campesinato frente às intervenções do capital, e a partir disso discutiremos as perspectivas para as comunidades tradicionais locais tendo em vista os direcionamentos que estão sendo conduzidos pelo Estado e pela iniciativa privada no município, discutindo ações a partir da organização política dos sujeitos sociais em sua luta por permanência e autonomia, assim como as perspectivas desses sujeitos em relação à ação do poder público.

Nas considerações finais buscamos expor e discutir as conclusões alcançadas no decorrer de toda a pesquisa realizada, a partir de uma retomada das discussões realizadas ao longo da pesquisa, contextualizando a escrita dos capítulos a partir do movimento dialético intrínseco à produção do espaço e às relações sociais condicionantes e condicionadas por este.

Capítulo I

As Comunidades Tradicionais: Terra, Trabalho e Produção

Para melhor fundamentar nosso estudo, e entender a dinâmica de vida e de trabalho dos sujeitos sociais os quais estudaremos, assim como para analisar em que cenário, de fato, se estabelece a perspectiva de produção do espaço e expropriação territorial capitalista no município de Barra dos Coqueiros, realizaremos inicialmente uma retomada histórica da formação espacial do município, sobretudo em seu espaço agrário, *locus* da nossa pesquisa. Objetivando com isso entender as metamorfoses atuais a partir da perspectiva histórica, uma vez que é imprescindível compreender as condições materiais pretéritas na produção do presente, assim como o é, entender a universalidade dos fenômenos ao estudar a particularidade do local.

Nesse sentido, identificamos no município de Barra dos Coqueiros no decorrer do Século XX, uma considerável importância das atividades agrárias no desenvolvimento da economia e na criação de seus povoados, com destaque histórico para a cocoicultura. Uma vez que, antes mesmo de seus fundamentos enquanto município, a Barra dos Coqueiros já se destacava como área tradicionalmente voltada à atividade. Tendo sido a instalação de duas fábricas de beneficiamento de coco-da-baía no território da então Freguesia de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros, ainda no início do século passado, principal responsável pela emancipação política do município, em meados da década de 1950.

A atividade, no entanto, tem passado nas últimas décadas por um processo de contínua decadência no município- sobretudo após a crise da cocoicultura na década de 1980 - com a Barra dos Coqueiros tendo tido a maior queda em área colhida do fruto entre os vinte e dois municípios produtores do estado de Sergipe. Saindo de um total de 5.246 hectares colhidos em 1990, para 2.302 hectares em 2005, diminuição de mais de 56%. Quanto à produção de frutos, a queda foi de mais de 35%, saindo de um total de 12.564 frutos colhidos em 1990, para 8.110 em 2005. Nesse sentido, é importante ressaltar que no mesmo intervalo de tempo, Sergipe aumentou sua produção em cerca de 20%. (EMBRAPA, 2008).

A cocoicultura no município, no entanto, nunca esteve historicamente ligada à subsistência das comunidades tradicionais com características camponesas, com sua produção tendo sido historicamente atrelada a áreas de terra mais extensas, grandes sítios ou fazendas, e realizada por proprietários de terra que em geral não residem

nesses imóveis rurais, residindo usualmente na área urbana do município ou em Aracaju. O que já denota uma relação com a terra bastante distinta daquela travada pelas comunidades camponesas.

Por mais que a cultura do coco-da-baía não esteja atrelada historicamente à reprodução social e econômica do campesinato local, foi e é algo tradicional na formação espacial e na identidade municipal, e seu declínio, com a queda de 58% para 25%, de cobertura da área total do município no período supracitado, denota também o abandono de uma atividade tradicional, frente à territorialização do turismo e do mercado imobiliário. Já combatida com a crise das décadas de 1980 e 1990, a cocoicultura não demonstra perspectivas de recuperação no cenário atual, de progressiva diminuição das atividades agrícolas frente aos ajustes espaciais do capital. Nesse sentido, o que de fato tende a ocorrer é a contínua decadência dessa atividade no município.

A especulação imobiliária incide sobre as áreas rurais, tendo se intensificado com a construção da ponte, causando uma esterilização das atividades agrícolas estagnando a produção, ficando as terras no aguardo da valorização, para se constituírem empreendimentos imobiliários, mudando drasticamente seu conteúdo de uso e ocupação [...] Tudo isso reduzirá a atividade agrícola, já combatida pela crise da cocoicultura. (LOSANO et al, 2009, p.167).

Identificamos então, que na perspectiva da produção espacial, é o capital financeiro, que passa a orientar o uso, o valor e a destinação das terras. A terra de produção passa então a se configurar, sobretudo, como reserva de valor. Os proprietários deixam de investir nas atividades agrícolas, pouco rentáveis no caso do município, para aguardar o avanço do urbano e da especulação, esperando maior lucratividade ao comercializá-las. A terra, então, deixa de ser produzida na perspectiva agrária justamente pelo fato da configuração que a expansão do capital desenha nesse recorte não ocorrer a partir da exploração da atividade agrícola.

A reprodução do modo capitalista nesse recorte se dá a partir do turismo e da especulação imobiliária, fomentados, sobretudo, pelos investimentos do Estado. Nesse sentido com destaque para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), criado em 2007, e que, em especial no período que vai de sua criação ao início dessa década destinou consideráveis recursos para o mercado imobiliário em todo o País. Sendo assim, a perspectiva agrícola passa a ser, de fato, mitigada pelo Estado nesse recorte territorial, com “elevado potencial imobiliário”. Ao contrário do que ocorre em outras áreas, onde o capital não necessita se territorializar, e tão somente monopoliza o espaço agrário para obter o lucro através

de sua exploração, áreas nas quais o poder público financia a produção do campesinato, na perspectiva de facilitar a ação do capital na subordinação da renda da terra camponesa.

Fica clara então, a forma de intervenção diferenciada e combinada do capital, que em sua flexibilidade pode reforçar determinadas relações de produção aparentemente antagônicas para subjugar-las e extrair o lucro quando é mais viável monopolizar determinados recortes espaciais. E em outros, como no caso que estudamos, pode simplesmente expropriar os sujeitos sociais que criem obstáculos, quando é necessária a territorialização efetiva para a realização de seus ajustes espaciais. Todas essas relações só são perceptíveis, no entanto, se entendermos que

O sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão. Dada a determinação mais interna de sua natureza, as funções políticas e reprodutivas materiais devem estar nele radicalmente separadas (gerando assim o Estado moderno como a *estrutura de alienação por excelência*) [...] Neste sistema, “expansão” só pode significar *expansão do capital*, a que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização.(MÉSZÁROS, 2002, p.131).

Desta forma, podemos compreender que independente de quais meios utilize, o modo capitalista de produção tem, necessariamente, que garantir sua contínua expansão, e na medida em que o Estado assume o discurso da neutralidade, executa uma necessária e alienante função política, garantindo a sua reprodução. Agindo de distintas formas e nos mais diferentes cenários no cumprimento de sua missão histórica.

1.1 Características Sociais de Trabalho e Produção das Comunidades Tradicionais

Antes de iniciarmos a discussão direcionada à especificidade das comunidades locais, faz-se mister uma compreensão mais detalhada sobre o conceito e o significado das comunidades tradicionais, em sua relação com a terra e com a natureza, para melhor entendermos sua lógica de produção e de vida no âmbito desse estudo. Nesse sentido, o Decreto, 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007, nos dá importante contribuição, em seu Artigo terceiro ao definir os povos e comunidades tradicionais, como

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Ainda na perspectiva desse mesmo Artigo, do supracitado Decreto, há outra contribuição relevante sobre o assunto, dessa vez no que trata dos Territórios Tradicionais dessas comunidades, compreendidos à luz dessa legislação, como “*os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária*” (BRASIL, 2007). Contribuições na teoria bastante relevantes, mas que ainda encontram uma série de óbices para chegarem à sua aplicação prática. Em especial no que trata do acesso e direito desses sujeitos sociais ao uso da terra, que encontra sérios entraves no poderio econômico e político dos grandes proprietários, em uma sociedade marcada pela intensa concentração fundiária, assim como por uma legitimação social dificultosa, a partir da reprodução social do discurso capitalista da propriedade privada.

Nesse mesmo perfil de análise, trazemos ainda outra contribuição oficial, na perspectiva de legalização e legitimação das demandas por terra e por manutenção do modo de vida, trabalho e produção das comunidades tradicionais. Dessa vez, com base na Convenção 169, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que de forma mais contundente, afirma nos Parágrafos 1 e 2, de seu Artigo 14, que

Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011, p. 23-24).

Avaliamos então, sobretudo com base no documento da OIT, que a demanda por terra das comunidades tradicionais, para suprir a necessidade de sua reprodução social, mesmo quando não possuem a propriedade legal desta, é algo legítimo, cabendo ao Estado adotar as medidas necessárias e arcar com os custos para garantir essas demandas, de acordo com a realidade material que se apresente. E é justamente um panorama que se inscreve dentro de condições materiais semelhantes às previstas na convenção acima citada, que podemos observar no caso do recorte territorial estudado, no qual as comunidades tradicionais realizam uma de suas mais importantes atividades patrimoniais, a cata da mangaba, em geral em terras de terceiros, com uma demanda de fundamental importância para esses sujeitos sociais não tendo sido até o momento contemplada pelo Estado, que é a criação de uma Reserva Extrativista, na qual possam realizar sua atividade e garantir sua autonomia.

Partindo para a análise de algumas características das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, sujeitos sociais fundamentais para a realização da pesquisa, identificamos sua localização histórica, sobretudo nos povoados Olhos D'água, Capuã, Jatobá e Touro, na área central e norte do município, onde centraram sua produção visando à subsistência, nas culturas da mandioca, feijão e milho, e principalmente na pesca artesanal, que apesar de não apresentarem expressividade econômica, são fundamentais para a manutenção de seu modo de vida e produção. Uma vez que, o modo de produção camponês visa, além do comércio, suprir as necessidades da própria unidade de produção, que é também unidade de consumo, com a característica fundamental de um trabalho basicamente familiar e com baixos impactos ambientais.

Destacadas essas características, centraremos nossa análise no âmbito do trabalho e da produção desses sujeitos sociais a partir da perspectiva do extrativismo da mangaba, fruto típico da região e com crescente valorização no mercado local. O qual, mesmo sendo fonte de renda para essas comunidades já há algumas gerações, se tornou principalmente nas últimas décadas uma importante forma de subsistência e de perspectiva de reprodução social e econômica graças à valorização recentemente obtida, o que faz dessa atividade, ao lado da pesca, a principal fonte de renda desses sujeitos sociais, gerando grande expectativa justamente por essa valorização e pela versatilidade do fruto, do qual podem ser feitos vários produtos bastante apreciados, como o licor, o doce, o bolinho e a geleia.

Segundo dados da Embrapa, em Sergipe, são 7.500 pessoas dependendo dessa atividade para sobreviver. Destas, 2.500 são mulheres extrativistas que sustentam suas famílias. Elas são em geral mulheres negras e pobres que se dedicam ao extrativismo em terras devolutas ou de terceiros (EMBRAPA, 2011).

Nesse sentido, e sendo Sergipe o maior produtor nacional de mangaba, com uma produção total de 436 das 773 toneladas de frutos extraídos em todo o país, com Barra dos Coqueiros proporcionalmente estando como terceiro maior produtor do fruto no estado (IBGE, 2007), e em especial pelo viés patrimonial dessa atividade, com a mangabeira sendo símbolo natural de Sergipe, ato estabelecido através do decreto nº 12.723 de janeiro de 1992. Haveria, pelo menos na teoria, a necessidade por parte do poder público de direcionar uma maior atenção a esses indivíduos e as suas demandas. Uma vez que, segundo lei estadual nº 7.082 de 2010, a esses sujeitos sociais cabe a definição de grupo culturalmente diferenciado, tendo sua forma de reprodução social e econômica de ser protegida e garantida pelo Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. O Estado de Sergipe reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica. Parágrafo único. O auto-reconhecimento como catadoras de mangaba é o critério fundamental para a efetivação do estabelecido pelo caput. Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Aracaju, 16 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República. (LEI Nº 7.082, Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe).

O que constatamos, no entanto, é que, garantir o lucro do capital financeiro, através do mercado imobiliário, com investimentos na infraestrutura turística e com a flexibilização da exploração de áreas ambientalmente frágeis com esse mesmo intuito, tem sido a verdadeira prioridade do poder público. E mesmo com uma série de demandas necessárias à sobrevivência dessas comunidades, em especial a criação de uma Reserva Extrativista no município, tem se negado a atender aos anseios legítimos desses sujeitos sociais. Em uma postura completamente distinta da que assume ao dar subsídio e mediar a ação do capital imobiliário no município. Cumpre assim o Estado, seu papel histórico na contenção das demandas sociais dos menos favorecidos e na mediação e garantia da expansão do capital com a reprodução do desenvolvimento desigual. De fato *“a burguesia converteu o Estado (com seus poderes militar, organizacional e fiscal) no executivo de suas próprias ambições”*. (HARVEY, 2005, p.198).

Analisando as comunidades tradicionais que praticam o extrativismo da mangaba no município, confirmamos, de fato, que o seu trabalho e produção se desenvolvem a partir da lógica camponesa, a qual, apesar de consideráveis diversidades nos mais variados locais do

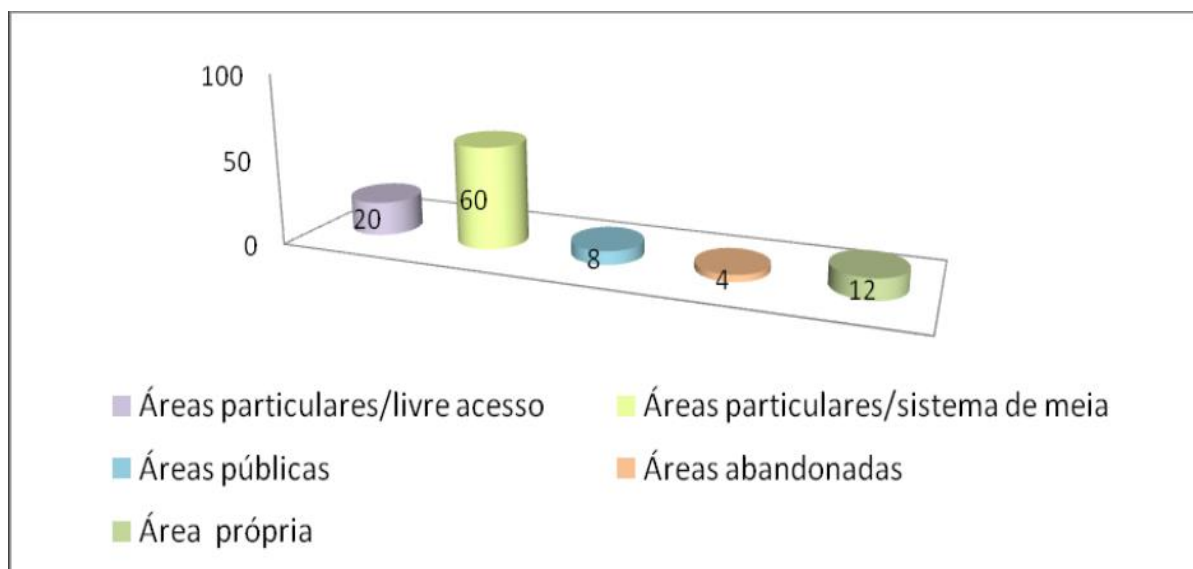
planeta, mantém suas fundamentais peculiaridades, com as relações sociais fundadas na ajuda mútua, a terra existindo enquanto condição essencial de identidade, garantia da própria subsistência, como objetivo central de suas lutas e demandas, e como respeito aos limites naturais e temporais se estabelecendo como meio incontestado de sua reprodução (Shanin, 1966).

Outro ponto fundamental destacado também por Shanin (1966), em sua análise sobre o campesinato, e que podemos trazer à discussão, sobretudo, a partir do diagnóstico inicial do recorte territorial e da problemática estudada, trata de como a relação do camponês com a terra, sobrepõem até mesmo a perspectiva de possuir sua propriedade legal. Na concepção deste autor, a necessidade de subsistência e reprodução social do camponês na terra se estabelece, até mesmo, quando ele não a possui legalmente, mesmo sem que ele detenha sua propriedade privada. Características de um modo de reprodução social que não pode ser, por essas e outras peculiaridades, enquadrado nas relações capitalistas de produção.

E é justamente a experiência empírica dessa teoria, que verificamos ao analisar o caso das catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros, que em geral realizam sua atividade extrativista em terras devolutas ou de terceiros (Figura 2), sujeitas aos conflitos gerados por essa condição, e sem poder sequer resistir à expropriação imposta pelo avanço da especulação imobiliária. Advindo justamente daí, grande parte da fragilidade que lhes é imposta na concorrência com a expansão do mercado de imóveis no município. Uma vez que, seguramente, mesmo onde realizam a cata do fruto a partir do sistema de meia, dando parte dos lucros obtidos aos proprietários das terras, não há como a renda que é garantida a estes com a extração dos frutos, ser comparada ao lucro que podem obter ao negociar suas terras no mercado imobiliário, terras essas que, nos últimos anos tem se convertido, grande parte delas, unicamente em reserva de valor, com todas as condicionantes nocivas à sociedade que esse tipo de configuração, seja na terra urbana ou rural, pode acarretar.

Nesse sentido, e fazendo uma comparação histórica de como se desenvolveu a estrutura agrária de Barra dos Coqueiros ao longo do Século XX em comparação à tendência que pode ser percebida atualmente, traçaremos um paralelo entre as relações de trabalho e produção das comunidades tradicionais, em sua interação com a cocoicultura, atividade econômica predominante no meio agrário do município por várias décadas do século passado, e em sua atual relação com o turismo e a especulação imobiliária, que tem avançado de forma decisiva sobre o espaço agrário local, se tornando ao longo dos últimos anos, a atividade econômica em maior evidência no recorte territorial estudado.

GRÁFICO 1 -Tipificação das áreas de extração e produção da mangaba no Município de Barra dos Coqueiros em (%)



Fonte: BEZERRA, SODRÉ e BRITO, Trabalho de Campo, 2012.

Por mais que não caracterizemos a relação do extrativismo da mangaba com a produção do coco-da-baía como atividades propriamente simbióticas, o fato é, que quando dividia espaço com a predominante cocoicultura, a “cata” da mangaba podia ser amplamente realizada e subsistia com esta sem a perspectiva de extinção que existe hoje, apesar de a própria cocoicultura ao se desenvolver no município ao longo do Século XX ter sido responsável por um primeiro momento já de um processo de expropriação das comunidades tradicionais em relação ao uso da terra.

Como atividades agrícolas desenvolvidas por sujeitos sociais com características em geral distintas, mas, que não impediam que o proprietário de terra que produzia o coco-da-baía, pudesse também obter ganhos financeiros com a cata da mangaba a partir do sistema de meia, ou permitir o extrativismo da fruta sem nenhum tipo de acordo financeiro, era possível às catadoras, mesmo com certos entraves, realizar sua atividade de trabalho e produção patrimonial. Em um cenário no qual, por mais que diversos conflitos entre elas e os proprietários pudessem existir, ambas as atividades coexistiam no mesmo espaço, mesmo que dentro de lógicas de produção sobremodo distintas.

Entretanto, com a expansão da especulação imobiliária e a construção de diversos loteamentos e condomínios fechados que privatizam grandes áreas de terra, a situação das catadoras já se insere em um panorama distinto e bem mais adverso que o de outrora, e que tende a se precarizar gradativamente, conforme ocorrer o processo de produção do espaço pelo capital financeiro no espaço agrário do município.

Obviamente, não há como o mercado imobiliário e o extrativismo da mangaba serem realizados na mesma área, a própria lógica de produção do espaço do primeiro não admite esse tipo de possibilidade. O capital aqui não pode subordinar a renda da terra, não é suficiente monopolizar, é necessário que haja a sua territorialização, a qual pressupõe expropriar para garantir a sua reprodução. Processo que vai reduzindo drasticamente a oferta de terras disponíveis à cata da mangaba, obrigando as catadoras a deslocar-se a distâncias cada vez maiores para obter acesso ao fruto, e/ou a submeter-se a condições cada vez mais desiguais e precárias em seus acordos com os proprietários de terras para realizar sua extração. Outrossim, se não se submetem a essas condições, são compelidas a abandonar sua atividade tradicional e histórica de sobrevivência e reprodução social. Em um cenário repleto de similitudes, como o descrito por Harvey, (2007) no seguinte fragmento, ao analisar a história da reprodução do capitalismo em sua fase neoliberal.

La promoción inmobiliaria, en particular dentro y alrededor de las grandes ciudades y en las zonas de desarrollo dedicadas a la exportación, parece ser otro camino privilegiado hacia la acumulación de riqueza en unas pocas manos. Como los agricultores no poseían títulos de propiedad sobre la tierra no fue difícil despojarlos de la misma para destinarla a usos urbanos lucrativos, lo que les privó de la base rural que les servía de medio de subsistencia y les obligó a abandonar las tierras y a integrarse en el mercado de trabajo. (HARVEY, 2007, p.154)

Observadas as devidas especificidades, a análise do autor sobre a história do neoliberalismo, nesse caso voltada à sua perspectiva de ação em alguns países do leste asiático, nos mostra um cenário repleto de similitudes, no qual a especulação imobiliária ao avançar sobre o espaço agrário expropria o camponês em prol de um uso urbano para a terra, inserido no falacioso discurso da urbanização como modelo de desenvolvimento. Em um decurso de intervenções da aliança entre Estado e capital no modo de vida camponês. Na qual, os agricultores justamente por não possuírem a propriedade legal da terra são então expropriados, perdendo seu meio de vida e sendo compelidos a sujeitar-se ao trabalho assalariado, inserindo-se no mercado provavelmente como força de trabalho precarizada, quando não, servindo como exército de reserva na engrenagem da expansão do modo capitalista de produção.

Essa é uma clara perspectiva do que ocorre quando as mediações entre Estado e capital, no âmbito do avanço do urbano sobre o rural, produzem o espaço ignorando os sujeitos sociais e suas relações de trabalho e produção, expropriando o camponês da terra e com isso de sua possibilidade de reprodução social, cultural e econômica, inviabilizando sua

autonomia em prol dos ajustes espaciais do capital. Com isso fomentam a substituição do viés de trabalho, histórica e culturalmente desenvolvido por esses sujeitos na terra, pela supremacia da terra de negócio. Fica claro que as mediações do Estado e a exploração imanente à relação capital-trabalho não se manifestam unicamente a partir de um vínculo empregatício que permite à burguesia extrair o mais-valor do trabalhador, elas ocorrem ainda de outras formas, inclusive com a expropriação da própria possibilidade de produção e a precarização não só do trabalho como da própria vida. Mantendo, entretanto, apesar das distinções imbricadas nas variadas formas de exploração, sempre o viés da reprodução do processo de desenvolvimento desigual, essencial à perspectiva da contínua expansão da acumulação capitalista.

1.2 Terra de Trabalho x Terra de Negócio

Iniciando nossa abordagem sobre terra de trabalho e terra de negócio, buscaremos confrontar ambos os conceitos, compreendendo que a terra de trabalho, está associada ao ato de trabalhar e produzir, e tirar dela a garantia de sobrevivência e autonomia. Algo geralmente intrínseco à necessidade da terra enquanto meio de reprodução social e econômica, como meio de vida, e, no modo de produção camponês também como relação de respeito e reciprocidade com a natureza, no âmago da necessidade de satisfazer as demandas de uma unidade de produção que também é uma unidade de consumo.

Já a perspectiva da terra enquanto “terra de negócio”, está amplamente inserida na lógica do modo capitalista de produção, que a encara como terra de extração de lucro, de influência política e econômica, e de exploração do trabalho alheio. Ou então, como mais especificamente no caso que estudamos, como terra de especulação, de reserva de valor, terra para o futuro, em geral ociosa, sem que seus proprietários lhes destinem nenhum tipo de função social.

Nessa perspectiva, José de Souza Martins afirma que,

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. (MARTINS, 1991, p.55).

A distinção entre os dois conceitos representa, em geral, um antagonismo de classe e de valores históricos. *“De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver”* (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 58). Nesse sentido podemos observar no município de Barra dos Coqueiros um acirramento cada vez mais claro desse antagonismo, na medida em que o avanço do capital imobiliário vai impondo severas mudanças na relação do homem com o homem, e do homem com a natureza.

Sendo assim, mesmo as áreas que ainda não foram e talvez tardem a ser de fato apropriadas e usadas pelo mercado imobiliário, passam a conviver com essa possibilidade a partir da proximidade da expansão urbana e de uma valorização sem precedentes, que impõem uma nova dinâmica territorial que vai bem além do espaço visivelmente produzido pelo mercado imobiliário.

Nesse sentido, e para melhor ilustrar a realidade em estudo, tentamos dividir a área rural do município em três diferentes perfis, de acordo com o nível de intervenção e impacto já causado pela especulação capitalista, assim como, pelo quanto essas ingerências têm

demonstrado potencial para interferir na possibilidade de reprodução social das comunidades tradicionais.

O primeiro perfil abrange as áreas já apropriadas pelo mercado imobiliário, e nas quais, de fato, essa nova condição de produção do espaço já se territorializou de forma efetiva. Como exemplos, temos as áreas com empreendimentos já construídos ou em fase de construção, sejam eles condomínios fechados de apartamentos, condomínios fechados de residências de “alto padrão” ou loteamentos abertos. Não nos dedicaremos nesse momento a um estudo mais criterioso sobre esses variados perfis de empreendimentos, e os impactos específicos que podem causar, o que pretendemos fazer durante o próximo capítulo. Áreas onde atualmente nenhum tipo de atividade agrária pode ser praticado, por já se configurarem materialmente na lógica da produção espacial do mercado imobiliário. Já representam inclusive, grande influência na valorização das terras que as cercam, conferindo todo um aspecto de urbanização ao entorno, assim como já funcionando como empecilho ao acesso das comunidades tradicionais, sobretudo as catadoras, a determinados área de extrativismo da mangaba.

Um pouco dessa realidade fica evidenciada a partir da entrevista com a coordenadora da Associação dos Catadores e das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros, Patrícia Santos de Jesus, na qual ela afirma que,

A especulação imobiliária está acabando com as árvores de mangaba aqui em Sergipe. Às vezes, para ir até o mangue, onde há uma maior quantidade delas, temos que percorrer maiores distâncias com o balde na cabeça porque os terrenos estão todos tomados por prédios novos, construções. (GONZALES, 2014).

Deixando claro o quanto essa produção do espaço na lógica do mercado imobiliário, e mediada pelo Estado, causa uma série de transtornos às comunidades tradicionais, sem que o poder público sequer aponte qualquer tipo de solução para mitigar as vicissitudes, às quais ele próprio dá subsídio.

Dos mais de trinta empreendimentos recentemente construídos, em fase de construção, ou já licenciados em Barra dos Coqueiros, observamos que boa parte está localizada na área sul do município, em especial no entorno da Ponte Aracaju-Barra e na Rodovia que liga o centro da Barra à Atalaia Nova, sobretudo, na área já definida pelo plano diretor como zona de expansão urbana do município (Figura 2). Há, todavia, um considerável avanço, sobretudo nos últimos cinco anos, no número de empreendimentos em direção à zona rural do município, sobretudo na área dos Povoados Olhos D’água e Capuã, e avançando para o norte em direção à Praia do Jatobá, com quase uma dezena de condomínios fechados e loteamentos sendo implantados ao longo da Rodovia SE-100, que corta o município de Barra

No âmbito dessa apropriação do espaço, destacamos também o quanto dentro da perspectiva do turismo de sol e praia, principal perfil turístico local, o mercado de imóveis do município vem sendo alvo de investimentos não só de empresas locais do ramo imobiliário, como também de grupos de outras regiões do país e até mesmo do exterior. Reforçando a citação de Harvey, de que *“Los especulativos mercados inmobiliarios urbanos se han convertido em los principales motores de la acumulación de capital”* (HARVEY, 2007, p. 164). Inferindo também a partir dessa emergência do mercado turístico e imobiliário por novos territórios de expansão na lógica dos ajustes espaciais do capital, o quão nítido é o caráter mundial desse fenômeno, que reúne grupos dos mais variados lugares do mundo, como os italianos do Poly Promotion, ou o Franco-estadunidense Grupo INVI, na perspectiva de investimentos em localidades tão distintas, a partir desse lucrativo e por tantas vezes danoso mercado, que é na contemporaneidade uma das mais destacadas formas de expansão dos ajustes espaciais do capital.

No segundo perfil que identificamos no espaço agrário do município, estão as áreas que já foram adquiridas pelo mercado imobiliário, mas que, seja pela espera pelo licenciamento das obras, pelo aguardo de valorização para a construção de novos empreendimentos, pela necessidade ainda não suprida por capital de investimento, ou por algum outro motivo, ainda não estão sendo de fato usadas para esse fim.

É bem mais difícil identificar essas áreas que os espaços definidos no primeiro perfil, exceto quando alguma placa de identificação anuncia o loteamento ou a construção de um futuro empreendimento nas mesmas, como podemos constatar na (Figura 3), que retrata inclusive uma placa com um contato telefônico em Portugal para a negociação de terras no município. Esses anúncios, no entanto, estão longe de identificar o total e a extensão das terras já apropriadas no município, o que só reforça o quanto ainda há certo desconhecimento, tanto da população local, quanto no próprio meio acadêmico, sobre o quantitativo de áreas já inseridas nesse perfil em Barra dos Coqueiros. Dados que são essenciais para a interpretação da realidade local e sobre os quais trabalharemos em outro momento da pesquisa, durante o segundo capítulo.

FIGURA 3 - Placas e propagandas de venda de terras e novos empreendimentos no Município de Barra dos Coqueiros



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

As terras identificadas nesse segundo perfil ainda não sofreram o mesmo nível de impacto das áreas onde a construção dos empreendimentos já foi ou está sendo de fato efetivada, já que sua influência na aparência de urbanização do entorno, assim como sua interferência na valorização das áreas circunvizinhas não pode ser comparada à promovida pelas áreas compreendidas no perfil anterior. Todavia, o que se percebe nesse perfil de terras é a inércia de atividades agrárias, com exceção em muitas áreas para a cata da mangaba, já que o mercado imobiliário já se apropriou destas e apenas aguarda a realização das condições materiais que favoreçam a sua empreitada. Sejam elas a construção de novas infraestruturas, públicas ou privadas, a atração de crédito para seus investimentos ou o aquecimento do mercado consumidor, para com isso iniciar

a efetivação de seus empreendimentos. Nesse sentido, se até esse momento essas áreas são parcialmente usadas pelas comunidades tradicionais para a cata da mangaba, em breve, satisfeitas essas condições, certamente não mais serão.

O terceiro e o último perfil traçado na pesquisa, em relação ao processo de especulação imobiliária na área rural do município de Barra dos Coqueiros, é o que caracterizamos propriamente como o uso da terra como reserva de valor. Mesmo que no perfil anterior isso já seja em parte diagnosticado, o fato é que nele a terra já foi apropriada pelo mercado imobiliário, e a espera pela valorização pode não ser o único motivo de ainda não lhe ter sido dada alguma destinação. Naquele perfil já se sabe a perspectiva de uso que será dado a terra, e ela não mais será vendida como uma área propriamente dita, todavia, como um empreendimento a ser construído, com suas diversas unidades, ou seja, com toda uma lógica do trabalho humano na produção do espaço já inserida em sua comercialização.

Já as áreas compreendidas nesse terceiro perfil, em geral estão ainda em posse de seus primeiros proprietários – ou seja, ainda não foram apropriadas pelo mercado imobiliário – sem que nada nelas seja produzido. Ou seja, apenas aguardando a valorização conferida pela produção capitalista do espaço para serem negociadas. Percebemos nesse caso, que a terra se limita unicamente a ser uma reserva de valor, nenhum outro tipo de destinação lhe é dada, assim como o seu desuso em geral não tem outra explicação, ser reserva de valor é o motivo essencial de sua retenção improdutiva, e é necessariamente por estar inserida nessa perspectiva que se enquadra nesse perfil.

O impacto causado por esse perfil de terras é ainda inferior ao que identificamos no anterior, sem nenhum sinal de urbanização produzido a partir destas, assim como, sem interferência na valorização das áreas em seu entorno. Há também uma inércia nas atividades produtivas por parte dos proprietários, estando essas terras em geral sem nenhum tipo de cuidado ou função social por parte destes, seja até mesmo a habitação, tendo em vista que parte considerável reside na área urbana do município ou em Aracaju.

A fundamental diferença entre esse perfil e o anterior, é que as terras aqui abrangidas ainda não foram apropriadas pelo mercado imobiliário, e com isso, a negociação para o uso delas para o extrativismo da mangaba, por parte das catadoras, se dá ainda com seus primeiros proprietários. O que não significa necessariamente maior facilidade na negociação, mas, um cenário com o qual as comunidades já estão acostumadas historicamente a lidar. No mais,

estas também se configuram como áreas nas quais ainda se pode por um tempo indeterminado realizar a atividade extrativista, uma vez que ainda não foram, como já citado, apropriadas pelo mercado imobiliário.

A partir das considerações das páginas anteriores, percebemos o quanto a resistência ao avanço do turismo e da especulação imobiliária se constitui como importante luta camponesa na contemporaneidade, uma vez que o processo que estudamos se espacializando nesse recorte, se estabelece na perspectiva mundial dos ajustes espaciais do capital, que fomenta conflitos semelhantes em várias outras localidades. Nesse sentido, o conflito frente à especulação imobiliária pode ser compreendido como uma importante luta contemporânea do campesinato, inserida em um conflito bem mais amplo na perspectiva histórica, o qual se institui contra o próprio modo capitalista de produção, uma vez que *“as contradições internas do capitalismo expressam-se através da formação e transformação irrequietas das paisagens geográficas. Música que a geografia histórica do capitalismo tem que dançar, ininterruptamente”* (HARVEY, 2005, p.150). O que o coloca, invariavelmente, devido à necessidade de expansão contínua da acumulação, em constantes embates com o modo de trabalho e de vida camponês.

É fundamental entender, que estando em qualquer um dos perfis acima descritos, desde o espaço já fisicamente produzido dentro dessa nova lógica regida pelo capital financeiro, a partir da construção dos resorts, condomínios e loteamentos como descrito no primeiro perfil, a até a sua configuração enquanto reserva de valor, aguardando esse mesmo fim, como avaliamos no terceiro perfil. O fato é que o espaço rural do município vai se convertendo em terra de negócio, que difere sobremodo da terra da produção camponesa, onde o sujeito realiza seu trabalho e se reproduz social e economicamente a partir do trabalho, garantindo dessa forma sua resistência e permanência, e não a especulação e a exploração do trabalho alheio, características fundamentais da propriedade capitalista, como bem representado no fragmento a seguir:

Os camponeses partem de um viés distinto da lógica rentista capitalista. O produto excedente de sua propriedade é ofertado no mercado para sustentar às despesas da unidade de produção como também da família [...] A propriedade camponesa se distingue da capitalista, pelo trabalho que legitima o direito a propriedade, enquanto no regime de propriedade capitalista, é a exploração do trabalho de outrem o motivo de sua existência (NASCIMENTO e ALMEIDA, 2010, p. 3)

E é essa distinção histórica e universal entre o modo capitalista de produção e o modo de produção e de vida camponês que podemos presenciar no recorte territorial estudado, revestida de algumas especificidades e perpassada na localidade desta pesquisa por um processo de luta centrado em uma vicissitude sobremaneira contemporânea, o avanço descontrolado e conflituoso do turismo e da especulação imobiliária no espaço agrário camponês. Um processo que, mesmo que a mediação entre Estado e capital tente dissimular, não pode ser negado. É a luta do camponês pela terra, pela permanência de seu modo de produção e de vida. É a espacialização das contradições do capitalismo, com a substituição da terra para o trabalho pela terra de negócio, e a perspectiva do conflito a partir dos ajustes espaciais necessários à expansão do modo de produção hegemônico, que enquanto for dominante continuará gerando conflitos, pois a expansão continua e desenfreada é condição essencial para a sua reprodução.

1.3 O Extrativismo da Mangaba e a Realidade Material dos Sujeitos Sociais Envolvidos no Processo

Como discutimos nas páginas anteriores, as catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, inseridas historicamente em um modo de produção e de vida camponês, passaram a enfrentar nas últimas duas décadas, devido ao avanço do mercado imobiliário no espaço agrário do município, uma grande pressão e uma séria ameaça à sua perspectiva de reprodução social e permanência, com a gradativa diminuição das áreas disponíveis à realização de sua atividade.

O extrativismo da mangaba, praticado há várias décadas por essas comunidades, e que se tornou, com a crescente valorização do fruto no mercado ao longo dos últimos anos, uma importante perspectiva de melhoria em sua qualidade de vida, passou, devido a ameaça da expansão urbana, via mercado imobiliário, a configurar-se como mais uma incerteza para essa população pauperizada. Nesse sentido, as comunidades locais que deveriam ter no Estado, pelo menos um mitigador das vicissitudes que se apresentam, não encontram perspectivas para suas demandas, sobretudo no que se refere à criação de uma Reserva Extrativista (Resex), onde tivessem a garantia da cata da mangaba, sem necessitar se submeter às condições impostas por alguns proprietários de terra, e mais do que isso, tendo a garantia de uma área para realizar a sua atividade, a qual não tivesse a possibilidade de ser apropriada pela expansão capitalista.

Ao invés disso, no entanto, a situação dessas comunidades se agravou ainda mais, quando no final da década passada, justamente no período inicial de expansão da especulação imobiliária no município, a extensa área da antiga Fazenda São José do Arrebancado, no Povoado Capuã, na qual deveria ter sido criada - ainda na primeira década do Século XXI - uma reserva extrativista para as catadoras, foi cercada, com a proibição da cata da mangaba no local, após o entendimento do INCRA, de que a compra das terras não era viável para fins de reforma agrária, devido ao alto valor indenizatório estipulado.

A área da "Fazenda São José do Arrebancado" situada no Município de Barra dos Coqueiros já foi decretada de interesse social, para fins de reforma agrária. No entanto, o dono recorreu e foi atendido. Sua estratégia foi a subdivisão da área entre os filhos, o reforço da cerca, a instalação de placas com os novos nomes das áreas menores proibindo a entrada, a construção de casas, nas quais tem a presença de caseiros com cachorros. (SCHMITZ; MOTA; CARDOSO, 2010, p.99).

O cercamento da referida área de cerca de cinquenta hectares, além de uma derrota política, foi, sobretudo, de grande impacto para as perspectivas de resistência e permanência dessas comunidades, transformando consideravelmente o panorama da cata da mangaba no

município. Realizada até ali em sua maioria em áreas particulares com livre acesso, das quais essa era a principal, e passando posteriormente a isso a estar concentrada em especial em áreas particulares cercadas, e nas quais as catadoras pagam um valor aos proprietários pelo acesso aos frutos.

Nesse sentido, avaliamos que a pouca articulação política desses sujeitos sociais frente aos objetivos do Estado e do capital, mesmo estando bem melhor assessoradas e organizadas, a partir da criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) em 2007, foi de fato decisiva para essa derrota. Outro ponto que nos parece central para a não criação da reserva extrativista, foi que o poder público considerou essa uma forma demasiadamente custosa e talvez não necessária de mitigar futuros conflitos, preferindo investir em outros tipos de mediação, para garantir os ajustes espaciais do capital, como avaliaremos em um outro momento da pesquisa.

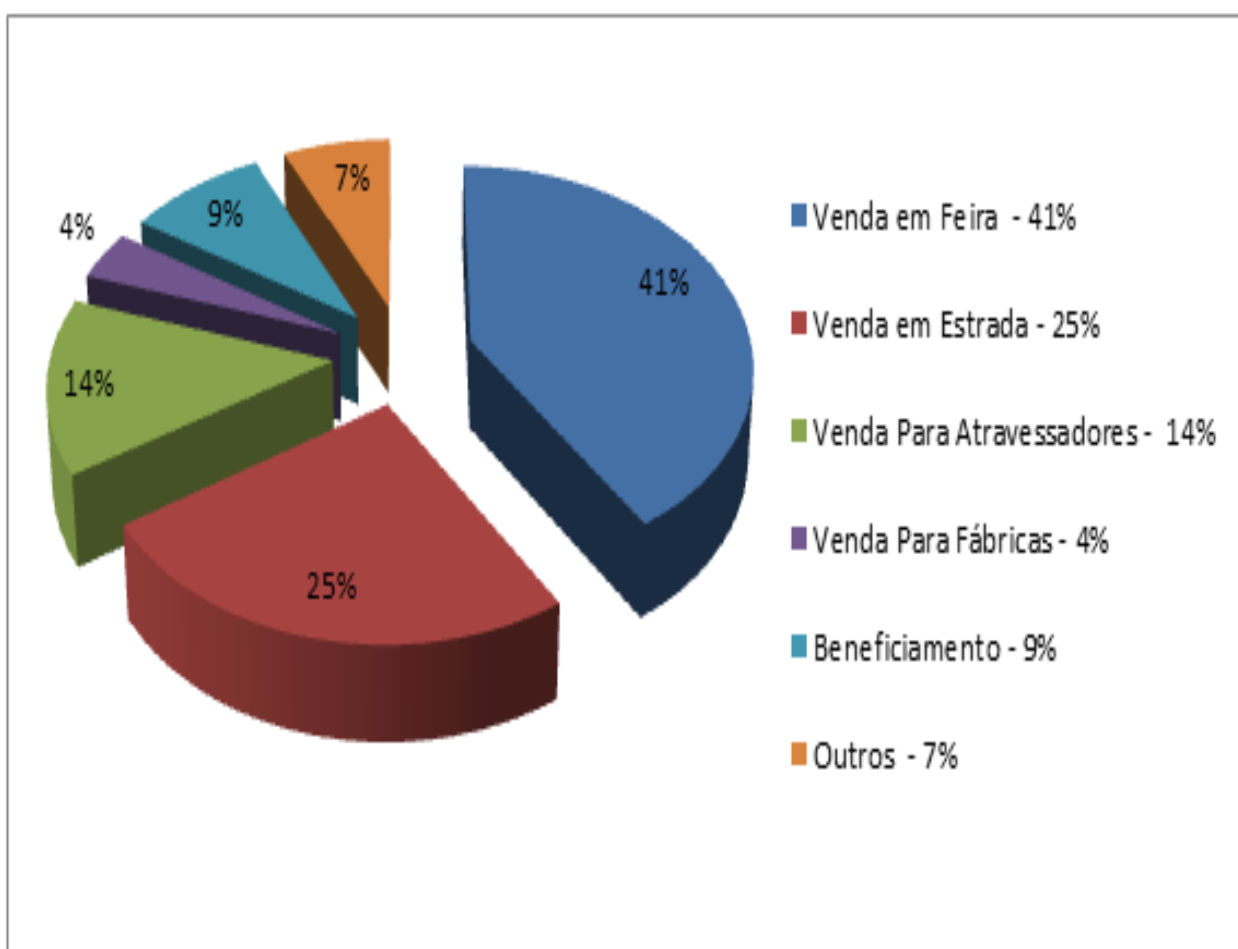
Mesmo sem os investimentos e o apoio do poder público, o extrativismo da mangaba consegue ser, por conta da valorização do fruto, de sua abundância no espaço estudado e do trabalho árduo dessas trabalhadoras, a principal perspectiva de subsistência, durante parte considerável do ano, para a maioria das famílias que exercem a atividade, - devido ao período de extração do fruto, assim como devido ao defeso da pesca - respondendo por em média 62% da renda familiar, enquanto as demais atividades agrícolas praticadas pelas famílias pesquisadas correspondem em média a 32% da renda obtida (SANTOS, 2007, p.95), evidenciando o potencial da atividade, sobretudo na manutenção do modo de vida e trabalho camponês.

A atividade também se constitui como um importante patrimônio cultural local, agregador de costumes e tradições familiares, passada de geração a geração para 84% dos entrevistados (BEZERRA; SODRÊ E BRITO, 2012, p. 7-8). O que enfatiza sua importância para esses sujeitos sociais também no âmbito da cultura e das relações de identidade e pertencimento.

Entretanto, percebemos também no âmbito do extrativismo da mangaba, que parte considerável das perspectivas que podem ser geradas a partir da atividade, a qual tem sido de grande importância na permanência dessas comunidades, ainda não é de fato utilizada, sobretudo no que se refere ao beneficiamento do fruto. Nesse sentido, essa possibilidade se destaca como um meio de aumentar a renda familiar desses sujeitos sociais, fortalecendo com isso sua luta por autonomia e permanência, frente às vicissitudes históricas e recentes que permeiam seu modo de vida e produção.

Quanto ao potencial da atividade mangabeira no fortalecimento da luta desses sujeitos sociais, focamos nesse ponto da pesquisa a análise da questão do beneficiamento do fruto, justamente por entendermos que, mesmo com a valorização da mangaba *in natura* nos últimos anos, o valor de seus derivados como o doce, o licor e o bolinho (que já faz parte da merenda escolar em alguns municípios sergipanos), é bastante superior ao do fruto. Sendo assim, as comunidades deixam de obter um considerável incremento em sua renda ao beneficiar apenas 9% do total de frutos colhidos (GRÁFICO 2). O que se dá justamente pela falta de meios de produção necessários para fomentar todo o processo de beneficiamento e conserva dos produtos em maior escala.

GRÁFICO 2 - Destinação dos frutos de mangaba colhidos no Município de Barra dos Coqueiros em (%)



Fonte: Adaptado de BEZERRA; SODRÊ E BRITO, 2012

Outro ponto que merece destaque nesse cenário é a fraca articulação comercial desses sujeitos sociais com o mercado, que os leva a negociar parte considerável de sua produção em beira de estrada e com atravessadores, no primeiro caso ficando restrita a possibilidade de comercialização, e no segundo perdendo parte de sua renda para os atravessadores. Impedimentos que poderiam ser facilmente superados se o poder público investisse nessa atividade com semelhante afinho ao que faz na construção da infraestrutura e das demais condições necessárias à expansão do capital imobiliário no município. Tratando inicialmente da terra que garantisse a sua reprodução social nos moldes extrativistas, a partir da criação de uma Resex, assim como, garantindo a esse grupo uma maior perspectiva de renda com a atividade extrativista, a partir da facilitação do beneficiamento e da comercialização da mangaba e de outros frutos que fazem parte das possibilidades de produção dessas comunidades, como o caju e o murici.

A ação do poder público, no entanto, é totalmente distinta dessa, podendo ser analisada no âmbito da pesquisa a partir de duas facetas bem definidas e complementares. Por um lado negligencia as necessidades de reprodução social das comunidades locais, quando além de não estabelecer uma Reserva Extrativista no município - algo que já deveria ter ocorrido desde o final da década passada, com uma série de demandas nesse sentido tendo sido engavetadas - negou-se por anos, entre outras coisas até a construir um pequeno trecho de estrada que vai da rodovia SE-100 à cooperativa das catadoras de mangaba. Realizando ao invés disso uma obra precária que não garantia o acesso de veículos e inibia até mesmo o acesso de pedestres ao local (Figura 4). Limitando ainda mais as perspectivas desses sujeitos sociais e sua possibilidade de autonomia.

Por outro lado, como já discutimos, o Estado subsidia e realiza toda a mediação para a expansão do turismo predatório e do mercado imobiliário no município, fomentando a expropriação das comunidades tradicionais, destruindo uma atividade de importância cultural e ambiental fundamental para o recorte territorial estudado, cerceando a possibilidade de desenvolvimento desses sujeitos, e mitigando a perspectiva de sobrevivência de uma série de indivíduos em sua terra e em seu modo de vida. Sujeitando em especial os mais jovens, através dessas duas facetas de sua ação, a abandonar ou nem sequer iniciar a prática da atividade, e a inserir-se na perspectiva do trabalho assalariado, que corresponde ao julgo do capital e da extração da mais-valia, com todas as condicionantes que lhe correspondem, o que lhes insere, desta forma, *“na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado”* (CONCEIÇÃO, 2007, p.95).

FIGURA 4 - Estrada de acesso à Cooperativa das Catadoras de Mangaba



Fonte: <http://rafaelbarbosaracaju.blogspot.com.br>. Acesso em: 21/09/2015.

Nessa mesma lógica, duas tendências complementares tendem a prevalecer, ou a sujeição ao trabalho precarizado ou engrossar as fileiras do exército de reserva, muitas vezes com alternância entre ambas. Uma vez inseridos no meio urbano e nessa perspectiva, em geral tendem a habitar as áreas mais pauperizadas e sem infraestrutura das cidades, onde a possibilidade do crime e da violência é algo ainda mais cruel que a falta de possibilidades no meio rural. Esse é em geral o destino do camponês expropriado de sua terra, e de seu modo de vida e produção, *“o trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo”* (MARX, 1988, Apud CONCEIÇÃO, 2007, P.80).

E é justamente essa uma das facetas mais dramáticas das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, já que sua expansão demanda, sobretudo, a necessidade de dilatar-se sobre espaços os quais ainda não domina, em especial sobre o espaço do campesinato, através da monopolização ou da territorialização propriamente dita, sendo a última, a fomentadora de intensos processos de expropriação territorial.

Essa expropriação tende a promover a mobilidade do trabalho através da migração campo-cidade, mobilidade essa, inserida na própria lógica do desenvolvimento desigual e combinado, intrínseca ao modo capitalista de produção. O meio urbano por sua vez não irá absolver de forma ordeira os novos habitantes, fomentando um decurso de segregação social e espacial e precarização do trabalho e da própria vida, o qual tem sua origem no âmago das necessidades de expansão do capital.

Capítulo 2

A Produção Capitalista do Espaço, da Universalidade à Particularidade: o caso do Município de Barra dos Coqueiros/SE

Sabendo que o modo capitalista de produção necessita da incessante reprodução de capital, e que esta só é possível ao transformar e reproduzir o espaço já construído e inserido em sua lógica, ou apropriando-se de áreas nas quais a possibilidade de ampliação dos lucros ainda não é feita dentro da perspectiva do modo de produção hegemônico, apesar de, a ele estarem submetidas. O capital, mediado pelo Estado, realizará a todo custo as transformações necessárias para garantir a sua reprodução. Entretanto, na trajetória de sua expansão, as distintas características espaciais com as quais se depara não podem ser ignoradas, e a ação do modo de produção capitalista não ocorre incólume a elas.

Iniciaremos então esse capítulo analisando a produção e a reprodução do espaço a partir da ação do Estado-capital, avaliando seu desenvolvimento dentro da lógica da reprodução capitalista, a partir da qual observamos, que por mais que o espaço agrário apresente suas peculiaridades, a produção desse espaço está inscrita no mesmo movimento dos ajustes espaciais capitalistas no espaço urbano. Com a diferença de que este último já fora produzido fisicamente de acordo com o mito da urbanização como modelo de desenvolvimento, de acordo com as necessidades de acumulação de um determinado tempo histórico, enquanto o espaço agrário, ainda não, por mais que também esteja submetido à lógica da expansão do capital.

Sendo assim, a produção do espaço agrário segue um processo que não envolve necessariamente a destruição e reconstrução de suas estruturas físicas, causando por isso menores contratempos ao capital. Entretanto, promove muitas vezes a destruição de outro tipo de estrutura, a das bases sociais e culturais historicamente desenvolvidas, rupturas que precarizam as relações de trabalho dos sujeitos sociais afetados pelo movimento de expansão capitalista, em especial quando estes dependem da terra como condição de vida e reprodução social.

Dessa forma, se as intervenções do capital no solo urbano tem na propriedade privada do solo e nas estruturas fisicamente produzidas, um empecilho aos seus ajustes espaciais, no espaço agrário essas estruturas inexistem, e a propriedade privada da terra é um entrave que pode ser superado com um atenuante em potencial, quando consideramos a menor valorização da terra rural em relação ao solo urbano. Consideramos também outro ponto de destaque, o

fato de que no âmbito da estrutura espacial brasileira, caracterizada pela retenção improdutiva de terras, o acesso dos empreendedores capitalistas à apropriação do espaço agrário é em geral facilitado, em comparação ao espaço urbano, onde de fato a concorrência e o valor da terra são sobremaneira superiores. O que denota que a raridade do solo urbano, como observa-se na citação abaixo, é então um empecilho à própria reprodução espacial do capital, empecilho esse que precisa ser contornado, e que tem nos ajustes espaciais capitalistas a mais destacada forma de fazê-lo.

O espaço, enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade. Por outro lado, vivemos, hoje, um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo - passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria, no processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites a sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. (CARLOS, 2001).

Frente à irrefreável necessidade de ampliação do lucro, a qual demanda novas perspectivas de reprodução, o modo capitalista de produção passa a atuar com duas alternativas de realização de seus ajustes. A primeira tratada reprodução do espaço fisicamente já produzido, a partir de sua destruição e reconstrução - essa é, conforme Harvey, 2005, a lógica da destruição criativa do capital - já que a raridade do solo urbano torna o espaço já produzido um entrave ao movimento de expansão capitalista. Todavia, levando em conta que a obsolescência espacial, é, de fato, muito mais lenta que a das demais mercadorias produzidas, e que mesmo sendo premeditado, esse processo possui seus entraves, o modo de produção hegemônico cria outras estratégias que melhor se adaptem às suas demandas.

Quanto às dificuldades provenientes da demasiado lenta obsolescência dos produtos, o que tende a acarretar um abrandamento da rotação do capital, combate-se-as por procedimentos bem diversos. A mobilização do espaço se torna frenética, e compele até a autodestruição dos espaços, antigos e novos. O investimento e a especulação não podem parar. (LEFEBRVE, 2006).

Na segunda forma de garantir sua reprodução, o capital apropria-se do território a partir de áreas que ainda não tenham sido fisicamente construídas seguindo sua lógica material. Essas áreas, no entanto, precisam possuir determinadas características para estarem aptas a servirem a seus propósitos. Nesse sentido, as áreas periféricas das grandes cidades, algumas vezes com características ainda rurais, ou as áreas de cidades circunvizinhas, interligadas por um processo de conurbação são em geral, espaços preferenciais para a

expansão do capital financeiro, sobretudo no que se refere ao mercado imobiliário e de serviços, que tem na proximidade com os centros urbanos uma condição sobretudo relevante para cumprir determinados objetivos de sua expansão.

Se as áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas e o sistema viário congestionado, os novos padrões de competitividade da economia, apoiada num profundo desenvolvimento técnico vão impor novos parâmetros para o desenvolvimento desta atividade requerendo a produção de um outro espaço [...] A renovação urbana estabelece uma estratégia espacial de dominação em aliança com setores econômicos que de um lado revela a imposição do setor imobiliário como elemento dinâmico da economia tornando patente a mobilização da riqueza fundiária e imobiliária, compreendida com extensão do capitalismo financeiro; e de outro, as transformações recentes da economia capitalista, a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno.(CARLOS, 2001).

Nesse contexto, os novos espaços apropriados, aos quais serão destinadas novas funções dentro das necessidades de reprodução do capital tendem também a possuir determinadas características específicas, o que, no caso do mercado especulativo imobiliário e turístico demanda, além da proximidade com os centros urbanos e a acessibilidade a estes, o potencial paisagístico, como condição de destaque para a atratividade dos novos empreendimentos e sua perspectiva de valorização. Também tratadas no mercado imobiliário como “as amenidades naturais”, que conferem a uma determinada localidade toda uma capacidade de fetichização da mercadoria, essas características são determinantes, sobretudo, quando o aspecto do turismo de sol e praia inerente aos hotéis, resorts e condomínios clubes é o determinante.

No município de Barra dos Coqueiros/SE observamos situação análoga ao processo acima descrito. Com o mercado imobiliário tendo se desenvolvido, tanto devido à sua proximidade com o centro urbano aracajuano como também por conta do potencial paisagístico do município. No que se refere à proximidade com a cidade de Aracaju, e especialmente com o seu centro comercial, notamos também que a escassez do solo nas áreas da capital próximas ao centro, fortalece sobremaneira a expansão desse mercado no município da Barra dos Coqueiros, que funciona como uma área de expansão de Aracaju, entretanto, ainda mais próxima do centro da capital que a própria zona de expansão aracajuana, e com características específicas no processo de conurbação observado, graças ao potencial turístico que apresenta.

A proximidade com um centro urbano tem por característica fomentarem suas cidades periféricas um padrão de empreendimento imobiliário e de ocupação típico de uma cidade dormitório, com um processo de conturbação que leva para áreas ainda não tão valorizadas, um perfil de ocupação voltado, em geral, para habitações populares, como o que observamos

nos conjuntos habitacionais do município de Nossa Senhora do Socorro e no Jardim Rosa Elze, em São Cristóvão, ambos também na grande Aracaju. Áreas nas quais a proximidade com a cidade central é o principal atrativo para a expansão urbana, e apara a valorização do solo. No caso de Barra dos Coqueiros, observamos desde o período que vai da finalização da obra da Ponte Aracaju – Barra em 2006 até o início da década de 2010, a construção de cerca de uma dezena de condomínios de prédios com apartamentos de pequenas dimensões (Figura 5), localizados tanto na zona urbana quanto na de expansão do município, em especial nas proximidades da cabeceira da Ponte, justamente por privilegiarem a proximidade em relação à Aracaju, como principal atrativo no mercado de imóveis.

Mais recentemente- desde a primeira metade da década de 2010 - observamos também uma tendência de espacialização desse tipo de condomínio ao longo da rodovia SE-100, em direção à área norte de Barra dos Coqueiros, alcançando os povoados de Olhos D'água e Capuã, nos quais as catadoras de mangaba exercem historicamente a sua atividade extrativista, o que já tem causado intervenções iniciais na perspectiva de produção desses sujeitos sociais, sobretudo a partir da redução das áreas disponíveis à atividade, como também por causar empecilhos aos deslocamentos das catadoras entre as áreas onde os frutos podem ser colhidos.

FIGURA 5 - Condomínios de prédios na cabeceira da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros



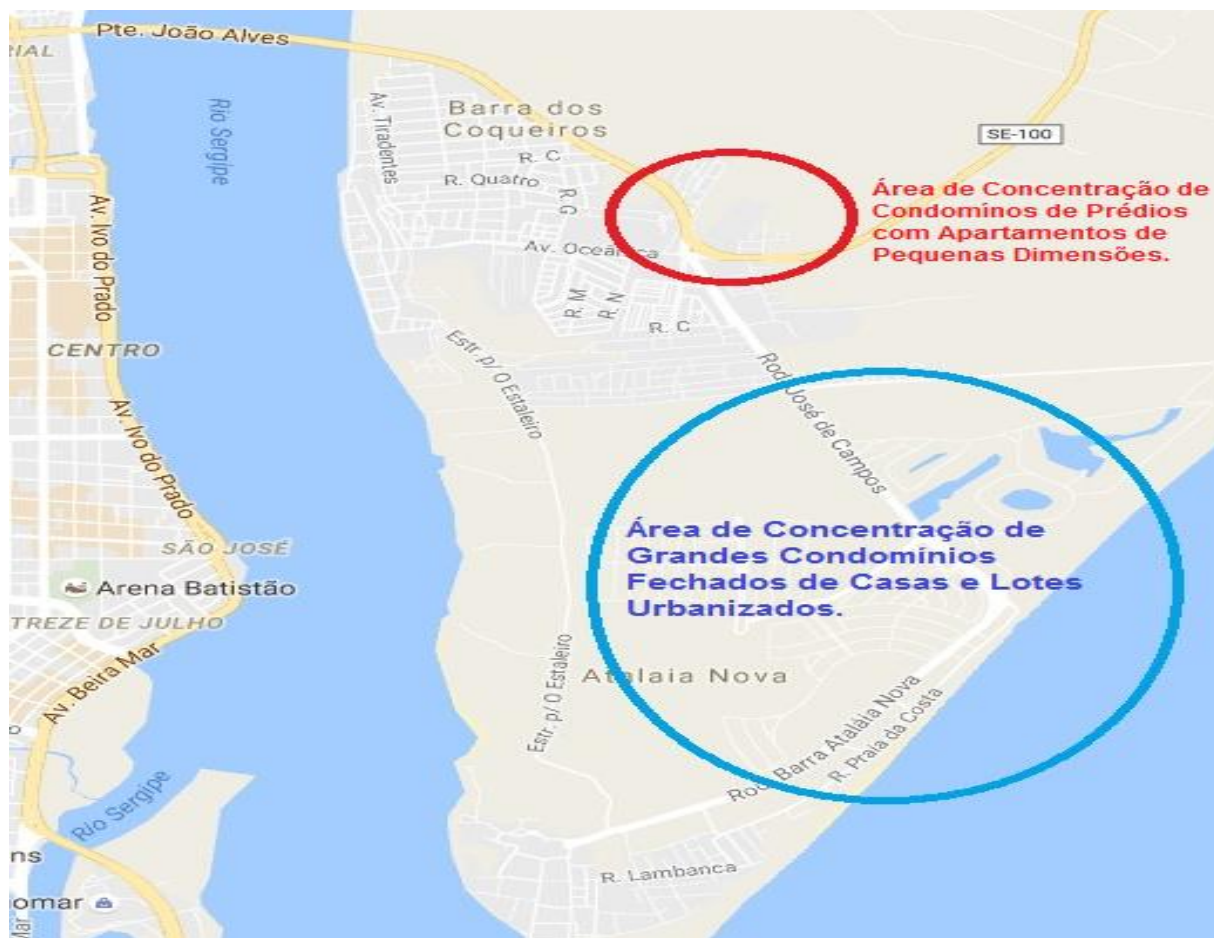
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Outro tipo de empreendimento também voltado para habitações populares são os loteamentos abertos, que tendem a formar futuros conjuntos habitacionais. Localizados em boa parte também na zona de expansão do município, ao longo da rodovia SE-100, as áreas loteadas apresentam preços mais acessíveis em relação aos apartamentos em condomínios fechados, e o mercado imobiliário voltado para esse perfil de empreendimento tem tido grande procura, em especial, por parte de moradores do próprio município de Barra dos Coqueiros. Nesse tipo de empreendimento a proximidade com a capital também pode ser observada como um fator decisivo, com uma maior concentração de áreas loteadas ainda no início da Rodovia SE-100, e com o principal loteamento em fase de construção no município, o “Luar da Barra”, localizado a menos de dois quilômetros da cabeceira da Ponte Aracaju - Barra.

Já os condomínios fechados de casas ou de terrenos construídos e em construção em Barra dos Coqueiros, os quais em geral dispõem de toda a infraestrutura de lazer e segurança, e são direcionados prioritariamente a um público com maior poder aquisitivo, por mais que se valham da proximidade e da acessibilidade com a capital sergipana para definir seu marketing imobiliário, têm no potencial paisagístico do município o principal foco de sua publicidade e da valorização e atratividade dos empreendimentos.

Voltados ao turismo de segunda residência, o qual está cercado pela ideia da apropriação e da privatização da paisagem, esses condomínios estão localizados em especial na Rodovia José de Campos, que liga o Centro da Barra às praias da Costa e da Atalaia Nova, também nas proximidades da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros, mas em uma área, sobretudo, mais valorizada, devido à proximidade e ao acesso à praia (Figura 6). Existem, entretanto, ainda outros condomínios localizados em área mais distantes, nos povoados do município, que tem sua localização ligada necessariamente às características paisagísticas locais, contando com acesso privado às praias e com toda a infraestrutura de lazer necessária à reprodução do mercado imobiliário voltado ao turismo de sol e praia. Entendemos então, que apesar da acessibilidade possível a partir da construção da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros ser fundamental para tornar esses empreendimentos, mercadorias atraentes ao consumidor, o perfil dos grandes condomínios de luxo recentemente estabelecidos no município, valoriza prioritariamente as características paisagísticas locais, as quais conferem ao recorte territorial estudado qualidades distintas em relação a tantas outras áreas de expansão urbana, onde o processo de conurbação se dá unicamente a partir da criação de cidades dormitório.

FIGURA 6 - Localização geográfica dos diferentes perfis de empreendimentos imobiliários na zona urbana e de expansão de Barra dos Coqueiros/SE



Fonte: Google Maps, adaptado por GESTEIRA, 2016.

Essas observações, no intuito de distinguir os diferentes perfis de ocupação do município pelo mercado imobiliário são fundamentais para compreendermos como a produção capitalista do espaço promove um processo de urbanização desigual, seja a partir dos diferentes padrões em que avança sobre o território, como, em especial, a partir do próprio modelo de produção do espaço por ela imposto, por vezes completamente conflitante com as características das áreas sobre as quais avança. No caso do recorte territorial estudado, um espaço historicamente pauperizado e carente de infraestrutura, no qual o entorno dos novos empreendimentos difere por completo de suas recém construídas estruturas internas, evidenciando de forma clamorosa as contradições intrínsecas à reprodução do capital.

Observando que a raridade do solo urbano impulsiona a partir dos ajustes capitalistas a produção incessante de novos espaços e que as localizações espaciais assim como outras características de determinada área são decisivas para que nela sejam cumpridos os propósitos expansionistas do modo de produção hegemônico, avaliamos que, havendo a necessidade e as condições materiais para ampliar sua acumulação em uma determinada área, o capital irá

fazê-lo. No entanto, nem sempre as condições materiais são as ideais, e por mais que fatores como a proximidade dos centros urbanos e o potencial paisagístico estejam configurados, outras condições materiais muitas vezes ainda precisam ser criadas para fomentar a inserção de determinadas áreas na lógica de reprodução do capital.

A ação do Estado mostra-se então fundamental à expansão da acumulação capitalista, e a aliança presente em variadas facetas ao longo da história desse modo produção, revela-se inequivocamente quando observamos a construção de infraestruturas básicas por parte do poder público para fomentar a expansão do capital, uma das nuances mais perceptíveis dessa relação. Seja a partir da construção de grandes equipamentos urbanos, como é o caso da Ponte Aracaju-Barra, ou a partir de outras intervenções mais pontuais, como a revitalização e expansão de vias de acesso necessárias ao cumprimento das funções designadas pelo capital para essa parcela do espaço, o fato é que, sem os investimentos estatais a ação capitalista na perspectiva da produção e urbanização do espaço seria sobremodo dificultada e talvez até mesmo inviável, o que se constituiria em um grande entrave ao giro de rotação do capital, para o qual a cidade é o pano de fundo imprescindível.

Tanto a cidade é importante para a acumulação do capital em geral – produção e consumo de mercadorias e reprodução da força de trabalho – como a produção do espaço urbano é, ela própria, parte nada desprezível dessa acumulação. Ou seja, a cidade é produzida como mercadoria. Assim, no processo de produção da cidade o espaço construído é uma expressão de “fluxos de capital” e se constitui em permanente fonte de lucros para os capitalistas. (Valença, 2006, p. 186).

HARVEY, (2005) nos mostra ainda outra faceta da produção do espaço para a reprodução do capital, uma vez que segundo a sua análise, realocar os investimentos da produção de mercadorias para a construção de infraestruturas físicas e sociais - destacando-se entre essas as instalações físicas urbanas e a moradia através do mercado imobiliário - é fundamental ao capitalista, pois possibilita direcionar os excedentes de capital e de trabalho, gerados continuamente no processo de circulação do capital, para um ritmo de circulação necessariamente mais lento, através desse capital imobilizado. O que garante absorção dos excedentes existentes, os quais em determinados momentos ao longo da história foram empecilhos ao processo de reprodução capitalista. Ao mesmo tempo esses investimentos, como observamos, fomentam a expansão da urbanização, necessária aos ajustes espaciais do capital, em um movimento de combinações e contradições que muito bem representam a lógica do modo de produção hegemônico.

Essa flutuação, que transfere investimentos da produção e circulação de mercadorias para a construção das infraestruturas físicas e sociais, absolvendo os excedentes de capital e

trabalho não ocorre, no entanto, sem que esses investimentos em projetos de longo prazo sejam sustentados por um capital fictício, o que faz com que o retorno dos investimentos que ocorreriam em um futuro não próximo, seja convertido em uma taxa de retorno anualizada, através de debêntures, ações, dívida pública etc... Nesse ponto também é perceptível a ação do Estado como regulador do capital fictício, uma vez que “*a realocação dos excedentes de capital e trabalho nestes investimentos exige a mediação das instituições financeiras e/ou estatais capazes de gerar crédito.*” (HARVEY, 2004, p.97). A produção do espaço está incontestavelmente subordinada às demandas do capital, as quais, por sua vez são quase sempre deferidas pelo Estado.

Demandas essas que são criadas justamente por conta da raridade do solo urbano (CARLOS, 2001). Uma vez que há uma exigência incessante pela produção do espaço para materializar a reprodução do capital em cada tempo histórico, o modo de produção capitalista encontra, como vimos, duas alternativas para continuar garantindo sua reprodução no espaço: ou age através de sua destruição criativa, aniquilando toda uma série de infraestruturas construídas outrora, com a consequente construção de novas infraestruturas em uma mesma parcela do espaço, o que se dá através de um processo de obsolescência planejada do próprio espaço (LEFEBVRE, 1991), ou busca por novas áreas de acumulação para garantir seus ajustes espaciais e temporais, dilatando-se e envolvendo novos territórios à sua lógica de produção e consumo, justamente o que presenciamos em nossa área de estudo.

O espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Nesse contexto o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupa-lo se redefinem constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. (CARLOS, 2001).

Esse ordenamento da produção do espaço, o qual ocorre em especial através de investimentos em infraestruturas fundamentais para que a ação do capital possa se iniciar e efetivar em determinada área, possibilitando a partir daí a construção das infraestruturas da iniciativa privada, é, de fato, uma das formas mais visíveis de atuação do poder público. Dessa forma, no caso do recorte territorial estudado, analisaremos a ação do Estado no processo de produção do espaço em suas variadas facetas. Focando, sobretudo, o contexto da edificação da Ponte Aracaju–Barra dos Coqueiros, marco inicial e emblemático no panorama das e para as demais metamorfoses espaciais que identificamos e estudamos no município, e que está definitivamente escrito em sua história como condicionante das severas e abruptas mudanças espaciais que vem ocorrendo nas duas últimas décadas.

2.1 A Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, a Infraestrutura do Estado e as Metamorfoses no Espaço

A construção da Ponte Aracaju - Barra tornou-se o marco fundamental no processo de expansão urbana no município de Barra dos Coqueiros, pois somente através da edificação de uma infraestrutura urbana com essas características e dimensões, o capital financeiro teve a possibilidade de incorporar definitivamente a área da Península de Santa Luzia à lógica especulativa do mercado imobiliário, permitindo a superação da barreira física representada pelo Rio Sergipe e servindo como uma clara representação da diminuição do tempo e das distâncias a partir produção do espaço, uma vez que, *“o imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais”* (HARVEY, 2005, p.50).

Somente assim foi possível todo o processo de expansão urbana observado atualmente no município, uma vez que as formas anteriores de ligação entre a Barra dos Coqueiros e Aracaju, através das tradicionais balsas, lanchas e tototós (Figura 7), sobretudo, por conta do tempo de deslocamento e das limitações de horários, não respondiam às demandas do mercado imobiliário para viabilizar a exploração dessa parcela do espaço, e com isso inviabilizavam sua definitiva incorporação ao movimento sociometabólico da expansão capitalista, materializado a partir da especulação imobiliária.

FIGURA 7 - Balsas, lanchas e tototós: os meios de transporte tradicionais entre Barra dos Coqueiros e Aracaju



Fonte: grupominhaterreaesergipe.blogspot.com; aracajusaudade.blogspot.com;sergipeemfotos.blogspot.com

É necessário destacar que no cenário anterior à construção da Ponte, a principal via de ligação rodoviária entre Aracaju e a sede de Barra dos Coqueiros era inviavelmente mais longa, cortando inclusive outros três municípios, Nossa Senhora do Socorro, Maruim e Santo Amaro das Brotas, em um trajeto de mais de setenta quilômetros. Assim, a criação através da iniciativa estatal, de uma forma de ligação rápida e que conferisse ao município de Barra dos Coqueiros uma nova condição espacial na lógica do mercado turístico e imobiliário, foi essencial para torná-lo uma das mais destacadas zonas de expansão imobiliária, e a mais importante área de expansão do turismo na grande Aracaju.

Fica então comprovado o quanto a construção desse equipamento urbano serve às necessidades do setor imobiliário em sua emergência por novos territórios, tornando-se fundamental para a realização dos ajustes espaciais do modo capitalista de produção e consumo, pois confere a essa parcela do espaço um novo e fundamental atrativo, essencial para que a demanda turística e imobiliária que lhe está sendo direcionada, seja cumprida, transformando por completo a localização sem necessariamente sair do local, e produzindo com isso um intenso processo de valorização do solo.

Entendemos que a localização das pessoas e das coisas no espaço é fator primordial para compreender a estruturação de uma cidade e suas formas de desigualdade. A imobilidade (ou inércia) das estruturas fixas reflete os processos sociais, pois “conectam pessoas, atividades, permitem mobilidade e acessibilidade a diversas oportunidades e equipamentos na cidade. (HARVEY, 1980, p.39).

Entre as motivações oficiais do poder público para a construção da Ponte, iniciada no ano de 2004 e concluída em 2006, a qual teve um custo final de aproximadamente R\$ 135 milhões, estava o encurtamento de distâncias para o trânsito de pessoas e mercadorias, tendo em vista que o Porto de Sergipe está localizado em Barra dos Coqueiros. Objetivava-se também efetivar um projeto de ligação rodoviária entre os litorais sul e norte do estado, inserido em uma perspectiva maior, de ligação rodoviária pelo litoral entre capitais do Nordeste, e especialmente fomentar o crescimento econômico da região, sobretudo a partir do mercado turístico e de imóveis, partindo da urbanização como modelo de desenvolvimento.

Entretanto, o que observamos na atualidade, uma década após a efetivação da obra é que a Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros (Figura 8), serviu, sobretudo, como marco fundamental para o crescimento abrupto da especulação imobiliária na Península de Santa Luzia, com a intensa valorização das terras e a ingerência do urbano sobre o rural, transformando por completo o espaço agrário do município, agora tomado por uma série de empreendimentos dos mais diversos perfis. O que tem se refletido, entre outras coisas, em um crescimento populacional sem precedentes para a localidade, o qual ocorre, via de regra, de

forma desorganizada e nociva à própria estrutura socioespacial local. A obra que no discurso oficial fomentaria o desenvolvimento através da geração de emprego e renda, tem servido especialmente para facilitar a incorporação de todo um recorte territorial aos desígnios da produção capitalista do espaço, no contexto de seus ajustes espaciais.

A ação subsidiária e mediadora do Estado vai ainda muito além da construção das infraestruturas necessárias à reprodução da ampliação dos lucros capitalistas. E mesmo no que se refere à construção desse tipo de infraestruturas no recorte territorial estudado, as iniciativas do poder público de forma alguma se restringem à obra de construção da Ponte. O Estado executou e continua desempenhando sua função de facilitador ao processo de reprodução capitalista em ainda tantas outras ações essenciais para tornar o espaço mais propício à apropriação por parte do capital financeiro via mercado turístico e imobiliário. Muitos desses investimentos, voltados à reforma ou até mesmo reconstrução das principais vias que atravessam o município, assim como à construção de outras vias, são complementares à própria construção da Ponte, na perspectiva de facilitar o acesso e melhorar o aspecto paisagístico do local, critério essencial aos fins que o capital definiu para a área.

FIGURA 8 - Vista aérea da Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros



Fonte: <http://sergipeemfotos.blogspot.com.br>

Nesse sentido, a rodovia SE-240 e em especial as rodovias SE-100 e José de Campos, nas quais estão localizadas a quase totalidade dos empreendimentos imobiliários no município, foram responsáveis por receber investimentos da ordem de mais de R\$ 21 milhões entre os anos de 2007 e 2013, os quais foram destinados à pavimentação, alargamento e iluminação das referidas vias de acesso (Agência Sergipe de Notícias, 2013). Um montante de investimento sem precedentes históricos na infraestrutura do município, e de destaque também se comparado ao total de gastos do poder público estadual com infraestrutura em todo o estado de Sergipe no mesmo período, deixando clara a importância que o processo de expansão urbana em Barra dos Coqueiros assumiu nas últimas duas décadas para a lógica da reprodução do capital.

Em seus discursos, o prefeito do município, Airton Martins, ao falar sobre as intervenções do poder público no município costuma citar que a Barra é o único município do Brasil que conta com todas as rodovias estaduais em seu território totalmente iluminadas.

É fato. Desde a descida da ponte Aracaju/Barra, até o município de Pirambu a rodovia (SE-100) recebeu iluminação completa, além de uma notável reconstrução que a elevou a outro padrão oferecendo comodidade e segurança, graças a uma parceria com a Petrobras. Do mesmo modo a rodovia SE-240 (Porto/BR 101), que atravessa parte do município de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, oferece uma nova condição com muito mais segurança. (Portal do Departamento Estadual da Infraestrutura Rodoviária, 2013).

Todos esses investimentos se materializam justamente no período que vai da segunda metade da década passada, ao início da atual. Intervalo temporal marcado, sobretudo, pelo vultoso crescimento do mercado imobiliário no município, na época, impulsionado pelo PAC, e decisivo para possibilitar as mudanças diagnosticadas na estrutura espacial local, na qual, justamente as áreas das rodovias SE-100 e José de Campos (Figura 9) tem sido as mais visadas para a construção de novos condomínios, sendo a última, a via principal para uma série de novas ruas planejadas no trajeto entre o Centro da Barra e a Praia da Costa. Uma área agora completamente urbanizada e de intensa valorização do solo, na qual diversos condomínios fechados de prédios e de casas foram e estão sendo construídos, sobretudo a partir da década de 2010, com destaque para todo o complexo Alphaville, para o Costa Paradiso Club Residencial e para o Damha I Sergipe, os três às margens da supracitada Rodovia, e a poucos metros da Praia da Costa, no setor sudeste do município, o qual já está em sua quase totalidade ocupado por empreendimentos com esse perfil, sendo ainda prevista a construção de um Shopping Center nos próximos anos também nesse entorno.

FIGURA 9 - Rodovias José de Campos (à esquerda) e SE-100 (à direita).



Fonte: Trabalhos de Campo, 2015 e 2017.

No que se refere aos investimentos estatais em infraestrutura turística, destaca-se também no município a construção do Complexo de Lazer Dr. Jugurta Barreto (Figura 10), inaugurado em 2012, e orçado em R\$ 5.265.561,65 (Agência Sergipe de Notícias, 2013). A área localizada no encontro da foz do Rio Sergipe com o Oceano Atlântico, na Praia de Atalaia Nova, possui um grande potencial paisagístico natural, e conta com uma ampla praça de eventos e um complexo desportivo com quadra e campos de futebol, construídos em uma região bastante frequentada por veranistas, e que agora, com a edificação do Complexo Alphaville nas imediações tende a ser ainda mais visada e valorizada, dentro da lógica da especulação imobiliária.

Além de construir a infraestrutura necessária para facilitar o acesso ao e no município, a implantação dos próprios atrativos turísticos e de lazer necessários para tornar o espaço mais apto às investidas do capital, o Estado lança mão ainda de investimentos essenciais para dar conta de todo contingente populacional que vem migrando para o município desde a segunda metade da década passada, - Barra dos Coqueiros foi o município sergipano com maior crescimento populacional do estado no período entre os anos de 2007 a 2010 (IBGE, 2010), cenário que deve se repetir também na década atual - e, sobretudo, para suportar um crescimento populacional sem precedentes ainda nessa década, em especial coma inauguração de alguns dos grandes condomínios fechados em construção no município, prevista para ocorrer até 2017.

FIGURA 10 - Complexo Desportivo e de Lazer Dr. Jugurta Barreto

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Para isso, o poder público investiu mais de R\$ 20 milhões em obras de esgotamento sanitário e na ampliação do sistema de abastecimento de água em Barra dos Coqueiros, entre 2010 e 2013 (Agência Sergipe de Notícias, 2013). A necessidade de tais investimentos (Figura 11) ocorre em razão da precariedade histórica desse tipo de infraestrutura no município, e devido a emergente necessidade de mediar essas vicissitudes, seja pela própria imprescindibilidade em si, ou pela pressão do mercado imobiliário, que exerce grande pressão sobre o poder público, e demanda toda uma infraestrutura desse tipo para obter sucesso na comercialização de sua mercadoria. Essa precariedade no que se refere ao sistema de esgotamento sanitário de Barra dos Coqueiros, já havia sido observada por (COSTA; SANTOS; MENEZES, 2007), quando concluíram em sua pesquisa que:

O abastecimento de água no município é feito através de poços que, segundo técnicos da DESO, estão próximos da saturação, com isso se faz necessária a ampliação do sistema de água com a proposta para a implantação de uma adutora levando água de Aracaju.

Esses e outros investimentos na infraestrutura local realizados no período que vai desde a edificação da Ponte Aracaju – Barra até o início da década atual, contabilizam um montante de mais de R\$ 50 milhões, empregados somente pelo governo estadual (Agência

Sergipe de Notícias, 2013) na perspectiva de preparar minimamente o município para a expansão urbana, determinada através da mediação do Estado.

FIGURA 11 - Nova estação de tratamento de esgoto da Deso em Barra dos Coqueiros e obras do sistema de esgotamento sanitário do município



Fonte: Institutomarcelodeda.com.br Acesso em 22/04/2016.

Observamos assim que todos os investimentos recentes no município, por mais que indiquem potencial para beneficiar a população local, estão sendo realizados recentemente, sobretudo, na perspectiva de fomentar a expansão urbana necessária à reprodução do capital através do mercado imobiliário. E novos investimentos em infraestrutura continuam sendo realizados e planejados pelo poder público para a Barra dos Coqueiros, dentre os quais destaca-se a pavimentação de uma nova via de acesso que ligará a Av. Toureiro no centro do município à Atalaia Nova, pela antiga estrada de terra Barra – Atalaia Nova, passando pela lateral de todo o complexo Alphaville. A nova via de acesso, que beneficiará em especial a implantação de um dos condomínios do referido complexo imobiliário, a saber, o Terras Alphaville, localizado no setor sudoeste do complexo de condomínios terá uma extensão de aproximadamente três quilômetros e está inicialmente orçada em cerca de R\$ 3,5 milhões (Agência Sergipe de Notícias, 2013). Observamos assim, o quanto a ação subsidiadora do Estado na e para a produção do espaço é fundamental para torná-lo apto aos propósitos e às

diretrizes do mercado, garantindo dessa forma que a reprodução do capital, na perspectiva de seus ajustes espaciais possa ocorrer com o mínimo de empecilhos.

A ação do Estado Neoliberal, no entanto, vai muito além do visível fornecimento de infraestruturas, ela é ampla e assume diversas nuances, que vão desde a flexibilização de leis ambientais, fornecimento de todo o tipo de concessões fiscais, uso exclusivo e legal da força na contenção de demandas sociais, a até o uso do discurso oficial a partir de seu arcabouço jurídico-institucional no intuito de mitigar a luta de classes. Na garantia da reprodução sociometabólica do modo de produção hegemônico, o Estado assume dessa forma a postura de legítimo representante da classe burguesa.

Dessa forma, constatamos o quanto a ação do poder público está comprometida com o capital na produção do espaço, em diversas facetas do processo de expansão da acumulação. Inserida na lógica universal incessante do capitalismo para protelar as mais severas consequências de suas crises estruturais, a aliança Estado-capital é engendrada na amplitude global das relações socioespaciais, e ao reproduzir-se no local não leva em conta suas peculiaridades e fragilidades, tornando-se nociva, sobretudo, aos sujeitos sociais que estão no caminho de seu movimento de expansão.

O espaço capitalista-estatista tem como característica ser: homogêneo, o que permite a intercambialidade dos tempos e dos lugares e conforma no espaço as frações da cotidianidade. A homogeneidade, entretanto, não significa democratização no (do) espaço: esse espaço é fortemente centralizado e segregado; é também um espaço quebrado, vendido e consumido aos pedaços, em lotes, de maneira a permitir a obtenção de renda pelos proprietários da terra; e também um espaço hierarquizado, uma coleção de guetos, uma espacialização da hierarquia do poder econômico e político. Esse espaço só sobrevive graças ao *estatista*, que o sustenta e 'planeja'. A superação possível terá portanto que ser dupla: do espaço e do Estado. (OSEKI Apud Martins, 1996, p. 115 e 116).

Nesse sentido, se levarmos em conta o quanto esse *modus operandi* que despreza e atropela as relações sociais e espaciais locais, está presente quando estudamos a ação do Estado no processo de produção do espaço. Quando partimos para a análise da ação propriamente dita do capital na lógica de sua reprodução via mercado turístico e imobiliário, identificamos demonstrações ainda mais reveladoras do quanto o movimento geral de acumulação capitalista tem criado e continuará fomentando vicissitudes na estrutura espacial e social de Barra dos Coqueiros, sobretudo para a população do espaço agrário do município.

2.2 A Infraestrutura da Iniciativa Privada

No que se refere aos investimentos da iniciativa privada no município de Barra dos Coqueiros nas décadas de 2000 e 2010, constatamos que apesar de ter se destacado a ação do mercado imobiliário, com a apropriação de extensas áreas para a construção de condomínios fechados e loteamentos, ainda outros investimentos visando a reprodução do capital, como os do setor hoteleiro, das redes de supermercados varejistas, dos postos de combustíveis, entre outros serviços, têm sido recentemente atraídos para o município, em uma manifestação clara da expansão urbana possibilitada pela recente facilidade de acesso com Aracaju e do vertiginoso aumento populacional, possível graças ao mercado imobiliário.

Entretanto, mesmo observando que a tendência de expansão urbana agrega diversos tipos de investimentos por parte da iniciativa privada, as construtoras e incorporadoras de terras centralizam as atenções no que se refere ao aporte financeiro investido no município, sendo destacadamente as principais responsáveis pela inserção da grande quantidade de dinheiro utilizada no processo de produção do espaço.

Comprovando esse cenário, só o grupo Alphaville e a Damha Urbanizadora, dois dos muitos grupos que investem em condomínios fechados em Barra dos Coqueiros são responsáveis por investimentos de aproximadamente R\$165 milhões no município (Portal Jornal da Cidade, 2013 e Site Damha Urbanizadora, 2014). Um aporte financeiro sem precedentes na história local, e com capacidade de produzir grandes impactos em suas características socioespaciais.

Esses investimentos que estão relativamente concentrados ao longo da rodovia que liga o centro da Barra dos Coqueiros ao Povoado de Atalaia Nova, e em suas adjacências, se difundem também em direção à região norte do município, nas áreas dos Povoados Olhos D'Água, Capuã e Jatobá, ao longo da rodovia SE-100, onde também estão localizados outros condomínios de lotes urbanizados, como o Thai Residence, o Maikai Residencial Resort e a área destinada à construção do Condomínio Reserva Capuã, além de condomínios de prédios como o Alamedas da Barra e o Litorâneo Barra Residence, todos ao longo da supracitada rodovia, em uma área com características ainda predominantemente rurais, na qual as comunidades tradicionais desenvolvem seu modo de vida e trabalho.

A expansão imobiliária em direção aos povoados nas áreas central e norte do município preocupa, em especial, pelo perfil extrativista dessas comunidades, as quais dependem sobremodo da “cata” de frutos como a mangaba e o murici em terras de terceiros para garantir sua sobrevivência. Áreas essas cada vez mais reduzidas por conta da

especulação imobiliária, a qual se materializa em um cenário que ainda tem como agravante as manobras do poder público municipal, aliado aos interesses das construtoras, para alterar o plano diretor do município de Barra dos Coqueiros. Objetivando, sobretudo, a possibilidade da liberação da construção de torres de apartamentos com até doze andares - atualmente há um limite de quatro andares para as edificações construídas no município - o que impulsionaria sobremodo o processo de especulação imobiliária e expansão urbana na Península de Santa Luzia. Principalmente considerando que a área de ocupação inicial do mercado imobiliário no município, nas proximidades da Rodovia que liga a Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros à Praia da Costa, já está apropriada pelas construtoras, com grande quantidade de empreendimentos construídos ou já licenciados, há uma clara tendência que o processo de expansão urbana em direção à área dos povoados do município se acentue nos próximos anos, potencializando as dificuldades já identificadas à perspectiva de resistência e permanências dessas comunidades no espaço agrário local.

A atividade turística captura o espaço, tornando-o mercadoria de desfrute, passível de ser consumida diferencialmente. É assim que, enquanto nova atividade econômica, o turismo e o lazer produzem o espaço enquanto mercadoria de consumo 'em si' utilizando-se de suas características particulares. (CARLOS, 2011, p. 119).

Muito embora o crescimento do mercado imobiliário em nossa área de estudo esteja diretamente relacionado ao potencial turístico local, identificamos que o setor hoteleiro no município não apresentou durante o período estudado, do ano de 2000 ao ano de 2016, crescimento comparável ao observado em relação ao mercado imobiliário, destoando assim, não só da indústria da construção civil, como até mesmo das perspectivas que foram criadas ao longo da década passada sobre a expansão do turismo hoteleiro em Barra dos Coqueiros.

A razão da discrepância entre ambos os setores está intrinsecamente relacionada a diversos fatores, dentre os quais, destaca-se os incentivos governamentais ao mercado imobiliário ocorridos em especial na segunda metade da década passada e início da atual, através principalmente dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC e PAC 2), algo que não se repete em relação à hotelaria. Outro fator relevante para esse cenário foi a própria concorrência com os hotéis da cidade de Aracaju. Levando em conta que a capital possui uma infraestrutura de lazer, com restaurantes, casas de show e outros atrativos praticamente inexistentes em Barra dos Coqueiros, além da própria distância entre a área das praias de Barra dos Coqueiros e o aeroporto da capital, que pode ainda ser apontada como motivação para o insucesso da hotelaria no município.

Todavia, como não é o foco desse estudo constatar os motivos do atual insucesso do setor hoteleiro na Península de Santa Luzia, e sim analisar as relações estabelecidas na produção do espaço no município e a realidade material apresentada a partir das mediações do Estado-capital via esse setor, que é de considerável importância para a expansão do modo capitalista de produção e consumo na contemporaneidade, buscaremos analisar como essas mediações de fato se concretizaram em nossa área de pesquisa e quais as suas consequências.

Nesse sentido, ressaltamos que apesar do setor hoteleiro no município não ter tido variação considerável quanto à quantidade de estabelecimentos existentes, desde a construção da Ponte que liga a Barra a Aracaju até meados da década de 2010, mantendo-se a presença de algumas Pousadas e até mesmo um Hotel de menor porte, o Porto Praia Hotel, situados, sobretudo, na área da Praia de Atalaia Nova. Houve uma relevante mudança ao longo da última década no que se refere ao perfil do principal empreendimento turístico do município; o antigo Hotel da Ilha, que hoje recebe o nome de Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju (Figura 12).

FIGURA 12 - Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju (na foto principal vemos a cidade de Aracaju ao fundo, e toda a área desmatada para a construção de condomínios fechados no entorno do resort)



Fonte: cvc.com.br; litoralverde.com.br; prodigyaracaju.com.br

O panorama que levou à mudança de um empreendimento que apesar de seu grande porte, tinha um perfil bastante ligado ao cenário local, para um resort que chegou a ser administrado pelo Grupo Jamaicano Supereclubs, ostentando a bandeira Starfish, e que hoje é controlado pela GJP Hotels e Resorts, ligada à CVC, maior operadora de turismo da América Latina, começa a tomar os rumos atuais ainda no ano de 2004, marcado pelo início da construção da Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros. Momento no qual o Governo de Sergipe deixou de usar os serviços do então Hotel da Ilha, para hospedar o contingente de pessoas que vinham ao Estado a seu serviço ou a convite, fazendo com que a taxa de ocupação do hotel caísse de uma média de 55% em 2002 para 18% em 2004, (Infonet, 2004). Tendo sido essa ação do poder público estadual decisiva para que o hotel fechasse as portas ainda no ano de 2004, sendo adquirido menos de um ano após pela EJS Turismo e Empreendimento, com o apoio do próprio governo estadual e da prefeitura de Barra dos Coqueiros que facilitaram de diferentes formas a aquisição do empreendimento.

O Hotel da Ilha, situado no município de Barra dos Coqueiros, deve voltar a abrir suas portas ainda este ano. Pelo menos estes são os planos da empresa que comprou o estabelecimento, a EJS Turismo e Empreendimento, e do Governo do Estado. Para tanto, ambos assinaram na manhã de hoje o protocolo de compra do hotel, que estava fechado desde julho do ano passado. O valor da compra não foi divulgado, mas o governador João Alves Filho declarou que o Estado entrou com R\$ 1 milhão. Já a Prefeitura da Barra dos Coqueiros apóia o projeto com a isenção de impostos municipais (Infonet, 2005, Acesso em Abril de 2016).

A partir de então, os investidores, entre eles o próprio Governo do Estado de Sergipe, que apesar da perspectiva inicial de um investimento bem menor, - conforme a citação acima - chegou a investir cerca de R\$ 6 milhões no empreendimento (Portal A8, 2011), escolhem os jamaicanos do Grupo Supereclubs para administrar o hotel, que passa a se chamar Starfish Resort Ilha de Santa Luzia. No intervalo de tempo que vai desde a falência do Hotel da Ilha em 2004, até a inauguração efetiva do Starfish em 2007, cerca de R\$ 28 milhões são investidos para transformar o antigo hotel em um dos mais luxuosos resorts do litoral nordestino (Portal Agência.SE, 2007), com uma área total de cerca de 19 mil metros quadrados, e contando com o maior centro de convenções privado de Sergipe.

Apesar do alto aporte financeiro, o panorama do mercado turístico no município, em especial no que se refere a esse empreendimento, em momento algum se mostrou promissor. Nesse cenário, após passar alguns anos – entre 2007 e 2010 - com a bandeira Starfish, o Resort mudou sua administração por ainda duas vezes. Com a saída do grupo jamaicano do

país, passou a funcionar com o nome Dioro Ilha de Santa Luzia Resort e Convention, entre 2010 e 2011, fechando, segundo os proprietários, para uma reforma em junho de 2011, após ter contabilizado um prejuízo de cerca de R\$11 milhões, e reabrindo em novembro de 2012 já com o atual nome, Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju, controlado por uma rede hoteleira ligada à CVC.

Essa rápida retomada histórica do processo que leva ao atual cenário desse empreendimento de grande porte localizado no município de Barra dos Coqueiros nos permite algumas reflexões, dentre as quais, destacamos a fundamental ação do Estado em todo o processo de falência e compra do antigo Hotel da Ilha, o qual se dá através de suas mediações, a partir da lógica de ação de grupos privilegiados da classe burguesa ligados ao próprio Estado, e que se beneficiam, sobretudo, de sua ação para conquistar benefícios econômicos. Há também que se destacar a sua ação subsidiadora, que na lógica capitalista tende a enfraquecer ou até destruir determinadas relações construídas na perspectiva local, quando o panorama de reprodução e ampliação da acumulação capitalista necessita de novas e mais potentes intervenções. O que se dá em especial, a partir da inserção do capital financeiro de forma mais articulada, nesse caso a partir da inserção de capitalistas individuais com maior capacidade de investimentos, representados em nossa área de estudo por redes hoteleiras multinacionais. Evidenciando que o capital encontra nas mais variadas localidades do planeta perspectivas para seus ajustes espaciais.

Todavia, mesmo frente a tão pujantes aportes financeiros, o mercado turístico no município, no que se refere à sua rede hoteleira, não deslanchou após cerca de uma década de intervenções da ação conjunta, Estado e capital. E mesmo com a infraestrutura local tendo recebido recentemente investimentos sem precedentes, os quais atraíram e tem atraído um grande contingente de novos moradores, quando se refere à atração de turistas, entretanto, outro tipo de infraestrutura se faz necessária. Pois o consumo não é apenas o consumo da paisagem, mas também de toda uma série de mercadorias, que vão desde o âmbito do consumo da gastronomia e da compra de produtos típicos, a até o consumo da vida noturna, e a Barra dos Coqueiros ainda apresenta um mercado demasiadamente insciciente para atender a essas demandas.

Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas de uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais ('culturais', dir-se-ia hoje). (LEFEBRVE, 2001, p.141).


Talvez por isso, pela ausência de alguns atrativos ao turismo no município, ou pela clara desconsideração das peculiaridades locais, uma vez que a indústria do turismo tende a negligenciar ou mascarar a realidade quando isso se torna conveniente às suas estratégias de mercado. Toda a propaganda do site oficial do Resort instalado em Barra dos Coqueiros, o qual como já vimos, até mesmo em seu nome - Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju - não faz nenhum tipo de alusão ao município, se dá em torno da ideia de que a Barra dos Coqueiros é um bairro ou uma praia de Aracaju (Figura 13), demonstrando um profundo desinteresse pela realidade local, até mesmo em seus aspectos mais elementares.


Seja essa uma perspectiva de mercado, para atrair turistas, frente ao insucesso das administrações anteriores, ou a simples negação de qualquer tipo de conhecimento básico sobre o município, o que observamos na propaganda do Resort, deixa claro o quanto o turismo tende a descaracterizar a perspectiva de lugar, até mesmo em seus aspectos mais óbvios, mostrando e descrevendo imagens de suas melhores características paisagísticas, e ao mesmo tempo escondendo tudo que não seja de interesse para o consumo do espaço, desde fatores como a pauperização e os cenários visualmente menos atraentes a até, a própria designação do território, enquanto unidade político-administrativa. De fato, *“o turismo cria uma ideia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas, mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado”*. (CARLOS, 2007, p.68).


A observação do quanto o mercado do turismo é enganoso no que se refere ao reconhecimento do lugar certamente vai muito além do que nos mostram as imagens relacionadas à propaganda do resort, no entanto, o impacto que essas informações causam, e a própria existência delas, nos confirma de forma sobremodo rudimentar, o quanto esse mercado tende a destruir a perspectiva do lugar, e o quanto as áreas apropriadas pelo turismo passam, em geral, por um danoso processo inserido no movimento de reprodução do capital, de construção de simulacros de realidade, de negação ou desconsideração da história e das relações, na perspectiva da produção de não-lugares e da não-identidade.


E isso se dá, também limitando seu uso às formas de apropriação privadas, acentuando a segregação espacial, delimitando direitos, ignorando, sobretudo, toda a legitimação histórica construída a partir do valor de uso, da apropriação em contraposição à propriedade. Produzindo assim, um espaço *amnésico*, sem referências, materializado em um tempo efêmero, característicos dos não-lugares. *“Tempo efêmero e espaço amnésico definem a prática socioespacial da pós-modernidade”* (CARLOS, 2011, p, 121).

FIGURA 13 - Propaganda no Site Oficial do Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju



Chegada 8/5/2016 


Saída 8/5/2016 


Código promocional 

RESERVE!

Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju

O Resort é composto por 208 apartamentos, todos equipados com ar-condicionado, telefone, TV a cabo, frigobar, cofre e secador de cabelos. As piscinas, localizadas próximas à praia, dão ao hotel um charme comparável a Aracaju, uma cidade feita para surpreender você.

 Sítio Tingui s/n, Barra dos Coqueiros Aracaju, Sergipe, Brasil

 0800 038 4002

Em frente ao mar da Praia da Barra dos Coqueiros o Prodigy Aracaju Beach Resort oferece uma ampla estrutura de lazer para toda a família, com acompanhamento de recreacionistas experientes.

Fonte: prodigy-aracaju-px.rtrk.com.br

A construção desses simulacros da realidade, a negação da história e da formação das identidades locais são também artifícios usados pelo capital a partir do mercado imobiliário, que constrói verdadeiras cidades auto-segregadas e autossuficientes, que na propaganda em nada dependem do entorno, saturado de uma realidade material que não condiz com a mercadoria que está sendo vendida. Essa mercadoria é o próprio espaço, onde relações cotidianas de pertencimento e de identidade são travadas, relações por vezes conflituosas, repletas de tradições e de cultura. Tudo isso, no entanto, só interessa ao capital quando também pode ser cooptado e mercadejado, e por vezes, de fato, o turismo age nesse sentido.

No caso que estudamos em Barra dos Coqueiros, no entanto, o foco do mercado é outro, é a venda do espaço, a partir de seus atributos paisagísticos, sobretudo, os atributos visuais da paisagem natural. A noção de lugar então é para o capital um mero acaso ou até mesmo um empecilho, uma vez que suas necessidades de ampliação do lucro se dão a partir da perspectiva de produzir algo que em nada tem a ver com o lugar, pois é concebido de forma artificial, pré-moldada, sem espaço para conflitos ou relações que destoem da “perfeição” da indústria do turismo, assim se produz os não-lugares.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social [...] Assim, o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros de lugares, através da não-identidade. (CARLOS, 2007, p.67).

Fica claro que o mercado do turismo fomenta a criação de não-lugares, vendendo uma idéia de perfeição e ordem, que o próprio modo capitalista de produção com todas as contradições intrínsecas ao seu modelo de desenvolvimento desigual e combinado não pode sustentar. Criam-se assim espaços auto-segregados, de espetáculo e lazer, onde o consumo das amenidades turísticas e dos atributos espaciais é o cerne da relação entre o homem e o espaço.

É dentro dessa lógica de afastamento do entorno, como se construídos em um recorte territorial outro que não aquele que o cerca, que vemos não só a indústria do turismo - que é, de fato, a indústria do efêmero e da ausência de relações identitárias - mas, em especial, o próprio mercado imobiliário, que caracteriza em seu produto uma perspectiva de relação entre sujeito e lugar, -por mais que o lugar esteja muitas vezes dentro dos muros de um condomínio – constituírem o fetiche de sua propaganda na ideia da auto-sustentabilidade, ou

seja, da não necessidade de interagir com o entorno. É assim que parte considerável do espaço urbano e agrário do município de Barra dos Coqueiros está sendo produzido pelo capital financeiro, pois é essa a sua lógica de ação, produzir o espaço ignorando e muitas vezes destruindo sua história.

Observamos então, que por todas as interações que fomentam, e no caso do mercado imobiliário, pela grande quantidade de empreendimentos e capital investido, que as indústrias do turismo e imobiliária tem sido responsáveis pelas mais importantes intervenções da iniciativa privada no movimento de produção do espaço em Barra dos Coqueiros. Todavia, esse processo contou também na década de 2010 com alguns outros destacados investimentos do capital, como a abertura de um supermercado da rede G Barbosa em 2012, a inauguração de uma grande quantidade de casas comerciais, em especial Minimercados e Materiais de Construção nas proximidades da cabeceira da Ponte, sobretudo, na Avenida Oceânica, e a inauguração de agências dos Bancos Banese, Bradesco e Caixa Econômica Federal, o primeiro construído ainda durante a fase de conclusão da obra da Ponte, em 2006, e os outros dois já mais recentemente, na primeira metade da década de 2010.

Além desses investimentos, foram inaugurados desde 2006, ano de construção da Ponte, quatro novos postos de combustíveis no município, três deles nas proximidades da própria Ponte Aracaju - Barra, e um na rodovia SE-100, no povoado Jatobá. Até o momento da edificação desse grande equipamento infraestrutural, o município contava com apenas um posto de combustíveis, localizado nas proximidades do antigo hidroviário, o qual fechou ainda no início da década passada, com o deslocamento do eixo comercial de Barra dos Coqueiros (Figura 14), que antes estava em torno da Praça de Santa Luzia, nas proximidades do antigo hidroviário e do porto das balsas, e que desde meados da década de 2000 iniciou um deslocamento em direção à Av. Oceânica, justamente nas proximidades da rótula localizada na cabeceira da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros.

O mercado dos Materiais de Construção, intimamente atrelado ao setor imobiliário, passou também por grandes mudanças no município desde o início da década de 2000, com um aumento considerável no número de estabelecimentos existentes e também na dimensão desses estabelecimentos. Impulsionado, sobretudo, pela abertura de novos loteamentos e condomínios fechados de lotes urbanizados, o que denota o quanto o processo de produção do espaço tende a fomentar a ação de outros setores, como, por exemplo, a indústria da construção civil, evidenciando a lógica dos ajustes espaciais do capital, os quais permitem de variadas formas a continuidade da ampliação do lucro, na perspectiva de protelar indefinidamente o epílogo da crise estrutural do modo capitalista de produção e consumo.

FIGURA 14 – Antigo eixo comercial de Barra dos Coqueiros: Praça de Santa Luzia (Acima), ruínas do antigo posto de combustíveis (abaixo à esquerda) e ruínas do antigo terminal hidroviário (abaixo à direita).



Fonte: Trabalho de Campo, 2017

Constatamos assim, que por mais que o momento mais recente da acumulação de capital venha mostrando uma tendência de passagem de aplicação de investimentos do setor produtivo industrial para o setor imobiliário, o qual produz o espaço como mercadoria. O mercado imobiliário também está articulado e fomenta a produção de outros setores, como a própria indústria, especialmente a da construção civil, servindo não só de motor de acumulação em momentos de crise, como também garantindo demanda de produção para setores industriais produtivos. Há assim uma primazia do capital financeiro, mas, o capital industrial mantém sua imprescindível função na acumulação e na reprodução do sistema.

Observamos na página anterior alguns dos principais investimentos e interações promovidas pelos ajustes espaciais do capital na área do município de Barra dos Coqueiros. No entanto, a perspectiva para o final da década atual e para a década de 2020, é que novas e importantes mediações do Estado-capital na produção do espaço venham a ocorrer na área do município, potencializando ainda mais o processo de urbanização e o aumento do contingente populacional que já observamos, e gerando com isso a perspectiva de mudanças ainda mais relevantes na estrutura espacial, social e econômica do município.

Dentre essas interações, destacamos inicialmente o projeto de construção, por parte do Grupo Poly Promotion, o mesmo responsável pelo Costa Paradiso Club Residencial, de um Shopping Center no município, empreendimento que inclusive já conta com um terreno de grande dimensão reservado para sua construção, na rodovia que liga a Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros à Praia da Costa. Justamente a área que mais cresce em termos populacionais no município e que está prestes a receber um enorme contingente populacional após inauguração dos grandes condomínios fechados de lotes urbanizados e de casas presentes no local, a saber, o Residencial Damha I Sergipe, todo o Complexo Alphaville, com seus três condomínios inicialmente planejados, além do próprio Costa Paradiso Club Residencial.

Além desses, como já citado, também as áreas central e norte do município, em direção aos povoados de Olhos D'Água, Capuã e Jatobá, já estão sendo tomadas por empreendimentos imobiliários em construção ou em fase de licenciamento. Evidenciando o quanto a ação inicial e contínua do Estado, em conjunto com o mercado imobiliário tem fomentado novos e importantes movimentos no processo de produção do espaço.

E, considerando que empreendimentos comerciais com as características de um Shopping Center tendem a fomentar ainda mais o potencial do setor imobiliário, impulsionando a especulação e agindo como um marco decisivo no processo de produção do espaço. Analisamos, com base na necessidade de reprodução sociometabólica do capital, que a efetivação de uma obra desse porte dará um impulso ainda maior ao movimento de expansão urbana sobre o espaço agrário no município.

As Cidades são motores da acumulação urbana capitalista tendo na urbanização uma pré-condição para funcionamento da lógica do capital. A forma como esta dinâmica ocorre está estreitamente associada à ação do mercado imobiliário, principal ator que confere à produção do espaço e ao seu uso e ocupação, por meio do produto habitacional, as condições para sua reprodução (LEAL, 2015, p.1).

O avanço do urbano através das interações do capital fomenta o próprio movimento de sua reprodução. A construção de uma infraestrutura como a de um Shopping Center, é então, tanto reflexo, quanto impulsionadora do processo de expansão urbana inserido na lógica dos ajustes espaciais capitalistas, o qual continuará se reproduzindo enquanto houver espaço a ser produzido e segundo as necessidades do capital.

Além de um shopping construído no próprio município de Barra dos Coqueiros, outro empreendimento com as mesmas características construído nas proximidades da Ponte, mas, no lado de Aracaju, certamente se beneficiará bastante - pelo menos em um primeiro momento, até que o Shopping da Poly Promotion em Barra dos Coqueiros esteja construído - da infraestrutura representada pela Ponte e de todo o novo contingente populacional existente na

Península de Santa Luzia. Trata-se do Aracaju Parque Shopping (Figura 15), que está sendo erguido no Bairro Industrial à beira do Rio Sergipe, e que por conta da proximidade em relação à Barra dos Coqueiros, tende a atrair grande parte dos consumidores locais. E, levando em conta que o município tem seu quantitativo populacional aumentado vertiginosamente ano após ano, a proximidade do Shopping com a Barra é sem dúvida um dos grandes benefícios de sua localização. Em conjunção a isso, desde o início da construção do Aracaju Parque Shopping, algumas construtoras que investem em empreendimentos na Barra dos Coqueiros, já incluem em suas propagandas a proximidade com o referido empreendimento comercial como mais um fator atrativo para investir no mercado imobiliário do município, evidenciando o quanto as ações do capital, desde a propaganda até a definição de áreas e tipos de investimentos, se dá de forma orquestrada e combinada.

A expansão urbana a partir dos investimentos públicos e privados no município de Barra dos Coqueiros, entretanto, já não pode se materializar unicamente na área traçada como Zona de Expansão Municipal, pelo Plano Diretor do Município elaborado em 2009, - e representado na página 26 dessa Dissertação - a qual já se encontra repleta de condomínios e loteamentos. A área urbana de sua sede, também não apresenta possibilidades para a expansão do capital via mercado imobiliário, senão a partir de um tendencioso processo de obsolescência espacial, incutido no âmago da chamada destruição criativa do capital. Esse processo, entretanto, não figura como possibilidade atrativa, frente à grande quantidade de terras rurais acessíveis no município.

FIGURA 15 - Estágio atual da construção e Projeto Arquitetônico do Aracaju Parque Shopping



Fonte: aracajuparqueshopping.com.br; revistarever.com

Sendo assim, com uma zona urbana saturada e uma zona de expansão já repleta de novos empreendimentos, o que observamos atualmente é um movimento cada vez mais definido do mercado imobiliário em direção ao litoral norte do município, em sua área rural. Esse movimento, como já citamos anteriormente nessa Dissertação, traz a possibilidade de um processo que põe em risco a própria permanência de parte das comunidades extrativistas tradicionais locais, o que se dá a partir de um decurso bastante peculiar de expropriação territorial, que não poderia expropriar da propriedade da terra, que de fato em sua boa parte não pertence aos sujeitos integrantes das comunidades tradicionais, mas, os expropria de sua possibilidade de reprodução social, econômica e cultural.

No mais, as populações que permanecerem no espaço agrário do município devem sofrer ainda outras vicissitudes causadas pelo processo em curso, uma vez que a valorização das terras e a expansão urbana possibilitam à administração municipal local o projeto de transformar áreas nas quais os habitantes pagavam ITR (Imposto Territorial Rural) em áreas nas quais será futuramente cobrada taxa de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), bem mais elevada. Levando em conta ainda, o aumento de mais de 500%, em alguns casos, nas taxas de IPTU pagas pelos moradores de Barra dos Coqueiros, a partir do ano de 2014, o cenário para aqueles que permanecerem dentre os integrantes das comunidades tradicionais do município, terá ainda esse grande obstáculo à sua possibilidade de resistência. O movimento de expulsão dos sujeitos sociais mais precarizados das áreas de ocupação privilegiada do capital, de fato assume diversas nuances, as quais combinadas dificultam sobretudo suas possibilidades de autonomia e permanência.

O movimento de expansão urbana em Barra dos Coqueiros, o qual se efetiva com a construção da Ponte, possibilita um verdadeiro processo de conurbação com Aracaju, permitindo o acesso da população local à capital e a um shopping às margens do Rio Sergipe, traz consigo também, a partir das ações do Estado e da iniciativa privada, todo um decurso de ingerências sobre a vida e a produção de suas comunidades rurais impõem mudanças severas e abruptas no espaço e nas mais diversas características locais, ignorando o lugar enquanto usufrui da paisagem, que para o capital se resume às amenidades turísticas, essenciais também ao mercado imobiliário. A identidade e a vida são ignoradas, e Barra dos Coqueiros é tratada dentro da perspectiva homogeneizante do capital, como apenas a outra margem de Aracaju, uma praia ou um bairro da capital, para onde, a despeito de toda as mazelas espaciais e sociais presentes, o modo capitalista de produção vislumbra agora, mais uma entre as tantas possibilidades de materializar seus ajustes espaciais.

2.2.1 O Processo de Expansão do Mercado Imobiliário no Município de Barra dos Coqueiros/SE e os Perfis dos Empreendimentos

O processo de produção e comercialização do espaço que observamos no município de Barra dos Coqueiros precisa ser analisado tanto a partir das características gerais que regem o movimento de expansão urbana sob as determinações do capital em sua escala mundial, como também, no intrínseco a esse mesmo movimento, é necessário avaliar as dicotomias existentes em sua materialização na escala local, a qual, por mais que responda ao movimento global de reprodução do capital, é por muitas vezes fruto da adaptação às características locais.

Dessa forma, observar as distinções existentes no processo de expansão urbana, que mesmo promovido pelos mesmos agentes – o capital financeiro via mercado imobiliário - em um mesmo recorte territorial, assume perfis repletos de especificidades, e que, sobretudo, difere intensamente das características espaciais tradicionais ao entorno, é fundamental para analisar como a produção desigual do espaço se insere na perspectiva da reprodução do capital, que encontra no mercado imobiliário - assim como faz em outros setores da economia - diferentes perspectivas de efetivar a ampliação do lucro. Nesse âmbito, observamos que da mesma forma que age ao produzir mercadorias de uso cotidiano, avaliando as demandas do mercado e criando novas necessidades, o capital, ao transformar o espaço em mercadoria, por mais que seja obrigado a limitar-se por determinadas condições intrínsecas às características socioespaciais, também produz o espaço na perspectiva de suprir demandas essenciais à sua reprodução. Quanto a isso, Lefebvre entende que

A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (LEFEBVRE, 2008, p. 62).

Assim, mesmo sob a ótica de um mesmo mercado, diferentes perfis de empreendimentos, inseridos na lógica da produção e consumo do espaço devem ser criados, para diversificar e fortalecer as possibilidades de efetivar a ampliação do lucro, doutra forma, o processo de expansão urbana inserido nos ajustes espaciais do capital poderia não lograr o êxito esperado e a perspectiva de ampliação do lucro não seria realizada.

Nessa perspectiva, observamos que mesmo com uma grande quantidade de condomínios verticais já construídos e outros tantos em fase de licenciamento, o que mais chama a atenção e destaca o município de Barra dos Coqueiros em relação ao restante da região da Grande Aracaju, é a grande quantidade e a extensão dos chamados “condomínios de alto padrão”, construídos e em construção desde o início da década de 2010. Nesse perfil de

empreendimento estão condomínios como o Damha I Sergipe, o Costa Paradiso Club Rezidenciale (Figura 16), o Complexo Alphaville (Figura 17), formado pelos condomínios Alphaville Sergipe, Terras Alphaville e Terras Alphaville 2, o Ville al Mare, o Maikai, o Thai Residence (Figura 18) e o Reserva Capuã, alguns dos quais com um padrão de ocupação e uma dimensão em área construída ainda inéditos em todo o estado de Sergipe.

FIGURA 16 - Canteiro de obras do Costa Paradiso Club Rezidenciale (acima) e pórticos de entrada do Costa Paradiso Club Rezidenciale (abaixo, à esquerda) e do Damha I Sergipe (abaixo, à direita).



Fonte: youtube.com e Trabalho de Campo, 2016.

FIGURA 17 - Complexo de Condomínios Alphaville em Barra dos Coqueiros



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

FIGURA 18 - Pórtico de entrada do Thai Residence (acima) e do Maikai Residencial Resort (abaixo)



Fonte: Trabalho de Campo, 2015 e 2016.

No que se refere aos condomínios construídos e em construção ao longo da Rodovia SE-100, como é caso do Ville al Mare, do Maikay Residencial Resort, do Thay Residence e do Reserva Capuã, duas características fundamentais podem ser destacadas: a primeira delas é que todos esses empreendimentos estão localizados a partir da margem leste da rodovia, com suas áreas seguindo dessa via de acesso até à beira da praia, criando uma perspectiva muito valorizada no marketing desse tipo de condomínio, a da praia privativa, ou seja, da privatização ilegal de uma área pública, para uso exclusivo dos moradores desses condomínios.

Outra questão a destacar, é que o perfil de espacialização que está sendo implantado por esses empreendimentos, já localizados na área dos povoados do município, impede por completo a locomoção das comunidades extrativistas locais pelas áreas onde realizam a cata da mangaba e de outros frutos, obrigando-as a ter que deslocar-se até à rodovia SE-100 ou até às Praias da Costa ou do Jatobá, para poder transitar entre essas áreas, uma vez que os condomínios cercados por toda uma arquitetura defensiva, caracterizada por altos muros, ocupam desde a margem da SE-100 a até a beira do mar (Figura 19).

FIGURA 19 - Área do Condomínio Fechado de Lotes Urbanizados Maikai Residencial Resort



Fonte: youtube.com

Esse atual cenário de construção de condomínios fechados na faixa leste da rodovia SE-100 no espaço agrário do município tem se intensificado nessa década, com tendência de crescimento ainda maior na década de 2020, tendo em vista a saturação da área da Rodovia José de Campos na zona de expansão do município e o fato desse perfil de condomínio fechado com grandes lotes para a construção de casas de grandes dimensões, necessitar além de áreas extensas, acesso direto à rodovia, e principalmente acesso direto às praias, nesse caso às Praias da Costa e do Jatobá. Sendo essa última característica, condição *sine qua non* para a propaganda desse tipo de condomínio (Figura 20), a perspectiva da apropriação do espaço, privatizando a natureza e o seu usufruto. E por mais que isso não se efetive na esfera legal pela impossibilidade jurídica de um condomínio tomar para si a propriedade do espaço público, a ideia embutida na estrutura física desses condomínios com seus clubes já praticamente na areia da praia, termina por inibir a presença de “pessoas estranhas” a essa realidade naquela área específica do espaço público, promovendo por fim, o intento de uma praia exclusiva, privativa.

E é por privilegiar essa perspectiva das potencialidades paisagísticas, que esses empreendimentos “têm” que estar localizados nas proximidades das praias. E isso ocorreu tanto na área de expansão urbana do município, nas proximidades da Rodovia José de Campos, onde, no entanto, a localização das vias de acesso e a ocupação já anteriormente existente dos bares e casas de veraneio não possibilitou que o Alphaville tivesse nos condomínios de seu complexo imobiliário acesso privativo à Praia da Costa, como também ocorre nos condomínios localizados na faixa leste da rodovia SE-100, nos quais, entretanto, essa exigência do mercado imobiliário pode se materializar.

Em contrapartida a essa tendência dos condomínios voltados para um público com maior poder aquisitivo, observamos na faixa oeste da rodovia SE-100, que liga a pista a uma área de manguezal às margens do Rio Pomonga, a construção de outro perfil de empreendimento, caracterizado por condomínios verticais de prédios de no máximo quatro andares, voltados a um público com menor poder aquisitivo, semelhantes ao que encontramos na área da cabeceira da Ponte Aracaju – Barra. Condomínios esses, que apesar de também privilegiarem a perspectiva das belezas paisagísticas do município em sua propaganda, tem como principal característica de mercado, a proximidade em relação à Aracaju. Nesse sentido, percebemos uma nítida desigualdade no processo de espacialização do mercado imobiliário no município, que, enquanto reserva a faixa leste, próxima às praias, a um perfil de condomínios de “alto padrão”, estabelece para a faixa oeste, que vai desde a Rodovia até à área de manguezal, outro tipo de empreendimento, como é o caso dos condomínios Litorâneo Barra Residence e Alameda da Barra, localizados no povoado Capuã, na área rural do município.

FIGURA 20 - Propaganda de condomínios fechados às margens da Rodovia SE-100 em Barra dos Coqueiros



FINANCIAMENTO PRÓPRIO SEM JUROS

- PRAIA EXCLUSIVA
- RESERVA ECOLÓGICA
- ÁREA DE LAZER COMPLETA
- 03 CLUBES RECREATIVOS
- 06 QUADRAS DE TÊNIS
- ESTRUTURA DE RESORT
- PISCINA COM DECK MOLHADO
- ESPAÇO KIDS
- ESPAÇO GOURMET
- SALÃO DE JOGOS
- SALÃO DE FESTAS

RESERVA CAPUÁ

VIVA O MELHOR QUE A VIDA LHE RESERVA

Cond. Maikai, Lote medindo 593,22 m²

Vende-se Lote medindo 24,73m de frente, Lado direito 30,59m, lado esquerdo 30,50m fundo 13,99m, somando um total de 593,22m², lote 09, quadra 14-E. Condomínio com total infraestrutura, área de lazer completíssima, um dos melhores condomínios de Sergipe. Cond. já todo urbanizado, praia privativa. Documentação ok, financia.

Vende-se Lote no Condomínio Thai - Barra dos Coqueiros

Vende-se Lote medindo 26,04m de frente, Lado direito 28,86m, lado esquerdo 28,86m fundo 26,04m. Condomínio com total infraestrutura, área de lazer completíssima, um dos melhores condomínios de Sergipe. Cond. já todo urbanizado, praia privativa. Documentação ok, financia.

Fonte: google.com.br; mangiericorretordeimoveis.com.br.

Observamos, no entanto, que apesar das distinções no perfil de ocupação desses empreendimentos, os danos causados às comunidades tradicionais pelo processo de produção do espaço no qual estão inseridos, não diferem de acordo com esses perfis. E até mesmo os loteamentos abertos de casas que estão sendo inaugurados no município, apesar de a princípio não contarem com a arquitetura defensiva dos muros e grades que cercam os condomínios fechados e impedem a locomoção das catadoras de mangaba entre as áreas ainda restantes para desempenhar sua atividade, também se inserem decisivamente no processo de diminuição das áreas onde é possível realizar o extrativismo dos frutos, a partir do momento

em que, para que sejam abertos esses loteamentos, grandes áreas cobertas pela vegetação nativa local tem que ser desmatada.

Todo o processo de expansão do mercado imobiliário fomenta também a perspectiva do comércio, em especial no caso dos condomínios localizados ao longo da Rodovia SE-100, em áreas nas quais as distâncias em relação às atividades comerciais características do urbano ainda são bastante consideráveis. Nesse sentido, estão sendo reservadas áreas dentro dos próprios condomínios voltadas para atividades desse tipo, e outras áreas estão sendo loteadas pelas próprias construtoras para abrigarem esse tipo de atividade, fortalecendo o caráter urbano que o capital tem definido para o recorte territorial, mas, ao mesmo tempo, tornando-se algumas delas áreas comerciais auto-segregadas, que sevem em especial para garantir o perfil auto-suficiente dos condomínios, como fica explícito na entrevista abaixo.

Um espaço que tem toda sua estrutura desenhada para ser autossuficiente, ou seja, ter em sua comunidade todo o necessário para atender às necessidades básicas de sua população, como uma área comercial composta, entre outros, por padaria, farmácia, café, um multiuso com consultórios, mall, escritórios, escolas, universidades e o residencial, explica o Diretor Comercial da Alphaville, Fábio Valle. (Portal Jornal da Cidade, 2013).

Essa é uma característica marcante dos vários empreendimentos recém construídos e em construção no município, que são *“operados para atender a demanda gerada para utilizá-los, mas, que não conservam em nada as características que o entorno lhe confere”*, (CAVALCANTI, 2004). E além de se distanciarem por completo do entorno no que se refere às suas próprias características, também possuem toda uma infraestrutura que mitiga por completo até mesmo algumas das relações mais básicas dos futuros moradores com esse entorno, é dessa forma que está se dando o processo de produção do espaço e a expansão do mercado imobiliário no município de Barra dos Coqueiros.

No capitalismo, como todo o produto da ação humana decorrente do processo de trabalho, o espaço torna-se mercadoria, e nessa condição traz por exigência condições específicas que determinam seu uso e sua forma de acesso; o uso de determinada parcela da cidade requer acesso à propriedade [...] O Acesso a um de seus fragmentos dá trânsito a uma totalidade mais vasta e encerra em si necessidades e desejo; seu uso diferenciado é marcado por relações de poder e propriedade, o que permite atualizar o modo como alienação é vivida na sociedade atual; e, por fim, o acesso diferenciado toma a forma de segregação como produto da justaposição entre morfologia social (condição de classe) e morfologia espacial (lugar que o sujeito ocupa na cidade em função da relação renda/preço do m² do solo urbano), expressão da realização de uma sociedade de classes fundada na concentração do poder e da riqueza (CARLOS, 2011, p. 92).

Quanto mais o capital se expande em direção ao espaço agrário no município, a intensidade do decurso de urbanização caracterizado pela auto-segregação espacial, a partir de uma arquitetura defensiva, de imensos muros e cercas, e pela apropriação contínua de extensas faixas de terra tem aspectos mais nocivos em relação à estrutura socioespacial do município. Se na zona de expansão de Barra dos Coqueiros a apropriação do solo pelo mercado imobiliário não causa impactos tão diretos à estrutura produtiva e de vida das comunidades tradicionais, – por mais que ocasione ainda outras mazelas – o processo de urbanização que constatamos nos Povoados Olhos D’água e Capuã, interfere de variadas e nocivas formas em sua lógica de trabalho e produção, a qual, por suas próprias características extrativistas, demanda áreas extensas para o seu desenvolvimento.

Essas metamorfoses no espaço que impedem o trânsito das catadoras entre os locais de coleta de frutos, também supervalorizam a possibilidade do acesso a terra, dificultando a permanência dos sujeitos sociais pauperizados em uma área agora bastante valorizada, assim como aumentam de forma vertiginosa o contingente populacional do município, sobrecarregando seu sistema de esgotamento sanitário, e entre outras coisas, aumentam sobremodo o tráfego de veículos em uma área ainda predominantemente rural, processos aos quais não só os seres humanos, mas também a natureza não passa incólume. Mas, que em nome da urbanização como modelo de desenvolvimento, “não podem” ser evitados, uma vez que o movimento de expansão do capital é irrefreável.

Sendo um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão, ou o sistema do capital sustenta o rumo de seu desenvolvimento impelido pela acumulação, ou, mais cedo ou mais tarde, *implode*. (MÉSZÁROS, 2002, p.131).

O processo de reprodução do capital a partir da produção do espaço tem então que garantir continuamente a expansão da acumulação. Uma vez disparado o gatilho para que os ajustes espaciais do capital se reproduzam em um determinado recorte territorial, há uma tendência que a sua espacialização prossiga enquanto a perspectiva da ampliação do lucro persistir. Sendo assim, a expansão urbana que nesse caso se dá primordialmente a partir do mercado especulativo imobiliário, traz consigo ainda outras formas de reprodução do capital, materializadas em especial a partir da expansão de todo um setor de serviços, que começa a se difundir também no espaço rural do município, em especial atrelado aos novos condomínios fechados.

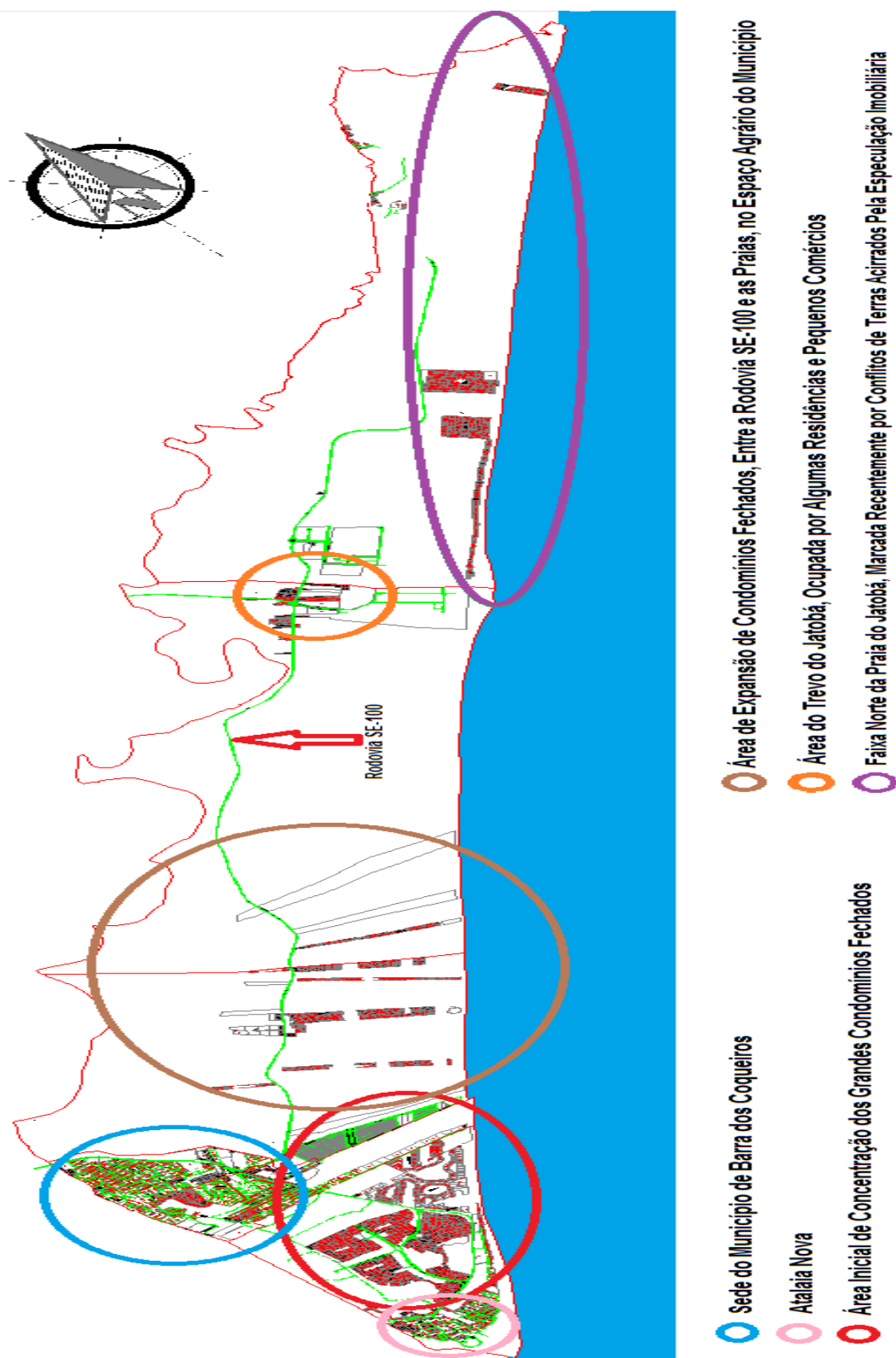
Há também que se destacar que no movimento contraditório da reprodução capitalista, o processo de expansão imobiliária ao fomentar o aumento populacional tende a ampliar a possibilidade de comercialização dos frutos colhidos pelas catadoras, como também dos produtos do beneficiamento desses frutos, em especial a partir do comércio de beira de estrada - responsável por 25% da comercialização da mangaba colhida - já existente na região dos Povoados de Barra dos Coqueiros. No entanto, por mais que o processo em curso tenda, de fato, a expandir a possibilidade de comercialização de frutos, como a mangaba, o caju e o murici, esse é um preço caro a se pagar frente a todas as perdas que as comunidades tradicionais estão tendo e terão com o desenvolvimento do processo de produção do espaço no município, da maneira que está posto.

Com o objetivo de melhor analisar o movimento de expansão imobiliária em Barrados Coqueiros, analisaremos a seguir as tendências geográficas do mercado de imóveis local, de acordo com a quantidade, distribuição espacial e período de construção das áreas de concentração populacional localizadas no município (Figura 21), no intuito de averiguar como se dá a espacialização do processo de expansão imobiliária e quais as relações que se estabelecem na produção do espaço nas diferentes áreas do município.

Constatamos no que se refere a essas áreas, a existência de parcelas do espaço urbanizadas já desde meados do Século XX, com destaque para a região sudoeste da Península de Santa Luzia, onde fica a sede do município com os conjuntos habitacionais que dela fazem parte (área circulada em azul), e para o extremo sudeste de Barra dos Coqueiros, onde está localizado o Povoado de Atalaia Nova (área circulada em rosa), historicamente conhecido como ponto turístico e local preferencial para a prática de veraneio na Grande Aracaju.

Outra área com uma relativa concentração de habitações bastante anterior ao processo recente de expansão urbana no município, fica localizada no trevo de acesso ao Porto de Sergipe no Povoado Jatobá (área circulada em laranja), na qual observamos um perfil de ocupação que concentra alguns estabelecimentos comerciais e uma quantidade considerável de residências já há algumas décadas. Processo que se materializou justamente pelo fato de ser essa uma área de considerável trânsito de veículos e de pessoas, uma vez que o referido Trevo não só dá acesso ao Porto de Sergipe, que fica ao leste, em suas proximidades, como também aos municípios de Pirambú ao norte e Santo Amaro das Brotas a oeste.

FIGURA 21 - Mapa geral de construções no Município de Barra dos Coqueiros/SE



Fonte: Secretaria de Obras de Barra dos Coqueiros, Adaptado Pelo Autor, 2016.

Já no que se refere ao padrão de ocupação e produção do espaço mais recentemente observado no município, marcado pelo processo de especulação imobiliária, dirigido pelas recentes mediações do Estado-capital, - mas, que em alguns casos se dá até mesmo fora da esfera legalizada dessa aliança - destacamos três áreas principais a serem observadas no município de Barra dos Coqueiros.

A primeira delas engloba parte das zonas urbana e de expansão do município traçadas em seu plano diretor de 2009, (área circulada em vermelho), iniciando-se na rótula, nas proximidades da cabeceira da Ponte Aracaju – Barra, onde ainda na segunda metade da década de 2000, condomínios de prédios como o Salinas da Barra e o Solar da Barra foram construídos, e se estendendo à Rodovia José de Campos que liga o centro da Barra à Atalaia Nova, no início da qual também observamos vários condomínios com características similares, todavia de construção mais recente, como é o caso dos condomínios Barra Club Residence I e II, construídos em 2013 e localizados em uma rua paralela à supracitada Rodovia, e do Brisas Vida Bela Condomínio Club, em fase da construção e a poucos metros da supracitada rodovia.

Já na segunda metade da referida rodovia, nas proximidades da Praia da Costa, estão localizados os grandes condomínios fechados de casas e lotes urbanizados, é o caso do Costa Paradizo Clube Residencial, do Damha I Sergipe e do Complexo Alphaville. Destaca-se também nessa área a existência do Prodigy Beach Resort e Conventions Aracaju, assim como nela está planejada a construção de um Shopping Center, pelo mesmo grupo responsável pelo Costa Paradizo.

É justamente esse setor da área urbana e de expansão do município, o que mais chama a atenção no que se refere ao processo de produção do espaço que estudamos. Nele estão concentrados condomínios os quais soma das suas áreas, encontramos uma extensão bem maior que a do Povoado de Atalaia Nova, e equivalente à da área da própria sede do município de Barra dos Coqueiros, toda essa área construída em um período equivalente à metade de uma década, desde o início da década de 2010 a até o presente ano de 2016. Esses empreendimentos imobiliários localizados nessa parcela do espaço do município, também poderão receber, quando concluídos, um contingente populacional superior à própria população atual do município, que é de cerca de 25 mil habitantes. O que por si só já seria um número alarmante, quando constatamos o curto lapso temporal no qual essas mudanças tendem a se territorializar, menos de uma década, fica clara a pujança desse processo.

Os investimentos feitos por esses condomínios também são outro ponto a destacar, já que apenas o grupo Alphaville e a Damha Urbanizadora investiram juntos mais de R\$165

milhões na construção de seus empreendimentos. Certamente, se houvesse acesso aos dados das demais construtoras e incorporadoras, observaríamos que o aporte financeiro remetido para os empreendimentos imobiliários no município supera seguramente os R\$500 milhões, o que levando em conta que a receita total estimada no orçamento fiscal e na seguridade social de Barra dos Coqueiros para o ano de 2016, a qual, foi de cerca de 100 milhões, é sem dúvida bastante significativo e deixa claro as discrepâncias entre o novo cenário que está sendo produzido, e a realidade material da população e do próprio município.

Outro ponto a observar é o tipo de serviços e funções que estarão disponíveis nesses condomínios, que contarão, como no caso do Complexo Alphaville com diversas casas comerciais, escritórios, consultórios, escolas e até mesmo uma faculdade, segundo o que prevê sua infraestrutura. Um padrão que além de diferir por completo do entorno segregado, tende a agravar ainda mais o processo de especulação imobiliária, que impulsionou uma valorização do solo *“de mais de 300% em algumas áreas do município desde o início da década de 2010”*, segundo nos confirmou em entrevista realizada em agosto de 2016, o senhor Bruno Muniz, corretor de imóveis que atua no município, sobretudo, no ramo das casas e lotes urbanizados em condomínios fechados.

Essa valorização fica clara quando constatamos o valor médio de lotes urbanizados em condomínios luxuosos como *“o Damha I Sergipe, que conta com lotes de cerca de mil metros quadrados, valendo até R\$ 1,2 milhão, destinados à construção de mansões de veraneio”*, ou quando constatamos o valor de *“uma casa já construída de cerca de 130 m² no Costa Paradiso Club Residencial, que pode valer até R\$527mil. Já um imóvel maior, com cerca de 245m², no mesmo condomínio pode valer até R\$780 mil”*, segundo informou o corretor.

Observamos então a produção desigual do espaço e a reprodução das contradições do modo capitalista de produção e consumo a partir da análise do próprio arranjo espacial, uma vez que esses empreendimentos imobiliários destoam por completo do entorno, e assumem, desde o discurso impregnado em suas propagandas, a perspectiva de áreas independentes a este. Localizadas dentro da área do município, todavia, construídas com todas as garantias de infraestrutura, lazer e segurança, que as diferi em muito da cidade que as cerca.

A urbanização completa da sociedade [...] não se realiza de maneira coerente nos quadros do modo de produção capitalista; tem um lado negativo, que impulsiona para frente, mas tende à destruição e à autodestruição. O capitalismo destrói a natureza e arruína suas próprias condições, preparando e anunciando seu desaparecimento revolucionário. Somente depois dele, as trocas (no sentido amplo: tanto trocas orgânicas, quanto econômicas) entre o social e o natural, o adquirido e o espontâneo, poderão se restabelecer sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral e como lei reguladora da produção social. (LEFEBRVE, 2001, p.146).

Avaliamos então que na lógica capitalista não só os parâmetros para a exploração da natureza e do trabalho são corrompidos, mas o próprio valor da mercadoria produzida por esse trabalho é desvirtuado, o uso passa a ser um detalhe frente à primazia da troca, e essas contradições ficam visíveis, sobretudo, ao analisarmos a produção do espaço desigual.

Além da área da Rodovia José de Campos onde o processo de especulação imobiliária e expansão urbana mais se centralizou, há uma segunda área (circulada em marrom) que engloba tanto a zona de expansão do município, como parte de seu espaço agrário, a saber, os Povoados de Olhos D'água e de Capuã, onde considerável número de condomínios fechados de prédios e lotes urbanizados foram recentemente construídos. Nessa parcela do município de Barra dos Coqueiros destacamos - como já citado- a presença de um perfil de espacialização de condomínios marcado pelo acesso à Rodovia SE-100 e ao mesmo tempo pelo acesso privativo às praias. Nesse sentido, entre as características que mais se destacam nessa segunda área de expansão do mercado imobiliário no município, está o fato de as praias localizadas nesse recorte territorial serem menos movimentadas que a área da Praia da Costa nas proximidades da Rodovia José de Campos, sobretudo, pela ausência de estabelecimentos comerciais como bares e quiosques na faixa de areia. Sendo, portanto, esse um cenário ainda mais propício ao processo de fetichização da mercadoria a partir do acesso às praias privativas, tão atraente nesse perfil de condomínio, uma vez que permite apropriação privada da natureza a partir da auto-segregação, que é condição *sine qua non* à seletividade do e no espaço.

Ao contrário do que constatamos na área circulada em vermelho, o recorte espacial circulado e marrom, onde estão localizados condomínios fechados de lotes urbanizados, como o Maikai Residencial Resort, o Thai Residence e o Reserva Capuã (em fase de construção), ainda apresenta uma quantidade considerável de áreas não utilizadas para a construção de condomínios fechados. E, levando em conta que parte expressiva dessas áreas onde ainda não foram edificadas empreendimentos imobiliários, já estão apropriadas pelas construtoras e incorporadoras, analisamos que nessa segunda metade da década de 2010, assim como para a próxima década, há uma tendência de concentração de futuros condomínios justamente nessa parcela do espaço, e até mesmo na área um pouco mais ao norte, nas proximidades dos Povoados Jatobá e Touro, que ficam há mais de dez quilômetros da sede do município de Barra dos Coqueiros. Áreas nas quais inclusive já se desenha um processo de produção do espaço marcado por algumas singularidades e desigualdades, em relação ao que analisamos até aqui.

A última área que analisaremos no município é a faixa nordeste da Península de Santa Luzia (circulada em lilás), a qual engloba tanto parte do Povoado Jatobá, como o Povoado Touro, já nas proximidades da divisa com Pirambú. Nessa parcela do espaço, provavelmente por conta da distância em relação à Aracaju, ainda não há uma predominância do mercado imobiliário no que se refere a concentração de condomínios fechados. Contudo, o processo de especulação imobiliária e a nova condição que o município assumiu em sua relação com a capital sergipana após a construção da Ponte Aracaju - Barra, já fomentam nessa área, caracterizada por Terrenos de Marinha e algumas terras devolutas, recentes conflitos pela posse e o usufruto do espaço, com a existência, sobretudo, no período de 2012 à 2016 (momento em que essa Dissertação está sendo escrita), de alguns episódios de disputas judiciais pela posse de terra nessa área. Com destaque para o último desses episódios, em Julho de 2016, no qual três empresas do mercado imobiliário conseguiram a reintegração, via judicial, da posse de uma propriedade na divisa entre o Povoado Jatobá e o Povoado Touro, a qual estava ocupada tanto por integrantes de movimentos sociais, quanto por indivíduos isolados.

Nessa parcela do município de Barra dos Coqueiros, ao contrário das demais áreas estudadas, o processo de produção do espaço não está se dando ainda prioritariamente de acordo com a ação do capital financeiro tutelada pelo Estado, por mais que a ação e por muitas vezes a omissão do Estado sejam inequívocas. Os imóveis nela construídos, de acordo com o que constatamos são em geral frutos de loteamentos abertos criados pelos próprios proprietários de terras, e de ocupações nas quais encontramos desde casebres até imóveis de grande porte. Evidenciando outra faceta da produção desigual do espaço, e, por conseguinte, da produção do espaço desigual, tal qual a sociedade e o modo de produção que ele esposa e que a ele produz.

2.3 Especulação, Renda e Valor da Terra: o modo capitalista de produção e a urbanização como modelo de desenvolvimento

Quando analisamos o valor da terra urbana, sobretudo, no que se refere ao mercado imobiliário, algumas características são de fundamental importância para definir como se dará a produção do espaço e em que níveis poderá se materializar o processo de especulação imobiliária, uma vez que ele também é o garantidor do lucro dos promotores imobiliários que investem na expansão da urbanização.

Ao escrever sua teoria sobre a renda da terra - na verdade, uma crítica e um salto qualitativo em relação aos escritos de Adam Smith e David Ricardo, os quais não analisavam as relações de classe e a exploração do trabalho no âmago da extração da renda da terra - voltada mais especificamente à observação do espaço agrário na Europa com o advento do modo capitalista de produção, Marx (1985), formula alguns conceitos fundamentais para o entendimento da relação que se estabelece entre o processo de expansão do modo capitalista de produção e a propriedade privada da terra, mantida há vários séculos nas mãos de uma aristocracia remanescente do sistema feudal. Essa propriedade, entretanto, passava a se configurar com o surgimento e expansão do modo capitalista de produção, como um óbice à reprodução do capital, uma vez que os antigos senhores de terras não exploravam o mais-valor diretamente a partir delas, e, por sua vez, os empreendedores capitalistas precisavam do seu usufruto para valorizar seu capital a partir da exploração do trabalho.

No intuito de superar a contradição estabelecida entre propriedade privada da terra e o capital, se estabelece uma relação entre os proprietários e os capitalistas, que assumem a função de arrendatários, na qual estes últimos passam a pagar um tributo ao senhor da terra para usufruir desta, e assim poder ampliar seu capital. Esse tributo, que na verdade não é pago pelo capitalista em si, mas, pelo trabalhador por ele empregado e do qual ele retira o mais-valor de seu trabalho na produção agrícola, recebe o nome de renda da terra, essa renda, entretanto, tende a sofrer determinadas variações de acordo com uma série de especificidades do solo que é arrendado, como do que nele é produzido.

Para melhor explicar a relação acima descrita, Marx elabora os conceitos de renda diferencial, renda absoluta e renda de monopólio, os quais podem, apesar das distinções entre a realidade material na qual a teoria foi formulada e a observação do processo de produção do espaço urbano que nos propomos a analisar nessa Dissertação, ser utilizados para uma melhor análise do processo de especulação imobiliária e de valorização da terra, intrínsecos à produção do espaço urbano.

Na formulação da teoria da renda da terra, Marx (1985) trabalha com destaque o conceito de renda absoluta, que seria a porcentagem da renda paga ao proprietário da terra unicamente pelo seu uso, a qual seria paga em qualquer situação, independente de localização ou da qualidade do solo apropriada pelo arrendatário. A renda absoluta se materializa então, unicamente em razão de o senhor da terra deter a sua propriedade privada, e cobrar um tributo pelo uso dela, o fato de possuir a terra, por si só, já garante uma renda a um grupo privilegiado de pessoas, independente da forma pela qual a conquistaram.

Outro conceito de grande importância na teoria da renda da terra, e sobre o qual trataremos, é o de renda diferencial, a qual pode ser compreendida através da retirada de um lucro suplementar por parte do arrendatário, em decorrência de utilizar terras mais férteis ou com quaisquer outras condições que facilitem e barateiem a sua produção. Uma vez que o preço médio regulador da produção é determinado de acordo com as condições materiais de produção nas piores terras, o arrendatário que tem o usufruto das melhores áreas obtém dessa forma um lucro suplementar em relação àqueles que realizam sua produção em terras menos férteis, nesse sentido a renda diferencial é o lucro obtido por deter o usufruto de melhores áreas que beneficiem a sua atividade econômica. Temos que destacar, no entanto, que esse lucro só é possível graças à exploração do trabalho, raiz de todo o capital. E que esse lucro suplementar tende, de acordo com a análise de Marx (1985), a ser transferido para o proprietário da terra, que cobra pelos benefícios conseguidos através dos diferenciais de sua propriedade. Ou seja, se levarmos em conta o arrendamento de áreas de proporções similares, aquelas onde as condições naturais oferecem maiores vantagens, “cobrarão” um preço maior para que o capitalista possa delas usufruir.

A renda de monopólio, por sua vez, pode ser obtida em situações nas quais o usufruto de uma determinada área possa conferir a quem a usa, condições especiais que a diferenciam das demais, garantindo que o controle sobre o monopólio do seu uso permita vantagens únicas ao usuário. Nesse caso, observamos não apenas diferenciais positivos em relação às áreas de onde é retirado o preço médio regulador, mas, condições únicas que permitem ao usuário dessas terras tirar vantagens exclusivas do seu usufruto. No caso do espaço agrário, podemos observar que situações como o acesso a determinado tipo de solos raros, nos quais mercadorias supervalorizadas podem ser produzidas ou o acesso na própria propriedade à fontes de água, essenciais à produção, podem configurar um tipo de renda diferencial. Observamos, entretanto, que no que se refere ao espaço urbano e mais especificamente ao mercado imobiliário, há uma infinidade de outras condições que podem caracterizar esse tipo de supervalorização do solo, sobre as quais trataremos mais adiante.

Avaliando que a partir da compra ou do aluguel de determinada área do espaço urbano, o locatário ou comprador tende a pagar um preço pelos diferenciais existentes, sobretudo quando os mesmos permitem algum tipo de vantagem única que será obtida por ele, passaremos agora a discutir os aspectos que denotam a qualidade e o preço da terra urbana, essenciais à especulação imobiliária, a partir de uma análise centrada em características espaciais que podem ser melhor observadas quando inserimos os conceitos de renda diferencial e de monopólio em nosso estudo, mesmo que alguns cuidados tenham que ser tomados ao trabalhar com esses conceitos na observação dos processo de expansão urbana que avaliamos em nossa pesquisa.

Observamos que o mercado imobiliário tende a valorizar alguns aspectos que até mesmo dentro da dinâmica urbana tendem a parecer contraditórios. Enquanto as áreas em localizações centrais e próximas às aglomerações caracterizam-se em geral por serem valorizadas no caso do espaço socialmente produzido, com esse sendo um diferencial positivo no setor de serviços e em variados tipos de indústria, o mercado imobiliário pode apresentar padrões distintos até mesmo no que é imanente à sua própria lógica interna, que em determinados perfis de empreendimentos pode valorizar esses aspectos e em outros essas mesmas características podem ser avaliadas como prejudiciais aos anseios do mercado. Esse padrão de distanciamento das áreas centrais das cidades, por exemplo, é bastante comum nas grandes centros urbanos, nos quais, sobretudo as elites, nas últimas décadas iniciaram um processo de ocupação de espaços periféricos privilegiados, afastando-se das grandes aglomerações, e, por conseguinte, conferindo a áreas com esse perfil um novo padrão de valorização. Nesse sentido, determinadas localizações que mantenham certa proximidade dos centros urbanos, mas, sem necessariamente sofrer com as vicissitudes de fazer parte das áreas centrais, tendem a desenvolver um padrão de renda diferencial, levando em conta esse tipo de demanda.

Observamos então, que o fator localização pode indicar distintas possibilidades, dependendo do que venha a ser o diferencial positivo que se busca na apropriação e usufruto da terra. Nesse sentido, os efeitos da aglomeração podem ser positivos ou negativos ao mercado imobiliário, todavia, o capitalista sabe lidar com essas distinções, retirando uma renda diferencial ou até mesmo de monopólio de cada área de acordo com o potencial que nela existe e de acordo com as adequações mais convenientes à ampliação do lucro. Se trata, então, de trabalhar a potencialidade já existente nas localizações - seja a “natural” ou a já produzido socialmente em períodos anteriores - e ao mesmo tempo, continuar a produzir o espaço de acordo com as necessidades de acumulação de cada tempo histórico. Os

diferenciais positivos na lógica do espaço urbano podem então, tanto ser naturais como também produzidos socialmente pelo trabalho.

Outro ponto relevante quando nos referimos ao mercado imobiliário, é que observamos que a constante necessidade por novas áreas de acumulação, faz com que a propriedade privada da terra se configure em um óbice ainda maior a esse mercado do que às demais formas de reprodução do capital no espaço urbano, e por sua vez, também, incomparavelmente superior ao que representa à expansão capitalista no espaço agrário.

No que se refere à produção agrícola, os estudos de Marx sobre a renda da terra, observavam que a expansão do capital encontrava nas grandes áreas mantidas em retenção improdutiva ou produzindo ainda de acordo com uma lógica pré-capitalista, pela aristocracia proveniente do modo feudal de produção, um obstáculo para a retirada de mais-valor e ampliação do lucro. No entanto, a necessidade por novas áreas de reprodução do capital na lógica do espaço agrário, não pode ser comparada ao que presenciamos em relação à emergência que o mercado imobiliário tem pela apropriação e produção contínua do espaço urbano.

Assim, por mais que o advento do modo capitalista de produção tenha gradativamente mudado o foco da propriedade imobiliária (a terra) para a propriedade mobiliária (o dinheiro), observar as contradições da propriedade privada da terra a partir do modo de produção hegemônico, é fundamental para analisar a reprodução do capital. Pois a propriedade privada não só persiste como mesmo se consolida com o capitalismo. O que deixa evidente que o radicalismo liberal (burguês) da *Belle Époque*, que tinha o intuito de suprimir a propriedade privada da terra e aniquilar a velha classe dos proprietários fundiários (LEFEBRVE, 2001, p.160), nem sequer se aproxima do seu intento revolucionário, pelo contrário, a propriedade privada da terra e até mesmo a aliança de interesses com esses proprietários são condição *sine que non* para o processo histórico de reprodução capitalista.

Enquanto a produção agrícola pode usar uma mesma área do espaço de forma contínua para, safra após safra produzir alimentos, e a própria indústria pode, apesar da necessidade de expansão em ambos os casos, produzir manufaturas continuamente em uma mesma área do espaço; no mercado imobiliário, o próprio espaço é a mercadoria a ser comercializada, por isso há uma demanda infundável por terra e por produção do espaço, uma vez vendido um determinado recorte de terra urbana, é necessário urbanizar novas áreas para continuar o processo de reprodução do capital em ritmo acelerado. Assim, os ajustes espaciais capitalistas, na perspectiva de preparar novas áreas para a sua expansão, assim como o processo de destruição criativa, que induz à obsolescência planejada do espaço, destruindo áreas já

produzidas socialmente, para produzir um novo espaço em uma mesma área, são fundamentais para esse mercado, com frequente necessidade de expansão. E, em ambos os casos a participação do Estado é essencial para possibilitar a materialização desses processos, que tem como objetivo impedir que a raridade do solo urbano se torne um entrave ao giro de rotação do capital.

Essa mudança incessante rumo a um ‘ajuste espacial’, referente às contradições internas do capitalismo, junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criaram uma Geografia histórica global da acumulação do capital (HARVEY, 2005, p.193).

No âmago das contradições do modo capitalista de produção, o mercado imobiliário se relaciona com a perspectiva da raridade do solo urbano de formas distintas. Enquanto necessita continuamente produzir e habilitar novas parcelas do espaço, a partir da urbanização, garantindo com isso que a raridade do solo urbano provocada pela propriedade privada da terra, não impeça a reprodução do capital, ao mesmo tempo se vale dessa raridade para, na perspectiva da oferta e da procura, manter os preços em patamares que garantam altas taxas de lucro em situações normais, e sobretaxas de lucro quando os bens imóveis negociados se localizam em áreas nas quais pode-se cobrar uma renda diferencial ou até mesmo de monopólio, garantindo com isso lucros excepcionais.

Se avaliarmos então esse cenário de acordo com o conceito de renda diferencial, observamos que no caso da área em estudo, no que se refere aos condomínios fechados, esta renda está diretamente atreladas ao potencial paisagístico, materializado entre outras coisas a partir da propaganda e do fetiche da mercadoria, como, por exemplo, ocorre com o diferencial do acesso privativo às praias locais, e no que se refere à localização, à proximidade da Barra dos Coqueiros com Aracaju e à toda a infraestrutura oferecida pela capital sergipana.

Diferenciais esses que somam tanto aspectos naturais como outros socialmente produzidos, afinal de contas, o fato de a Barra dos Coqueiros está separada da cidade de Aracaju apenas pelo Rio Sergipe, a coloca em determinado patamar dentro do arranjo do espaço produzido. Todavia, edificar uma ponte que reconfigura por completo o tempo e a distância de locomoção para a capital sergipana, muda por completo o valor do espaço, que é alterado a partir do trabalho social.

Assim, as próprias características com potenciais para determinar uma renda diferencial ou de monopólio no que se refere ao espaço urbano, como vimos, podem ser tanto naturais, e nesse caso notadamente aplicáveis a esses conceitos, como podem ser características socialmente produzidas pelo trabalho humano. O que deixa claro que a terra

urbana, ao contrário da terra no espaço agrário, apresenta distinções que precisam ser explicadas, uma vez que, no estudo do espaço agrário esta terra não é analisada enquanto produto do trabalho, e sim como um bem não produzido, como de fato o é. O que se produz no espaço agrário é, essencialmente, o fruto da terra e não ela própria.

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1990, p. 159 - 160).

Quando, entretanto, nos propomos a analisar o espaço urbano, ou um espaço em urbanização via mercado imobiliário, observamos que nossa análise não fica restrita à terra ou ao que nela é produzido, mas, à própria produção do espaço, às melhorias realizadas nessa terra, que não só a valorizam, como criam novos diferenciais essenciais para a reprodução do capital, e essas melhorias são frutos tão somente do trabalho social, por conseguinte, bens produzidos.

A linha de análise na qual nos propomos a estudar o espaço nos apresenta então, a terra com suas próprias características naturais, independentes do trabalho social empregado para produzir melhorias, e nesse caso percebemos uma série de fatores relativos à própria apropriação da paisagem, inserida no processo de fetichismo da mercadoria, que por si só já ensejam uma observação voltada às rendas diferencial e de monopólio. Mas também, avaliamos que algumas das mais importantes características que permitem aos promotores do mercado imobiliário retirar lucros excepcionais da terra, resultam da produção do espaço a partir do trabalho.

Sendo assim, tomaremos algumas precauções ao tratar da renda da terra no espaço urbano, em especial no que se refere à indústria imobiliária, que além de estar inserida na perspectiva desse espaço produzido, também conta com uma peculiaridade que deve ser ressaltada, que é o fato de a terra se apresentar nesse mercado como condição e não como meio de produção, como o é também na indústria. Há, entretanto, uma diferença básica entre o mercado imobiliário e a indústria, que é o fato de a retirada do mais-valor no espaço produzido no comércio de bens imóveis, ocorrer uma única vez em cada parcela do espaço, já que a cada bem imóvel produzido há uma demanda por novas parcelas do espaço, ou seja, não é retirado o mais valor de forma continuada em uma mesma área como no caso da agricultura ou da indústria, que produzem mercadorias no espaço, ao invés disso, como vimos, o espaço é que é comercializado como mercadoria.

O mercado imobiliário demanda então uma análise diferenciada, já que se desenvolve em um espaço socialmente produzido, usando a terra como condição e não como meio de produção, e retirando no caso da venda dos bens imóveis, o mais valor de forma definitiva naquela parcela do espaço, e não continuada como ocorre nos demais casos. Além disso, há de fazer a distinção entre o aluguel e a compra de imóveis. Em ambos o mais-valor do trabalho humano é retirado uma única vez em cada parcela do espaço produzido, mas no primeiro a construção edificada por esse trabalho permite a retirada da renda da terra, seja apenas a renda absoluta ou em alguns casos a diferencial ou a de monopólio de forma continuada, enquanto na compra de imóveis, isso ocorre em teoria uma única vez, é claro que com um percentual bem mais elevado. O cerne desses conceitos, no entanto, permanece presente, uma vez que tanto no que se refere à comercialização de terras para agricultura, como no que se refere à construção civil, um tributo é pago ao proprietário, e havendo diferenciais positivos nessas terras um tributo pelo diferencial ou pelo monopólio que seu usufruto confere é acrescido àquele presente pura e simplesmente pela existência da propriedade privada, sendo assim, renda absoluta, diferencial e de monopólio fazem parte de toda a temática aqui estudada.

Dito isso, analisamos que a junção das condições naturais da terra, existente enquanto condição de trabalho, e o trabalho social na produção do espaço vão juntamente definir a qualidade que uma determinada parcela do espaço pode apresentar para a reprodução do capital. Nesse sentido, podemos observar desde áreas que naturalmente já apresentam condições favoráveis para determinados propósitos do modo capitalista de produção e consumo, a até outras que podem apresentar condições naturais sobremodo adversas para determinado fim, e mesmo assim, nelas haver um processo de produção do espaço que lhes confira os requisitos mínimos necessários para os objetivos determinados pelo capital. Como, por exemplo, as áreas dos polders holandeses que constituem boa parte do território do país, ou as ilhas turísticas artificiais construídas em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Áreas que por suas características naturais jamais poderiam servir aos desígnios que lhes foram definidos, mas que, a partir do processo de produção do espaço, foram completamente transformadas.

Estes, obviamente, são exemplos extremos, utilizados para demonstrar como não só as condições naturais vão determinar o processo de produção e apropriação do espaço, apesar de também serem decisivas. E entre uma minoria de parcelas do espaço onde todas as condições são favoráveis à reprodução do capital e outra minoria na qual intervenções drásticas são realizadas para suprir determinadas demandas, existe na maior parte dos casos a necessidade

de investimentos e/ou mediações do Estado, mas também uma incontestável busca do mercado por áreas que por suas próprias características naturais já permitam que o processo de apropriação do espaço por determinados agentes do capital se territorialize da forma menos dificultosa e com o máximo de possibilidades para ampliação do lucro planejado. Tudo isso, então, interfere no quanto uma determinada parcela do espaço será atrativa ao capital e no valor que ela poderá vir a ter, uma vez que, quanto maior o trabalho social demandado para produzir uma mercadoria e os gastos para produzi-la, maior valor essa mercadoria tende a ter. Sendo assim, no caso do mercado imobiliário, o preço é uma junção de características naturais e do trabalho humano que produz a valorização da terra, sob variados aspectos.

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz). O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais valia (LEFEBVRE, 1999, p 140).

O processo de extração de mais valor na produção do espaço, no entanto, não se dá como o de uma mercadoria normal. Há nesse caso, além da retirada do lucro sobre o trabalho na comercialização do bem imóvel, a ideia de que a própria produção desse bem, materializada desde a construção dos muros e da infraestrutura da área comum de um condomínio fechado de lotes, a até a edificação de altas torres de prédios, pressupõem uma influência em todo o processo de especulação imobiliária e de produção do espaço, permitindo a extração de lucros extras de forma continuada, a partir das metamorfoses produzidas, que tendem a valorizar o espaço de forma contínua. Sendo assim o trabalho social realizado na produção do espaço, não só valoriza a parcela do solo sobre a qual se efetiva, como também valoriza todo o entorno, e esse é um dos grandes potenciais desse mercado, valorizar e valorizar-se enquanto se reproduz. Por conta disso, os incorporadores e as construtoras agem no sentido de adquirir com grande antecedência extensas áreas de terras, por mais que as mesmas sejam mantidas muitas vezes por um longo período sem nada nelas ser construído, aproveitam dessa forma os preços menos elevados para comprar os imóveis. E posteriormente, quando surgem condições mais favoráveis para materializar o lucro, aí sim iniciam a construção de seus empreendimentos, em um espaço já repleto da materialização do trabalho social, ou seja, que já adquiriu um valor propriamente dito.

Dessa forma, em sua necessidade impetuosa pela contínua apropriação do espaço, os promotores do mercado imobiliário se convertem nos principais atores do processo de

especulação e valorização das terras, que beneficia, sobretudo, a classe dos proprietários, dentre os quais, se beneficiam, em especial, aqueles com maiores áreas e com maior poder aquisitivo, que tendem a manter por mais tempo suas terras esperando a valorização. A elite desses proprietários, juntamente com os incorporadores e as grandes construtoras, mantém uma relação fundamental para o processo de produção do espaço na lógica do modo capitalista de produção e consumo, e em geral articulação política suficiente para garantir que algumas condições determinantes para a ampliação do lucro a partir da especulação imobiliária, sejam satisfeitas.

É através da aliança dos proprietários de terras com o capital financeiro, representado pelo mercado imobiliário, que podemos avaliar também alguma das mediações do Estado na produção do espaço. Enquanto nos estudos de Marx (1985), sobre o espaço agrário, as melhorias que promoviam a valorização das terras, promovendo até mesmo uma renda diferencial, estavam sobremodo ligadas à ação dos arrendatários, ou seja, da iniciativa privada, a qual se dava através na melhoria da fertilidade da terra ou na construção de outras infraestruturas que maximizassem o lucro na terra, analisada por esse prisma enquanto meio de produção, quando tratamos do espaço urbano, observamos a presença muito mais efetiva do Estado, que media e até mesmo constrói todo um conjunto de obras infraestruturais, criando as condições materiais para a reprodução do capital, que produz um espaço desigual, com áreas pensadas desde a sua criação para recepcionar uma ocupação privilegiada, enquanto outras não contam com as mais básicas infraestruturas.

Além disso, quando há a necessidade de uma drástica transformação em uma determinada parcela do espaço que, pelas necessidades do capital em um determinado tempo histórico, precisa passar por uma metamorfose, sendo completamente alterada sua função na estrutura espacial. Cabe também ao Estado mediar e orientar todo o processo de expropriação dos possíveis sujeitos sociais que se coloquem como entrave ao avanço do modo capitalista de produção, que tem na urbanização seu falacioso modelo de desenvolvimento. E para isso faz uso desde seu aparelho ideológico e jurídico-institucional a até o aparelho policial repressivo.

Dessa forma, fica patente o quanto o especulativo mercado imobiliário pode ser nocivo à estrutura social e de produção das comunidades tradicionais, sobretudo, quando vivem em áreas que por suas próprias características naturais e de localização tendem a ser alvo da especulação fomentada pelos seus agentes. Sendo assim, a terra enquanto bem não produzido, pode, por suas características naturais, ensejar a apropriação do espaço, mas, é a ação conjunta Estado-capital, que através da produção do espaço vai iniciando e fortalecendo essa apropriação, materializada a partir da especulação e com ela mantendo uma relação de

reciprocidade, em um processo que determina, de acordo com a intensidade e qualidade como se materializa, toda uma série de mazelas, sobretudo às comunidades tradicionais que tem a terra como condição de vida e de trabalho. Dentre essas vicissitudes, que vão desde a precarização de seu modo de produção, a até a perda de sua autonomia, a definitiva seguramente é o processo de expropriação da terra e de seu modo de vida. Em uma relação diametralmente oposta, quanto mais o mercado imobiliário constrói no município de Barra dos Coqueiros, menos terra resta e mais empecilhos existem para essas comunidades realizarem sua atividade patrimonial de sobrevivência.

2.3.1 Da Especulação à Expropriação: os decursos da produção do espaço pelo capital

O processo de especulação imobiliária fomenta a apropriação de grandes áreas de terras e conforme essa apropriação se materializa e com ela a produção do espaço urbano, o próprio processo especulativo tende a ampliar-se, com a supervalorização dos imóveis e a contínua inserção de novos agentes promotores da produção do espaço.

No município de Barra dos Coqueiros, observamos que esse movimento de apropriação territorial por parte do mercado imobiliário vem seguindo, dentro da perspectiva da raridade do solo urbano, uma tendência de expansão em direção ao espaço ocupado historicamente pelas comunidades tradicionais, o qual, na verdade, já foi em grande parte apropriado por diversas construtoras e incorporadoras. Essa apropriação, entretanto, ainda não pode ser observado na realidade material estudada, uma vez que o processo de produção do espaço a partir da construção dos empreendimentos imobiliários, que é o que vem a materializar a expropriação das comunidades tradicionais de seu modo de vida e produção, certamente não acompanha a velocidade com a qual as terras forame estão sendo negociadas.

Nesse sentido, por mais que o processo de produção do espaço e expropriação territorial não se desenvolva concomitantemente à vertiginosa escalada da especulação imobiliária no município, é imprescindível estudá-lo observando as bases da materialização da valorização do solo e do processo especulativo, que o definem. Assim, no cenário atual em nossa área de estudo, avaliamos que, em função do acesso desigual à propriedade da terra e na lógica de como se desenvolvem as relações entre o capital e o campesinato na periferia do capitalismo, onde em geral as comunidades tradicionais não contam com grande poder de articulação e ainda sofrem com as mais indecorosas mediações por parte do poder público, a expropriação territorial não é apenas uma ameaça, e sim uma realidade bastante presente no

cotidiano das catadoras de mangaba no município. Inserida em uma lógica global, o processo de expropriação territorial é algo bastante presente no cotidiano de comunidades tradicionais afetadas pelo processo mundial de expansão do capital no espaço agrário, o qual pode se territorializar de distintas formas, mas tem, na contemporaneidade, nos especulativos mercados imobiliários uma das principais maneiras de reproduzir-se.

Como observamos ainda no primeiro capítulo, o processo de expropriação estudado em nossa área de pesquisa tem uma característica que torna sua observação e até mesmo o seu combate e formas de mitigação, distintos do que ocorreria em um cenário de expropriação territorial típico. O fato de as catadoras de mangaba usarem terras de terceiros, através de concessões ou acordos verbais para realizarem sua atividade - cerca de 80% da área usada para a atividade é particular e não pertence a elas (BEZERRA, SODRÉ e BRITO, 2012) - além de aumentar sua fragilidade às investidas do capital, faz com que a própria visibilidade por parte do Poder Público, de ONG's e até mesmo dos estudos acadêmicos, em relação ao processo de expropriação por elas sofrido, seja, por vezes, ignorada.

Uma vez que o cenário observado entre as comunidades rurais do município de Barra dos Coqueiros é a da prevalência da moradia própria, e que o processo de apropriação do espaço pelo mercado imobiliário não necessariamente vai ocupar as áreas de seus imóveis, - em geral áreas bem reduzidas que não lhes permite a reprodução da atividade extrativista - não presenciamos, mesmo no meio acadêmico, profundas discussões sobre a territorialização do processo de expropriação que observamos em nossa área de pesquisa.

O que observamos, no entanto, é que conforme o processo de especulação imobiliária vai se expandindo, e o preço das terras aumentando, os proprietários de terra sou negociam seus imóveis com os incorporadores do mercado imobiliário, ou então tendem, de acordo com a teoria da renda da terra, a cobrar um preço maior pelo usufruto de suas áreas, e até mesmo a impedir a atividade das catadoras, caso as novas condições não sejam aceitas. E, por mais que essa nova renda diferencial recentemente “descoberta” em relação às terras do município, fundamentada, sobretudo, em sua localização - que adquire uma nova qualidade após a construção da Ponte - e nas belezas paisagísticas locais, que atraem o mercado de imóveis, em nada influa na produção das catadoras, o simples fato de a terra ser visada pelo setor imobiliário faz com que a relação de valor de troca estabelecida, confira a ela uma roupagem completamente nova.

O dinheiro domina a mercadoria, sua condição, seu antecedente, o mundo onde ele nasce, do qual ele se aproveita e que ele mantém. Se torna, então, a matéria social da riqueza, liberando-se ao máximo do valor de uso e das matérias reais. (LEFEBVRE, 2001, p.148).

O que se estabelece então, é que em qualquer que seja o grau de intervenção do capital no espaço agrário do município, que pode ir desde a mudança na forma como a terra é vista e tratada pelos seus proprietários a partir de sua valorização, mesmos em esta ser negociada, a até a apropriação e produção do espaço pelo mercado imobiliário através da construção de novos empreendimentos, - como observamos nos perfis analisados no primeiro capítulo, entre as páginas 35 e 40 - o que observamos é a total desconsideração das necessidades desses sujeitos sociais.

O que todos assistem é o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil (OLIVEIRA, 2001, 194).

Nesse sentido, a expansão do mercado imobiliário sobre o espaço agrário cria diversos empecilhos ao modo de vida e produção camponeses pelos mais diversos aspectos, e quando falamos mais especificamente de comunidades extrativistas, temos que avaliar o quanto estas necessitam, pela natureza de sua atividade, de consideráveis extensões de terra para continuar existindo a partir de seu modo seu modo de vida e de trabalho. Sendo assim, as restritas áreas de terra as quais possuem, não garantem a possibilidade de sua autonomia e permanência via extrativismo, e, uma vez que não possuem a propriedade das grandes extensões de terra de onde de fato podem extrair os frutos, esses sujeitos sociais ficam reféns dos proprietários e do mercado imobiliário, que vai gradualmente limitando suas possibilidades ao apropriar-se e produzir o espaço de acordo com a lógica da urbanização como modelo de desenvolvimento.

Nesse panorama, e levando em conta que a produção espacial via mercado imobiliário transforma por completo o espaço agrário, impedindo que as atividades que lhe são inerentes possam ser desenvolvidas, está posta a expropriação da terra enquanto meio de produção e condição de vida para essas comunidades. Não é ainda, a priori, a retirada desses indivíduos de suas habitações, mas o cerceamento das condições que permitam sua sobrevivência, a expropriação do acesso à terra que por gerações tem sido fundamental para sua autonomia e permanência no lugar, mesmo não sendo legalmente sua propriedade. E esse pode ser o primeiro passo para a efetivação de um processo de expropriação, que de fato se configure com o gradativo abandono desses sujeitos sociais do espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros.

Cria-se dessa forma um cenário no qual a pressão do mercado imobiliário, os interesses dos proprietários e as necessidades das comunidades tradicionais entram em constantes conflitos, somando-se ainda a isso a inserção de outros atores sociais no cenário,

uma vez que a Barra dos Coqueiros tem atualmente áreas ocupadas por integrantes de diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), o Movimento dos Homens e Mulheres Sem Teto e Sem Terra de Sergipe (MHOMTESE) e o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), os quais ocupam em geral áreas já pertencentes às empresas do ramo imobiliário, as quais mantêm a retenção improdutiva destas terras para a construção de futuros empreendimentos ou visando uma nova negociação.

O poder político dos atuais proprietários dessas áreas faz com haja uma pressão ainda maior em relação à ação do Estado para mediar os conflitos já existentes, - sobre os quais trataremos mais detalhadamente no Terceiro Capítulo dessa Dissertação - essa ação obviamente se dá na perspectiva de reprimir qualquer tipo de empecilho à garantia da hegemonia da propriedade privada capitalista, extremamente valorizada com base em todo o processo de expansão urbana na Península de Santa Luzia. O qual tanto se dá de forma orquestrada e organizada pela ação do Estado-capital, como também a partir da ocupação de áreas no espaço agrário de Barra dos Coqueiros por diversos movimentos sociais, assim como por indivíduos de forma isolada, com destaque nos últimos anos para os movimentos sociais voltados para os trabalhadores urbanos sem teto, com áreas ocupadas pelo MOTU nas proximidades da Atalaia Nova, em uma área de expansão urbana, mas também com áreas ocupadas pelo MLB na área do Povoado Jatobá, no espaço agrário do município.

Está posta uma realidade material na qual as tensões e a luta pelo acesso a terra tendem a se acirrar ainda mais nos próximos anos, e na qual a reprodução do processo de especulação imobiliária com a expansão urbana que este determina, tem papel fundamental na definição do quão intensas podem ser as vicissitudes apresentadas para que as catadoras de mangaba do município continuem reproduzindo sua condição de vida e trabalho camponês. Para resistir ao processo em curso, se faz necessária a articulação política, organização e consciência do quanto o modelo de produção do espaço no município, da forma que está posto, tem sido e pode ser ainda mais danoso à sobrevivência do grupo. Conduzindo a um processo de expropriação o qual, retirando a possibilidade de sobrevivência a partir do acesso a terra, tende a inserir parte considerável dos sujeitos sociais na lógica do trabalho assalariado e da exploração de sua força de trabalho. Uma relação Campo-cidade dialética e perversa, fomentada pelo modo capitalista de produção.

Não se trata, portanto, de encarar expropriação e exploração como dois momentos históricos que se sucedem. No caso da nossa sociedade, são processos que estão ocorrendo simultaneamente, articulados pelo mesmo agente, que é o capital (MARTINS, 1980, p.17).

Para o camponês, resta a luta pela autonomia que lhe garanta a possibilidade de permanência na terra. Nesse sentido, dedicaremos as páginas do próximo capítulo à observação e análise da realidade material atual dessas comunidades, a partir, sobretudo, da perspectiva dos conflitos que vem se espacializando no espaço agrário do município, e da luta dessas comunidades pela manutenção de seu modo de vida e pela permanência em seu lugar de origem, frente ao avanço do capital financeiro.

Capítulo 3

O Estado-capital e as Comunidades Tradicionais de Barra dos Coqueiros/SE: conflito e permanência

Suplantar a necessidade de expansão geográfica a partir da construção das estruturas espaciais necessárias para a ampliação da acumulação é um desafio para o qual o modo capitalista de produção por vezes depende da funcionalidade do Estado, uma vez que, como já discutimos, “*o imperativo da acumulação capitalista implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais*” (HARVEY, 2005, p.50). O que se torna possível devido aos mais variados tipos de subsídios fornecidos pela esfera Estatal em conjunção à expansão capitalista.

Superadas essas barreiras, a expansão sociometabólica do modo de produção hegemônico encontra ainda por muitas vezes alguns outros “entraves” à sua ação transformadora. Dentre os quais, a histórica resistência do campesinato à apropriação e expropriação territorial promovida pelo capital se destaca como um dos principais elementos de oposição aos seus ajustes espaciais, por mais que o advento do capitalismo em países como a Inglaterra e a Rússia tenha levado a crer que a grande produção fincada nos moldes capitalistas, inevitavelmente aniquilaria a pequena exploração camponesa, convertendo o campesinato à proletarianização na cidade e no próprio campo (Lênin, 1985). Expropriando-os da terra e, por conseguinte, de sua perspectiva de autonomia.

Todavia, as formas de organização e resistência históricas do campesinato, somadas às próprias contradições capitalistas que materializam a expansão da acumulação a partir da sujeição da renda da terra camponesa e não apenas a partir da expropriação do camponês da terra, contrariaram os prognósticos que previam a extinção do campesinato. O que, no entanto, não os exime em determinados tempos históricos e espaços geográficos de uma ferrenha luta na busca pela manutenção de sua autonomia e permanência na terra, sobretudo, quando a aliança entre Estado e capital é direcionada especificamente ao processo de expropriação territorial, como constatamos ser o caso da expansão do mercado imobiliário no município de Barra dos Coqueiros/SE.

Processo que mais recentemente contou com uma nova e decisiva mediação da administração municipal, que ao delimitar as áreas dos povoados do município como perímetros urbanos, com a finalidade de aumentar a arrecadação de impostos a partir da cobrança do IPTU em substituição ao ITR, tem promovido uma séria ameaça à permanência

das comunidades tradicionais locais. Em conjunção a esse processo, a iniciativa da administração municipal também tem contribuído com a expansão da especulação imobiliária, a partir das multideterminações provocadas por essa ação, entre outras coisas por permitir a construção de condomínios e loteamentos sem a necessidade de áreas de reserva legal em seu interior, uma vez que segundo o novo zoneamento municipal esses empreendimentos atualmente estão localizados não mais em área rural e sim nos novos perímetros urbanos do município. Ou seja, a ação da prefeitura de Barra dos Coqueiros ao mesmo tempo em que precariza as comunidades tradicionais locais, é funcional à ação do capital financeiro ao facilitar a instalação de um número maior de empreendimentos no município, com um menor rigor legal para que isso seja feito.

Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63).

As intervenções do Poder Executivo Estadual e Municipal no recorte territorial estudado, desde o estopim do processo em curso, com a construção da Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, perpassando por todas as ações que demonstramos no capítulo anterior, e mais recentemente com as mudanças no ordenamento territorial e nas propostas de mudanças no Plano Diretor do Município, em nada visam beneficiar as comunidades tradicionais locais, pelo contrário, tem sido decisivamente funcionais à ação do capital. Dessa forma, na lógica do desenvolvimento desigual estrutural peculiar ao capitalismo, Smith (1988), têm se revelado sobremodo nocivas à permanência do modo de produção e devida das catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros.

3.1 As Facetas do Estado Funcional ao Capital

Constatamos no que se refere às relações travadas no espaço rural do município, um cenário no qual o Estado apresenta distintas funcionalidades à reprodução capitalista, expressas na contradição entre ação e ausência. Em sua ação, a administração municipal busca viabilizar alterações no Plano Diretor do município de Barra dos Coqueiros que garantam o avanço da especulação imobiliária, assim decreta áreas ainda predominantemente rurais como perímetros urbanos, na perspectiva de facilitar os ajustes espaciais capitalistas (Figura 22). Ações complementares à iniciativa primordial do governo do estado de Sergipe, que além de investir milhões na construção da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros vem, desde meados da década passada, investindo de forma substancial em ainda outras obras que visam essencialmente subsidiar a expansão do turismo e da especulação imobiliária no município.

FIGURA 22 -Placas de indicação de perímetro urbano no espaço agrário do Município de Barra dos Coqueiros/SE



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Em conjunção a essa funcionalidade ativa, que é subsidiária e legisladora a serviço da ampliação do lucro, o Estado também adota uma postura convenientemente ausente no que se refere à defesa de sua própria legislação, quando o seu cumprimento é disfuncional à expansão capitalista. Nesse caso a funcionalidade do Estado passa a ser passiva e desregulamentadora, em geral permitindo a fragilização da natureza e da própria sociedade em prol de um modelo econômico fincado no paradigma da urbanização como perspectiva primaz de desenvolvimento. Esses dois perfis de funcionalidade, que contraditoriamente necessitam da ação e da omissão do Estado estão inscritos nas multideterminações da aliança Estado-capital, por vezes complementando-se.

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global (MÉSZÁROS, 2002, p. 124).

Como exemplos da ausência funcional do Estado, constatamos ao longo da pesquisa que, mesmo com a existência de uma legislação estadual, disposta através do Decreto 12.723 de janeiro de 1992 e da Lei estadual nº 7.082 de 2010, que garantem a proteção das mangabeiras como forma de preservá-las, - pelo grande significado cultural e econômico dessa árvore para a população do litoral sergipano, sobretudo, para as comunidades tradicionais que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, assim como seus territórios e recursos naturais - não há por parte do poder executivo estadual o cumprimento de todo esse arcabouço legal protetivo, e com isso, uma enorme quantidade de mangabeiras foi e continua sendo desmatada no município de Barra dos Coqueiros devido à expansão do mercado imobiliário, sem nenhum tipo de fiscalização ou medida punitiva por parte da administração estadual. A ausência do poder público, nesse caso, garante o avanço do capital financeiro sobre o espaço agrário dessas comunidades, evidenciando a ausência funcional do Estado, que complementa dessa forma sua funcionalidade geral ao capital.

Impotentes frente a esse cenário e ao poder econômico e político dos proprietários de terras, sobretudo as construtoras e incorporadores do mercado imobiliário - novos detentores de extensas áreas no espaço rural do município de Barra dos Coqueiros - as catadoras de mangaba presenciam a realidade que lhes está sendo imposta sem perspectivas favoráveis para a continuidade de sua atividade.

Eu acho que daqui a dez anos não tem mais um pé de mangaba aqui. As áreas onde construíram esses condomínios (o Thai e o Maikai), eram áreas onde a gente catava muita mangaba, e além de destruir muitas mangabeiras, esses condomínios fazem que a gente tenha que ir para a beira da pista para ir de um sítio para outro. (Relata Dona Branquinha, Catadora de Mangaba no município há várias décadas).

Essa ausência funcional do Estado em relação aos impactos causados pela expansão capitalista ao meio ambiente e às relações de trabalho e de vida das comunidades tradicionais, tão somente confirma sua função no que se refere às relações de classe, uma vez que sua ausência permite a ação - muitas das vezes à margem da lei - da indústria do turismo e dos promotores do mercado imobiliário, criadores de fraturas no modo de produção e nas relações de trabalho das comunidades tradicionais.

Assim, a despeito das prerrogativas legais que o Poder Executivo nas esferas estadual e municipal detém para a fiscalização e aplicação da lei, o que constatamos em nossa pesquisa é que muitas das restrições impostas ao “cidadão comum” em sua busca por moradia, não tem sido aplicadas quando a voraz e burocraticamente organizada ação do capital financeiro através da indústria do turismo e do mercado imobiliário, se dispõem a ocupar áreas que além de constatada fragilidade ambiental - como veremos mais à frente no caso do Condomínio Reserva Lagoa do Mar - também possuem determinadas restrições legais para o seu usufruto. Como é o caso da liberação de áreas de dunas e restinga em terrenos de marinha para a construção dos condomínios de luxo que tem se proliferado em Barra dos Coqueiros.

Nesse caso, a discricionariedade do Estado que garante liberdade de escolha ao gestor público para determinar a permissão ou não da utilização de uma área em terreno de marinha para a construção de um imóvel ou de um empreendimento imobiliário, nos leva a verificar situações nas quais, por um lado dezenas de famílias já foram desalojadas de suas moradias em processos de reintegração de posse, no município, nos últimos cinco anos. Enquanto isso, boa parte dos condomínios construídos em Barra dos Coqueiros a partir do processo de especulação imobiliária e expansão urbana recente, sobretudo os mais luxuosos nas proximidades das praias, como é o caso do Thai Residence, do Maikai Residencial Resort e do Damha I Sergipe, conseguiram licença para a construção em áreas com as mesmas características, suscitando dúvidas quanto aos critérios para usufruto dos terrenos de marinha, sobretudo por se tratar em alguns dos casos de áreas ainda predominantemente rurais e com problemas sociais e ambientais agravados com o processo em curso.

O que diagnosticamos então, é que as deliberações sobre as delimitações e usufruto dos terrenos de marinha, - conforme prevê a legislação vigente recepcionada na Lei

13.240/2015 - ao permitirem uma interpretação discricionária por parte gestores públicos, abrem brechas para as mediações no âmbito da relação Estado-capital, com a possibilidade de tratamento desigual de acordo com a influência política e econômica de quem pleiteia o usufruto dessas áreas, seja para a moradia ou para usufruir através destas da possibilidade de uma renda diferencial voltada ao turismo e ao mercado imobiliário.

Se por um lado a ação do capital financeiro encontra amparo legal ao ocupar esse tipo de área, e se torna, sobretudo, vantajosa aos gestores públicos que através da cobrança de taxas de laudêmio e IPTU avolumam a arrecadação de impostos. Em outra perspectiva, observamos que a construção de alguns desses condomínios fechados tem causado graves impactos naturais e sociais, sobretudo aos moradores da área rural de Barra dos Coqueiros. Ações que infelizmente ocorrem com a aquiescência da prefeitura local, que desrespeita o próprio Plano Diretor do Município - criado já no intuito de organizar a expansão do turismo e do mercado imobiliário - agindo de forma omissa e desregulamentadora na concessão de certidões para a construção de diversos tipos de empreendimentos, como é o caso do imenso complexo residencial, de compras e de lazer, Reserva Lagoa do Mar, ainda em fase de licenciamento e com uma área prevista de 1.662.717,31m².

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) quer que a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) e o Instituto Chico Medes de Meio Ambiente (ICMBio) não concedam licenças, autorizações ou qualquer outro instrumento que permita construção do megaempreendimento “Condomínio Reserva Lagoa do Mar”, na Barra dos Coqueiros. No Plano Diretor do Município, o local da construção é indicado como área de preservação permanente. Formado por dunas e restingas, a área abriga o maior aquífero do Estado de Sergipe, sendo local de desova da tartaruga marinha. Inicialmente, a prefeitura de Barra dos Coqueiros havia se manifestado contra o projeto por não estar de acordo com Plano Diretor do Município. No entanto, em junho deste ano, o Município concedeu certidão de uso e ocupação do solo. Na ação, o MPF quer que essa certidão emitida pela prefeitura seja anulada. (Site da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA, 2016).

Esse caso, em especial, nos mostra o comprometimento do executivo e do legislativo do município de Barra dos Coqueiros com um modelo de gestão amplamente voltado para o fortalecimento da especulação imobiliária e da expansão urbana, através das quais se realizam os ajustes espaciais do capital nesse recorte territorial. Evidenciando assim, ações locais fundamentalmente inseridas na universalidade das relações capitalistas de produção, e materializadas nas diversas facetas da funcionalidade do Estado em conjunção às demandas do capital.

Nesse sentido, constatamos, além da funcional ausência do Estado, que tem permitido a expropriação das catadoras do seu modo de vida e produção, a partir da destruição

das mangabeiras e outras árvores típicas da restinga sergipana, que a nova delimitação dos perímetros urbanos do município se destaca como uma forma de mediação intrínseca à funcionalidade ativa do Estado ao processo de expansão da acumulação capitalista, ao impingir às comunidades locais um cruel processo de expropriação com a provável cobrança de altas taxas de IPTU, as quais os moradores do espaço agrário do município não terão condições de pagar.

Dessa forma, a autonomia e a permanência das catadoras de mangaba em seu lugar de origem está totalmente comprometida, uma vez que o recente processo de valorização e comercialização das terras no município não só as afasta das áreas de terceiros onde catavam a mangaba, como, em conjunção a isso, o avanço dos perímetros urbanos sobre o espaço rural em Barra dos Coqueiros agora coloca em risco até mesmo sua permanência nas pequenas propriedades onde vivem, frente à impossibilidade de pagamento das altas taxas de IPTU. Assim, através de multideterminações, o Estado garante a reprodução da acumulação capitalista, confirmando que “*o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (Ausschuss) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (Marx; Engels, 1993, p. 68), em detrimento das necessidades da classe trabalhadora.

Nesse cenário, com a mudança na cobrança do Imposto Territorial Rural para o Imposto Predial e Territorial Urbano, pequenas propriedades com cerca de dois hectares, por exemplo, poderão ser taxadas com valores de cerca de R\$ 12mil de IPTU, conforme averiguamos com moradores locais. Cenário que forçará tanto os pequenos proprietários pauperizados a se desfazerem de suas terras, como também fará com que proprietários de áreas maiores, nas quais as catadoras ainda realizam o extrativismo da mangaba e que ainda não negociaram suas terras com o mercado imobiliário, sejam também obrigados a fazê-lo.

3.1.1 O Cerceamento do Campesinato

As relações que estabelecem o processo de expansão da acumulação capitalista em curso no município de Barra dos Coqueiros e que dialeticamente se reproduzem a partir da apropriação e expropriação territorial promovidas pelo Estado-capital nas áreas das comunidades tradicionais, não obstante, difiram em tempo histórico e espaço geográfico, guardam analogia à lógica de expropriação que ainda no século XVI, na Inglaterra, levou à criação e execução das Leis de Cercamento, que expulsaram um grande contingente de camponeses não apenas das áreas comunais como também de suas próprias terras, através da aliança entre o Estado e a burguesia ascendente em prol do avanço do capitalismo no espaço

agrário daquele país e da necessidade de mão de obra barata para o desenvolvimento do novo modo de produção hegemônico, também nas cidades.

Embora o processo que analisamos seja muito mais específico que o amplo movimento de expulsão dos camponeses ocorrido naquele tempo histórico, e se desenvolva em um cenário no qual a expropriação das comunidades tradicionais não está diretamente relacionada à necessidade de mão de obra barata nas cidades. Constatamos que as relações que o motivam, ou seja, a necessidade premente do capital de se territorializar no espaço agrário, e as suas consequências, a saber, a precarização e o solapamento do modo de vida e trabalho camponês, seguem a lógica das primeiras ações desenvolvidas pelo Estado-capital, que através do cerceamento dos camponeses do acesso à terra que lhes permitia a continuidade em seu modo de vida e produção, expropriou-os, abrindo assim a possibilidade para a acumulação primitiva, como agora o faz para garantir a expansão da acumulação capitalista.

O custo de se arrancar pela raiz qualquer identidade, resistência, tendência ao inconformismo, foi o desenraizamento, a desterritorialização. No sentido de obrigarem ao abandono de seus lares, convicções, tradições, “direitos” e imporem a conversão à modernidade capitalista, exploração desmedida e “urbanização forçada” de levadas de milhares de famílias camponesas, as Leis de Cerceamento podem ser classificadas como leis motivacionais do Estado Moderno de Exceção. [...] Este desenraizamento obsessivo, truculento, imposto verticalmente pelo Estado, nada mais faria do que sacramentar a lógica do capital burguês e do grande latifundiário. (MARTINEZ, 2013, p. 5-6)

O *modus operandi* usado nesse processo privilegiava um conjunto de atos de violência visando a atroz expropriação do camponês, e ficou conhecido, sobretudo, por um procedimento denominado como “*clearing of states*” (MARX, 1977), um cruel processo de “limpeza” de extensas áreas do espaço agrário naquele país, no qual milhares de famílias camponesas foram compelidas pelo Estado a abandonar o campo, que a partir daquele momento não mais seria ocupado segundo a lógica do modo de produção feudal e sim de acordo com as necessidades dos ajustes espaciais e temporais do modo capitalista de produção.

Expropriados das áreas comuns e sendo obrigados a abandonar até mesmo suas próprias terras, restava aos camponeses migrarem para a cidade e se inserirem na lógica precarizada do trabalho assalariado, análogo à escravidão. Dessa forma, se concretizavam na Inglaterra naquele tempo histórico os propósitos da aliança Estado-capital, que “limpava” o campo da presença do campesinato e em conjunção a isso também gerava todo um contingente de força de trabalho barata e até mesmo de excedente de mão de obra para a formação do exército de reserva, fundamental ao processo de acumulação capitalista.

Constatamos ao longo da pesquisa que no município de Barra dos Coqueiros a ação do capital financeiro necessita expropriar o camponês para se territorializar. Assim, o processo de expropriação a princípio se deu essencialmente a partir do cerceamento aos meios de produção, em especial com a limitação do acesso às terras dos demais proprietários,- nas quais as catadoras realizam o extrativismo da mangaba - que desde meados da primeira década do século XXI estão em amplo processo de comercialização com o mercado imobiliário, limitando sobremaneira o extrativismo dos frutos da restinga. Na atualidade, entretanto, a lógica de expropriação do Estado-capital apresenta uma nova e ainda mais perversa faceta, que é a da expropriação das próprias terras das catadoras, frente às novas mediações da prefeitura local que ao demarcar as áreas dos Povoados de Olhos D'Água, Capuã e Jatobá como perímetros urbanos cria um empecilho decisivo à permanência das comunidades tradicionais no espaço agrário do município, e um movimento decisivo entre a série de ações da administração municipal para garanti a expansão da indústria turística e do mercado imobiliário em Barra dos Coqueiros.

Dessa forma, concretizando-se a necessidade de pagamento de IPTU, que só não será imposta caso os proprietários de terras no município consigam comprovar judicialmente que seus imóveis se destinam exclusivamente à atividade rural - o que se torna bastante difícil em áreas muito reduzidas, compreendidas em geral apenas como residências ou em áreas nas quais se pratique apenas o extrativismo dos frutos da restinga - haverá, como já se cogita no município, uma corrida por parte dos proprietários de imóveis rurais das mais diversas dimensões para negociar suas propriedades a preços substancialmente reduzidos, tendo como prováveis compradores as construtoras e incorporadores, representantes do capital financeiro.

Estabelecem-se dessa forma as multideterminações inseridas no processo de produção do espaço no município de Barra dos Coqueiros, no qual, dialeticamente, a expansão urbana promovida pelos empreendimentos imobiliários construídos e em construção no município dá o subterfúgio necessário para a administração municipal promover demarcações de perímetros urbanos no espaço agrário local, impelindo os camponeses e outros proprietários a negociarem suas terras com o mercado imobiliário a preços reduzidos. Ao mesmo tempo em que, as terras vendidas a menores preços permitem às construtoras investir em uma série de empreendimentos imobiliários que geram uma arrecadação de IPTU ainda maior para a prefeitura local, acelerando o processo de urbanização atrelado à especulação imobiliária e ao valor dos imóveis construídos. Fator do qual, no entanto, os proprietários rurais mais pauperizados não se beneficiarão, frente à urgência em comercializar suas terras em razão da impossibilidade de pagar as altas taxas de impostos, que serão

cobradas pela prefeitura. Estão dessa forma determinadas as relações através das quais o Estado-capital produz o espaço e a possibilidade da ampliação da acumulação ao mesmo tempo em que desestabiliza as relações patrimoniais de vida e de trabalho historicamente estabelecidas pelas comunidades tradicionais.

O “ajuste” espaço-temporal é uma metáfora das soluções para as crises capitalistas através da suspensão temporal e da expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital e de penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (regras contratuais e esquemas de propriedade privada) em formações sociais preexistentes fornecem diversos modos de absorver os excedentes de capital e trabalho existentes. No entanto, estas expansões, reorganizações e reconstruções geográficas freqüentemente ameaçam os valores fixados em um local em que ainda não foram realizados. (HARVEY, 2004, p. 98).

Fica explícita, dessa forma, a funcionalidade dos grandes investimentos do Estado na Península de Santa Luzia ao longo das duas últimas décadas. Todas as centenas de milhões investidos, sobretudo na construção da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros e nas obras realizadas nas Rodovias SE-100 e José de Campos tem servido especialmente para possibilitar o processo mundializado de expansão capitalista, que se estabelece e se territorializa em suas contradições, inviabilizando o modo de vida e as necessidades mais básicas dos povos tradicionais. Como afirma José de Souza Martins (1993), esses vultosos investimentos não têm por objetivo introduzir nada de novo e de bom na vida das populações locais, ao contrário, tem como consequência o violento processo de expropriação destas.

Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações. (MARTINS, 1993, p. 61-62).

Os reflexos de grandes projetos como esses, que por muitas vezes somam a iniciativa e investimentos das diferentes esferas da administração pública em conjunção à lógica do capital financeiro, tem sido nos mais diversos casos a fiel representação da ação desigual e combinada do Estado. Casos nos quais grandes obras de infraestrutura como a construção de barragens e hidrelétricas promoveram a expropriação de um grande contingente de famílias camponesas para dar aporte aos ajustes espaciais do capital, a exemplo da Hidrelétrica de Serra do Facão, em Goiás, (NASCIMENTO, 2014). Ou ainda cenários nos quais grandes projetos de irrigação são implantados visando unicamente benesses ao agronegócio, com o fortalecimento da monocultura frente à desestabilização e precarização do campesinato, como o caso observado por Dourado, (2011), no município de Livramento de Nossa Senhora, Bahia, exemplificam de forma contundente esse tipo de mediação do Estado.

Há ainda no que se refere mais especificamente ao turismo e à especulação imobiliária, outros exemplos de vultosos investimentos do Estado na perspectiva de alavancar a indústria do lazer, tendo como consequência cruel a precarização dos povos tradicionais, seja através do processo direto de expulsão possibilitado pela superestrutura jurídico e institucional do Estado, ou através da desestruturação de seu modo de vida e de produção, forçando com isso um panorama análogo.

Foi o que expôs Coriolano(2006), ao analisar as relações interpostas pelo modelo de desenvolvimento baseado no turismo e no lazer constatado em seus estudos nos municípios do litoral cearense. Entre essas localidades destacou-se Camocim, um município com cerca de sessenta mil habitantes, no noroeste do estado do Ceará, onde por pressão política dos empresários locais foi construído em 2011 um aeroporto com recursos federais e estaduais, tão somente com o objetivo de incrementar a atividade turística na região. Obra essa que após alguns anos de sua construção é ainda muito pouco utilizada, mostrando sua inviabilidade e má utilização dos recursos públicos.

Fica evidente que as nuances política e econômica que permeiam esse modelo de desenvolvimento na lógica do Estado-capital, capitaneiam a gestão dos recursos que são usados geralmente em vultosos projetos que em nada beneficiam as comunidades tradicionais dessas localidades, ao contrário, promovem a sua expropriação, seja a partir de dispositivos legais ou ao as alijar de qualquer possibilidade de sobrevivência frente ao avanço do capital.

Sobre as práticas políticas desenvolvidas nesse modelo de gestão, a autora ainda afirma:

Essa prática política levou também o grupo empresarial a exigir e cobrar do Estado intervenções protecionistas, como, por exemplo, a implantação de infra-estruturas, inclusive em áreas privadas, como condição ao investimento em negócios turísticos. O estado tornou-se provedor e facilitador de incentivos e investimentos empresariais no território, negligenciando problemas referentes à defesa dos recursos naturais, históricos e patrimoniais e aos direitos das populações receptoras, muitas vezes desrespeitadas e agredidas por especuladores (CORIOLANO, 2006, p. 72).

Constatações que indicam em uma análise local como se desenvolvem as relações estabelecidas no processo de expansão capitalista em seus ajustes espaciais. Sobretudo, suas violentas consequências socioespaciais, que perpassam quando não pelos mais diversos tipos de expropriação, pelo esmorecimento das atividades patrimoniais e de baixo impacto praticadas pelos povos tradicionais, frente ao avanço da acumulação traduzido em urbanização predatória.

Observamos em nosso estudo, no âmbito dessa mesma lógica de ação, as danosas consequências impostas ao modo de vida dos povos tradicionais, que estabelecem o gradativo

abandono das atividades patrimoniais por parte das gerações mais recentes. Assim, frente à diminuição na produção, as condições de trabalho cada vez mais aviltantes, por conta das maiores distâncias a serem percorridas para obter uma quantidade mínima de frutos, e ao acirramento da disputa por áreas cada vez mais reduzidas, os mais jovens tendem a buscar o assalariamento na cidade como forma de complementar a renda obtida por seus pais com o extrativismo e com a pesca. Uma forma fugaz de contornar as dificuldades que se acirram em relação seu modo de vida, todavia uma maneira de manter-se na terra, condição de vida e trabalho que talvez por não mais muito tempo possa ser satisfeita.

3.1.2 A Propriedade Legal x O Uso Legítimo

Historicamente o espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros tem sido marcado pela a contradição entre a propriedade legal e uso real da terra, e pelas conflitualidades intrínsecas a essa contradição que se materializa em seu território. A propriedade legal está parcialmente dicotomizada do uso, uma vez que boa parte dos proprietários de imóveis rurais no município não destinam nenhum tipo de função social às suas terras. Por outro lado, às catadoras cabe um uso legítimo, todavia, não legalizado das áreas onde praticam o extrativismo de diversos frutos da restinga sergipana, em especial a mangaba. Assim, o uso se dá, não a partir da propriedade, mas prioritariamente a partir da necessidade das extrativistas, o que por gerações tem gerado conflitos destas com proprietários de terras no município.

Entretanto, mesmo a existência desses conflitos, que se estabeleceram como um entrave ao trabalho e produção das mulheres mangabeiras, não punha em risco a permanência e a sobrevivência das comunidades extrativistas tradicionais no espaço agrário do município. Havia historicamente uma situação estabilidade - mesmo frente a uma divisão fundamentalmente desigual na propriedade da terra - na qual a expropriação completa dos meios de produção e do próprio solo nunca se mostrou como uma ameaça real para as catadoras.

Nesse âmbito, mesmo historicamente já estabelecida a conflitualidade entre propriedade legal e uso legítimo, não se impunha outrora na formação espacial do município a lógica especulativa e expansionista do capital financeiro como fator predominante nas relações que permeavam o uso da terra. No momento em que realizamos a pesquisa constatamos que mantém-se essa tendência na qual as áreas mantidas em retenção improdutiva - seja nas mãos de seus antigos proprietários ou já em posse das construtoras e incorporadoras do mercado imobiliário, que apenas aguardam um melhor momento para

investir na construção de novos empreendimentos - permitem que a relação entre propriedade legal e uso legítimo continue sendo, sobretudo, relevante no espaço agrário de Barra dos Coqueiros. No entanto, essa relação se insere agora em um contexto no qual toda a opulência da ação do mercado imobiliário cria ainda novos conflitos e acirra os conflitos já existentes, fortalecendo a proeminência da propriedade privada capitalista como condição primaz da desigualdade.

Mais que isso, a nova condição que se estabelece a partir do crescimento das relações conduzidas pelo capital financeiro é que promove todo o recente processo de expropriação em suas multideterminações. Assim, mesmo quando não expropria por completo aos sujeitos sociais, a lógica do capital financeiro cria consideráveis fissuras em sua organização cultural e social, de trabalho e produção.

A lógica capitalista e a troca articulam dimensões do uso do tempo, do espaço e do corpo [...] a ponto de revolver os costumes. Então, tendo que uma racionalidade imposta altera uma forma específica de uso, e não esquecendo que o uso é um emprego do tempo, conclui-se que ela implicará uma alteração de costume. (SEABRA Apud MARTINS, 1996, p. 81).

Dessa forma, não apenas o valor de uso é gradativamente substituído pela predominância da especulação, como também, em outra faceta do processo em curso, os novos usos que se espacializam, possuem uma lógica completamente distinta daquela historicamente afeita às comunidades tradicionais. Assim, o processo de expansão urbana em curso não apenas fortalece a proeminência da propriedade e da especulação frente ao uso, como também reconfigura por completo o próprio uso conferido ao espaço, na medida em que os novos moradores e usuários inseridos nesse recorte espacial usufruem dele em uma perspectiva sobretudo distinta daquela dos povos tradicionais.

Nessa lógica, seja o uso do turista ou das pessoas que adquirem imóveis como casas de veraneio, ou até mesmo o uso dos novos moradores que, de fato, vão fazer parte da população local e ter no município sua nova habitação, não pode em tese se comparar com a relação estabelecida entre as comunidades tradicionais e a sua terra. São a priori distintos da inconfundível relação de pertencimento social e cultural que os povos tradicionais mantêm com todo o espaço que os rodeia, uma vez que, no caso das comunidades tradicionais, existem especificidades na relação com a terra que não podem ser compreendidas e estudadas a partir das relações convencionadas pelo modo capitalista de produção e consumo.

Para as comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ele apresenta para a cultura ocidental hegemônica. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, tragado pela sociedade envolvente. Portanto, não é só a terra que se perde, pois a identidade coletiva também periga sucumbir. (SARMENTO, 2006, p.4-5).

Assim, o uso tradicional e patrimonial é ameaçado não só pela mercantilização da terra a partir do processo especulativo, como o próprio valor de uso tende a sofrer modificações através das novas relações estabelecidas pelo capital, pois modifica-se também a relação entre homem e natureza, ambos condicionantes e condicionados à produção do espaço.

3.2 Precarização e conflito: análise da realidade das comunidades tradicionais a partir da fala dos sujeitos sociais

Tendo em vista o cenário de precarização e conflitos observado no espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros, buscamos verificar o posicionamento dos sujeitos sociais afetados pelo processo de expansão urbana em curso, a partir de entrevistas nas quais os integrantes das comunidades tradicionais locais pudessem expor suas opiniões e como tem se estabelecido suas relações de trabalho e vida frente à ameaça da perda de sua autonomia e à própria ameaça de expropriação da terra, condição de trabalho e de reprodução de seu modo de vida.

Dessa forma, privilegiamos em nossas entrevistas as catadoras de mangaba residentes no Povoado Capuã e em menor número no Povoado Jatobá, sujeitos sociais nos quais focamos nossa pesquisa, e entre as quais cinco foram as entrevistadas. Entretanto, também entrevistamos cinco outros proprietários de imóveis na área rural do município, os quais apesar da relação com a terra, não tem o extrativismo da mangaba e dos demais frutos da restinga como fonte de renda relevante. Todavia, praticam em geral, além da pesca, realizada no Rio Pomonga, a oeste do município, o cultivo de pequenas áreas com plantações de alimentos de consumo básico, como a macaxeira, a mandioca e o feijão. Assim, buscamos analisar distintas experiências e pontos de vista durante as entrevistas, como forma de melhor compreender as especificidades de nosso sujeito, as mulheres mangabeiras.

As entrevistas foram realizadas de forma direcionada, com o intuito de verificar como esses sujeitos analisam o processo de expansão urbana em curso, a perspectiva de acirramento dos conflitos causada por este e a ação da administração pública municipal no que se refere ao atendimento de suas demandas. Além disso, buscamos verificar o quanto os entrevistados estão inseridos e como consideram o processo de mobilidade do trabalho em relação à sua luta por autonomia e frente à perspectiva de expropriação, e tentamos identificar quais as principais demandas históricas e necessidades recentes dessas comunidades.

3.2.1 Expansão Urbana e Conflito no Espaço Agrário da Península de Santa Luzia: a análise dos sujeitos sociais

Ao perguntar aos entrevistados, como avaliavam o processo de expansão urbana e apropriação territorial pelo mercado imobiliário no município e quais os tipos de interação que esse processo tem provocado em suas vidas, tivemos por resposta de 60% dos moradores, que o processo em curso tem trazido somente ou, sobretudo, reflexos negativos em suas

relações de trabalho e em comunidade, como a redução da quantidade de áreas disponíveis para o extrativismo dos frutos da restinga e o aumento da violência. Já 30% dos entrevistados afirmaram que o processo de expansão urbana em curso ainda não tem trazido grandes mudanças em seu modo de vida e trabalho realizado na terra, já para 10% dos entrevistados o processo em curso traz mais vantagens que pontos negativos à sua sobrevivência, tais como, a expansão das linhas de ônibus e o aumento na circulação de pessoas, o que favorece o comércio. Para nenhum dos entrevistados o modelo de expansão urbana e especulação imobiliária que tem se territorializado no espaço agrário de Barra dos Coqueiros, traz com ele apenas pontos positivos ao seu modo de vida e à sua perspectiva de permanência no lugar.

Ainda em relação a essa pergunta, entre as catadoras de mangaba residentes no Povoado Capuã - onde a expansão urbana caracterizada pela construção dos condomínios fechados é bem mais avançada que a presenciada no Povoado Jatobá - 100% das entrevistadas respondeu que o processo em curso tem trazido apenas ou, sobretudo, consequências prejudiciais ao seu modo de vida e produção, dentre as quais, citaram, em especial, as diversas dificuldades criadas para a realização da cata, a partir da construção dos condomínios fechados na área do Povoado.

A Ponte foi boa para o comércio e para quem quer vender as terras, para a gente não foi boa não. Não trouxe nada de bom, só trouxe problema e mais dificuldade. Estão enchendo tudo de condomínio e cada vez tem menos lugares para a gente catar a mangaba. (Nilza, catadora de Mangaba do Povoado Capuã).

Constatamos também pelo teor das respostas, um maior nível de organização e resistência das catadoras de mangaba do Povoado Capuã em relação à expansão urbana articulada pelo Estado-capital e que em nada tem respeitado as características culturais e sociais dessas comunidades. Expansão que a princípio tem precarizado, sobretudo, aos moradores dos Povoados de Olhos D'água e Capuã, mas, que tende a atingir de forma mais contundente também os moradores dos povoados localizados mais ao norte do município, como analisaremos no decorrer desse capítulo.

Quanto ao que se refere às intervenções do Poder Público no espaço agrário de Barra dos Coqueiros, perguntamos aos entrevistados como analisavam a ação da administração municipal no atendimento às demandas do capital financeiro, representado pelas construtoras, incorporadoras e grupos ligados ao turismo, assim como, qual a sua opinião no que se refere à ação da prefeitura no atendimento às necessidades das populações tradicionais locais.

Para essa pergunta, 90% dos entrevistados afirmaram que o poder público municipal apenas tem se preocupado em atender às demandas da classe empresarial, e em nada tem

beneficiado as comunidades tradicionais locais com ações e investimentos. Já para 10% dos entrevistados a administração municipal tanto tem atendido às demandas da classe empresarial quanto aos anseios das comunidades tradicionais a partir de seus investimento e intervenções no espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros. Enquanto nenhum dos entrevistados afirmou que as ações da administração municipal têm privilegiado, sobretudo, aos moradores locais em detrimento dos representantes da indústria do turismo e do mercado imobiliário.

A prefeitura e o governo só vão abrindo estradas para os ricos que vão construindo os condomínios. As coisas mais simples que a gente precisa, não consegue, a prefeitura coloca dificuldade para fazer. (Afirmou a senhora Silvana, catadora de mangaba e moradora do Povoado Capuã).

Constatamos assim que os moradores da área rural do município - tanto as catadoras de mangaba, quanto os demais integrantes das comunidades locais - se sentem marginalizados frente à ação da administração municipal, que os exclui dos projetos e da destinação dos investimentos públicos, os quais lhes beneficiam tão somente quando, ao beneficiar os ajustes espaciais do capital trazem consequentemente e coincidentemente algo de bom ao seu modo de vida, como a melhoria nos meios de transporte, por exemplo. Benefícios esses que não se comparam a todas as mazelas que o modelo de expansão urbana em curso lhes tem causado.

Perguntamos também aos moradores locais se os mesmos tinham conhecimento sobre o novo zoneamento municipal que passou a definir áreas dos povoados de Olhos D'água, Capuã e Jatobá como perímetros urbanos. Pergunta para qual obtivemos resposta positiva por parte 70% dos moradores, enquanto 30% responderam ainda não ter conhecimento sobre o fato.

Dando continuidade ao assunto, indagamos aos moradores da área rural do município, se tinham conhecimento sobre o que representará essa nova demarcação no zoneamento municipal de Barra dos Coqueiros, no que se refere à implantação e à cobrança da taxa de IPTU para os proprietários de terras nos povoados supracitados. Ao que obtivemos resposta positiva por parte de 50% dos entrevistados - que afirmaram já saber sobre a possibilidade da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano para aquela área - e resposta negativa por parte dos outros 50% dos moradores.

Mesmo frente a um percentual expressivo de moradores que têm conhecimento sobre o significado desse novo processo de zoneamento municipal, pelo que observamos não há ainda nenhum tipo de articulação política conjunta entre essas comunidades em prol de seus interesses e da manutenção de suas terras frente à ameaça do pagamento de altas taxas de

impostos que em breve tende a fazer parte de suas realidades, e que trazem consigo a perspectiva de um massivo processo de expropriação.

Propusemos também aos entrevistados que falassem sobre os novos atores sociais inseridos no espaço agrário do município, como tem ocorrido a interação com estes e como sua inserção nesse recorte territorial pode acirrar os conflitos já existentes e causar ainda outros tipos de conflito. No que se refere mais especificamente às catadoras de mangaba, direcionamos a entrevista mais especificamente aos conflitos pelo uso do espaço frente às características da atividade extrativista, que demanda, por sua própria natureza, extensas áreas para se desenvolver.

Entre os integrantes das comunidades tradicionais do município, tanto as catadoras quanto os moradores que vivem prioritariamente da pesca ou do trabalho assalariado, analisam que o modo de vida e a própria estrutura dos condomínios recentemente instalados e em processo de construção no município, em especial nos Povoados Olhos D'Água e Capuã, destoam por completo de seu modo de vida e que a contínua ampliação das áreas ocupadas por esses condomínios tende a acirrar alguns conflitos pelo uso da terra, como também aumento nos índices de violência.

As mulheres mangabeiras citaram, sobretudo, a redução de áreas onde praticam a atividade extrativista, como também a dificuldade de deslocamento entre os sítios onde realizam a cata da mangaba e demais frutos da restinga como principais desdobramentos da inserção dos novos condomínios na área rural do município. Dificuldade que se apresenta em especial para as catadoras do Povoado Capuã, que vivem, sobretudo, da atividade extrativista em propriedades de terceiros, e para as quais o acirramento dos conflitos pelo uso da terra se estabelece dentro de uma lógica bastante nociva à sua autonomia e permanência no local.

Já no que se refere à região do Povoado Jatobá, mais ao norte, o que observamos *in locu* e pudemos constatar nas entrevistas, é a forma distinta de ocupação por novos atores sociais que vem ocorrendo nessa área do município, em relação ao que ocorre em Capuã e Olhos D'Água. Conforme demonstramos anteriormente no Mapa Geral de Construções no Município de Barra dos Coqueiros/SE(Figura 21), a área tem sido marcada por diversas ocupações de terras, em boa parte com a construção de barracos de lona e placas metálicas ao longo da Rodovia SE-100, algumas inclusive já denominadas como Loteamentos, apesar de não constarem de forma legal na organização infraestrutural do município.

Observamos, dessa forma, que apesar de se configurar de forma bastante distinta do modelo de ocupação empreendida pelos agentes do mercado imobiliário nas áreas mais ao sul da Península de Santa Luzia, essa é também uma forma de ocupação que está sobremodo

ligada ao processo de avanço da urbanização no município, possível, sobretudo, graças a ação do Estado com a sua mediação inicial e fundamental a esse processo, que foi a Construção da Ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros.

Esse movimento de ocupação que tem ocorrido em especial nas proximidades da Rótula do Povoado Jatobá e também no entorno do Parque Eólico tem sido marcado por conflitos e diversas ações judiciais envolvendo os proprietários - sobretudo as construtoras e incorporadores - e os atuais ocupantes dessas áreas, já organizados na perspectiva de permanecer na terra, que muitas das vezes tem sido negociada com estes de forma ilegal por pessoas que se aproveitam da intensa valorização do solo promovida pela especulação imobiliária em Barra dos Coqueiros, promovendo um verdadeiro processo de grilagem no espaço agrário do município, conforme constatamos nas entrevistas.

Há uns seis meses atrás a Juíza mandou tirar todas as pessoas que tinham comprado lotes lá na beira da praia indo para Pirambú, já havia até casas em construção. Muita gente tinha comprado um ou mais lotes a um pessoal que estava negociando as terras, informando que tinham autorização do INCRA para isso. (Informou a senhora Jocélia, proprietária de um pequeno sítio no Povoado Jatobá).

Como pudemos observar na citação acima, além das áreas atualmente ocupadas no Povoado Jatobá, ao longo de uma extensa faixa de terra na margem oeste da Rodovia SE-100 (Figura 23), na qual observamos cerca de cem moradias construídas, entre barracas de lonas e casas de alvenaria, houve também em Barra dos Coqueiros um conhecido episódio no qual centenas de pessoas compraram pequenos lotes de terra em uma área mais ao norte do município, já na divisa entre os Povoados Jatobá e Touro, em uma área anteriormente conhecida como Fazenda Buacão. Após o processo de ocupação, essa área foi reclamada por representantes de três grupos ligados ao mercado imobiliário em atuação no município, os quais alegavam dividir a propriedade privada do imóvel rural, o que ensejou um processo de reintegração de posse realizado ainda em meados do ano de 2016, após o qual restaram apenas os escombros e os fundamentos de algumas casas que já começavam a ser construídas no local (Figura 24). Área essa que por sua considerável beleza paisagística tende a passar com o avanço da urbanização para a região norte da Península de Santa Luzia, por um processo ainda mais forte de valorização frente à especulação imobiliária, mas que momentaneamente, após a realização da reintegração, permanece retida de forma improdutiva e sem nenhuma função social, sob controle das construtoras que atuam no município.

FIGURA 23 - Área em recente processo de ocupação nas proximidades da rótula do Povoado Jatobá



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

FIGURA 24 - Área anteriormente ocupada no Povoado Jatobá, fotografada após processo de reintegração de posse



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Estabelecem-se dessa forma diversos conflitos envolvendo os distintos novos atores e sujeitos sociais inseridos no espaço rural do município de Barra dos Coqueiros, uma vez que a valorização progressiva do solo e as novas facilidades de acesso promovem não só o interesse das grandes construtoras e incorporadores, como também o de indivíduos que de forma organizada negociam terras das quais não possuem a propriedade legal, fomentando tensões ainda mais amplas e que, por fim, refletem também na realidade material das comunidades tradicionais, pois além de criarem uma nova demanda pelo uso da terra, geram também um processo de degradação ambiental que também lhes afeta em sua atividade extrativista, que necessita essencialmente da preservação da natureza para continuar existindo.

Enquanto o processo de expansão urbana estabelecido na lógica dos ajustes do capital promove distintas formas de conflitualidades na área rural do município, a administração municipal que estimula a inserção do mercado imobiliário e da indústria do turismo em Barra dos Coqueiros se porta de forma omissa frente ao danoso processo ao qual subsidia, não cumprindo as diretrizes de seu próprio plano diretor que estabelece limites territoriais ao processo de urbanização. Contrariamente, se organiza ainda para modificá-lo, ao reordenar o zoneamento do município e ao tentar aprovar a liberação da construção de edifícios com até doze pavimentos¹, com o intuito de possibilitar o acesso do mercado imobiliário a novas áreas da Península de Santa Luzia, além de garantir uma maior lucratividade às construtoras que já atuam em Barra dos Coqueiros e atrair novos grupos empresariais ligados ao mercado imobiliário.

Os novos conflitos que mais recentemente se territorilizam em nossa área de estudo, se somam não apenas em número, mas, sobretudo, na influência que detêm sobre o processo de deformação da estrutura socioespacial local, aos conflitos historicamente já estabelecidos entre as comunidades extrativistas e os proprietários de terra no município. Dessa forma, se os estudos realizados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, em parceria com o INCRA, ICMBio, SEMARH, ADEMA, Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em 2009, para a confecção do Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: Ameaças e Demandas (Figura 25), já demonstravam que o município de Barra dos Coqueiros, se destacava naquele momento como principal área de conflito e ameaça à cata da mangaba em todo o litoral sergipano, esse cenário tende ainda a se agravar de acordo com as novos movimentos do processo em curso.



Como podemos observar o Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe destaca em vermelho as áreas onde a atividade extrativista é realizada em meio a graves conflitualidades, sobretudo, a proibição por parte dos proprietários de terra à cata do fruto pelas catadoras. Cenário predominante em quase toda a área do município de Barra dos Coqueiros, e que torna a Península de Santa Luzia destacadamente a mais problemática entre todas as áreas onde a atividade é praticada no estado de Sergipe.

Se compararmos as informações trazidas no documento que acompanha o Mapa, observaremos que o município, além de ser destacadamente o que mais apresenta relações conflituosas entre todos os municípios do litoral sergipano no que se refere ao exercício dessa atividade de trabalho e de vida, se destaca também pela grande parcela de seu território ainda destinada à realização da atividade. É justamente, Barra dos Coqueiros, que tinha em 2009, 35,58% de seu território destinado à na atividade extrativista (Embrapa, 2009), o município no estado de Sergipe com maior porcentagem de área dedicada ao extrativismo da mangaba. Em Pirambú, por exemplo, segundo município com maior porcentagem de seu território utilizado na atividade, foi constatado no período do estudo que 19,58% de sua área era destinada ao extrativismo da mangaba. Enquanto Estância e Itaporanga D'Ajuda, que são dois dos maiores produtores de mangaba do estado, contam respectivamente com o percentual de 9,06% e 7,02% de seu território destinado a essa atividade (Tabela 2).

Ou seja, em nenhum município de Sergipe o extrativismo da mangaba tem uma participação tão importante na destinação do uso do solo, e é patrimonialmente tão essencial na organização social do lugar como é em Barra dos Coqueiros. Todavia, mais de 80% do total dessas áreas onde o extrativismo da mangaba pode ser realizado nesse recorte territorial, é justamente o de áreas de acesso explicitamente proibido pelos proprietários (Embrapa, 2009), razão primaz de toda a conflitualidade envolvendo a cata da mangaba. E motivo suficientemente forte para que o Poder Público a partir dos seus diferentes órgãos de administração, regulamentação e fiscalização destinasse especial atenção à causa das catadoras e às recentes mazelas que tem sido impostas ao desenvolvimento de seu trabalho e de sua produção, mais recentemente, sobretudo agravados pelo processo de produção do espaço em curso.

Tabela 2 - Porcentagem da área destinada ao extrativismo da mangaba em relação à área total dos municípios produtores

Município	Área do Município (ha)	% da Área Destinada ao Extrativismo da Mangaba
Aracaju	18.014	1,02
Barra dos Coqueiros	9.190	35,58
Estância	64.763	9,06
Indiaroba	31.209	7,56
Itaporanga D'Ajuda	75.443	7,02
Japaratuba	36.439	8,99
Japoatã	41.339	18,03
Pacatuba	37.716	15,79
Pirambú	19.821	19,58
Santa Luzia do Itanhy	33.371	2,13
Santo Amaro das Brotas	23.523	2,25
São Cristóvão	44.069	0,27

Fonte: Embrapa, 2009.

Fica explícito então, que o município não apenas tem na cata da mangaba uma atividade de grande importância social, cultural e econômica, como também está constatado que não só o considerável percentual de áreas onde o extrativismo pode ser realizado é o responsável pela extensão das zonas de conflito. Os conflitos estão, sobretudo, ligados ao processo de distribuição da terra, o qual se estabelece na contradição entre propriedade legal e uso legítimo, muito bem representada na estrutura socioespacial de Barra dos Coqueiros. Estrutura essa, que não obstante a histórica animosidade entre proprietários e catadoras, está mais recentemente em um amplo processo de acirramento dos conflitos, promovido pela intensa expansão urbana iniciada ainda na primeira década do atual século.

Seguramente, na atualidade, o panorama de um futuro mapeamento relativo às ameaças à cata da mangaba em Sergipe, mostrará, devido à gradativa redução das áreas disponíveis para a atividade, o acirramento dos velhos e a criação de ainda novas e nocivas formas de conflitualidades, as quais precarizam ainda mais o trabalho e a vida das comunidades tradicionais, limitando sua perspectiva de autonomia e permanência no espaço agrário do município.

Com a gradativa diminuição dessas áreas, que é o que observamos atualmente no município, duas realidades se apresentam para as catadoras: a primeira é o aumento dos conflitos pelo uso das terras ainda disponíveis para a cata da mangaba e a segunda, o gradativo abandono dessa atividade, em especial pelos mais jovens, a partir da realização do trabalho acessório como forma de manter a renda e a propriedade da terra. O que ocorreria, em especial, devido aos novos tipos de conflitos que se territorializam no município, pois o que já era uma área conflituosa no que se refere à cata da mangaba vem se transformando mais recentemente em um território com conflitualidades ainda mais amplas, a partir das ocupações e desocupações de terras, e com novos e diversos sujeitos sociais sendo inseridos em um novo panorama de produção desigual do espaço, possível a partir das funcionalidades do Estado neoliberal ao processo de reprodução capitalista.

É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conforme regiões. (OLIVEIRA, 1999, p. 74-75).

Observando essa lógica de tendência pelo assalariamento nas comunidades tradicionais, que se dá normalmente em condições de trabalho precarizadas e que em nossa área de estudo tem sido promovida também a partir do processo de produção do espaço, daremos continuidade à análise das entrevistas no intuito de diagnosticar como se organizam as famílias das catadoras e dos demais moradores entrevistados no que se refere às atividades por eles desempenhadas, a partir da relação de trabalho na terra e do trabalho acessório dentro da perspectiva de resistência e permanência no espaço agrário do município.

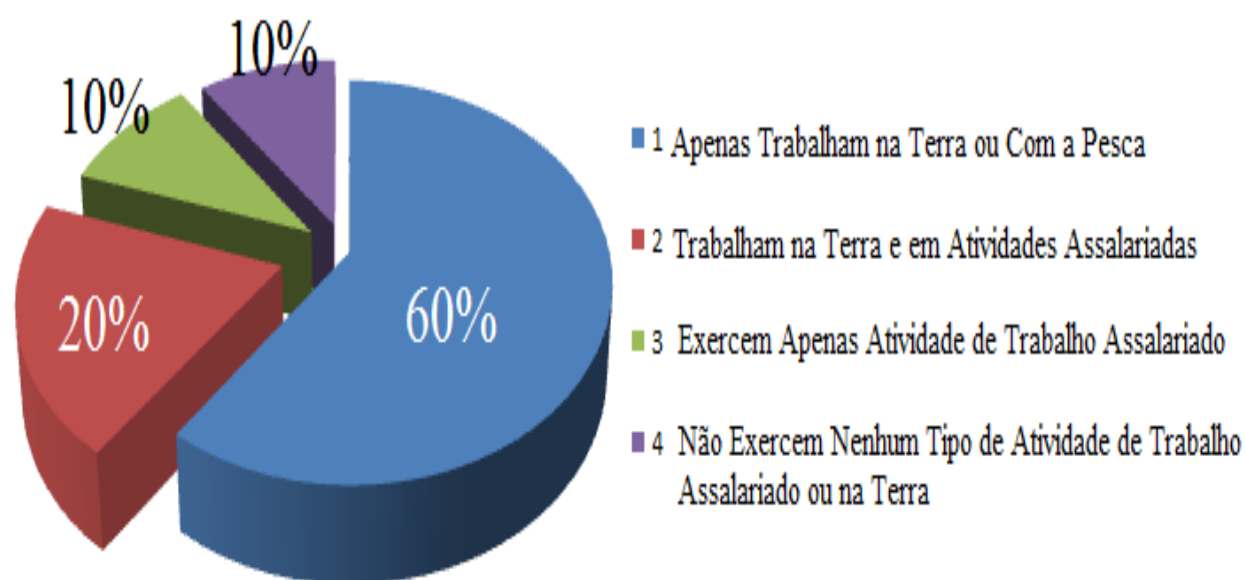
3.2.2 A Precarização do Trabalho e o Trabalho Precarizado

Se os próprios conflitos já se estabelecem como forma de precarização da vida e das relações de trabalho e produção das comunidades tradicionais no município de Barra dos Coqueiros, as consequências que trazem e podem ainda trazer ao extrativismo da mangaba e dos demais frutos da restinga, pronunciam-se como fatores que ao gerar obstáculos ao seu trabalho e produção, compelem sua inserção no trabalho assalariado e precarizado, em especial no espaço urbano. Dessa forma, a precarização de seu modo de trabalho e produção no espaço agrário motiva também sua inserção em uma outra perspectiva de precarização.

No intuito de identificar as nuances dessa realidade, perguntamos aos entrevistados, se além do trabalho na terra - seja através do extrativismo, da agricultura ou da pesca - eles desempenhavam alguma atividade empregatícia remunerada no espaço urbano ou na própria área rural do município, ou ainda, se tão somente desempenhavam atividades assalariadas, sem desenvolver nenhum tipo de trabalho na terra.

Para essa pergunta obtivemos os seguintes resultados: 60% dos entrevistados apenas trabalhavam em suas próprias terras ou praticando o extrativismo em terras de terceiros ou ainda praticando a pesca; 20 % dos moradores responderam que além de atividades como essas, praticavam também o trabalho assalariado (permanente ou temporário no meio urbano ou rural); e 10% dos entrevistados responderam que apenas desenvolviam trabalho assalariado na cidade, sem manter vínculos de trabalho e produção com a terra, assim como 10% dos entrevistados responderam não possuir nenhum tipo de vínculo empregatício e também não desenvolver nenhum tipo de atividade ligada a terra.

GRÁFICO 3 - Atividades laborativas desenvolvidas pelos entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Houve nesse caso equilíbrio entre as respostas obtidas entre as catadoras de Capuã e as comunidades tradicionais do Jatobá, com maior predominância para a exclusividade das atividades ligadas a terra entre as catadoras de mangaba do Povoado Capuã. Entretanto, o que mais se destacou nesse ponto da entrevista, foram as diferentes respostas no que se refere à faixa etária dos entrevistados. Dentre os 30% dos entrevistados com sessenta ou mais anos de idade, 100% responderam que apenas desenvolviam seu trabalho no campo, organizado de forma familiar e sem nenhum tipo de assalariamento, e que realizam esse tipo de atividade desde a juventude, como uma atividade patrimonial que historicamente tem lhes garantido o sustento e, por conseguinte, a possibilidade de permanecer na terra enquanto camponeses.

Perguntamos aos entrevistados que afirmaram possuir também ou apenas vínculos empregatícios, quais os motivos que os levaram a se inserir na perspectiva do trabalho assalariado, e se pretendiam no futuro deixar a área rural do município, migrando para outras localidades.

Para a primeira pergunta, a qual dava margem a mais de uma opção de resposta, obtivemos de 100 % dos entrevistados nessa fase da pesquisa, a resposta de que sua inserção no trabalho assalariado se deu, em especial, por motivos de sobrevivência, pois conseguem uma melhoria em sua renda com esse tipo de atividade em relação à obtida com o trabalho na terra. Para 66,6% dos entrevistados a inserção no trabalho assalariado se deu pela falta de opções de trabalho no espaço agrário do município. Enquanto para 66,6 % dos entrevistados as condições de trabalho no campo são árduas e não há nenhum tipo de iniciativa do poder público para ajudá-los, por isso se inseriram no trabalho assalariado.

Já para a segunda pergunta, obtivemos por parte de 80% dos entrevistados a resposta de que não pretendiam deixar os povoados em que moravam na área rural do município, migrando de forma definitiva para outro local, a não ser em situação de extrema necessidade. Enquanto 20% dos entrevistados declararam que não teriam problema em deixar a área rural do município, frente à possibilidade de acirramento das dificuldades que se apresentam. Quanto às respostas para essa pergunta, destacamos que entre as catadoras de mangaba, tanto no Povoado Capuã, onde se organizam de forma mais articulada, quanto no Povoado Jatobá, 100% das entrevistadas responderam que não tem intenção alguma de deixar a área em que vivem salvo condições extrema de precarização as obriguem a isso.

Ninguém da gente pensa em deixar aqui não, mas de repente eles (as construtoras e incorporadoras do mercado imobiliário) chegam e botam um dinheiro que a gente nunca nem viu. E aqui as condições para catar a mangaba e as outras frutas estão cada vez mais difíceis para todo mundo, por isso que eu acho que pode ter gente vendendo as terras e deixando aqui, sim. (Dona Branquinha).

Observamos dessa forma que, por mais que haja uma forte relação de identidade, sobretudo, por parte das catadoras em relação a terra e à comunidade em que vivem, tanto a pressão econômica exercida pelo capital financeiro como, sobretudo, as dificuldades e precarização impostas pela ação do Estado-capital, geram fissuras significativas em seu modo de vida e trabalho, acirrando conflitos e intensificando a perspectiva da expropriação territorial.

As respostas obtidas indicam também a confirmação de que as gerações mais novas tendem gradativamente a se inserir no trabalho assalariado, ao qual estão muito mais propensas que seus antepassados jamais estiveram. Sobretudo, frente às dificuldades encontradas para a geração de renda a partir unicamente do trabalho na terra, como também devido à falta de apoio por parte do poder público e frente à gradativa diminuição de áreas disponíveis, em especial para o extrativismo. Dessa forma, se inserem na lógica do ciclo de acumulação capitalista a partir do assalariamento, com o objetivo essencial de sobreviver e ajudar seus pais na tarefa de permanecer em suas terras. Assim, em uma dinâmica geral, o que se observa é que o assalariamento do camponês é contraditoriamente a perda de sua autonomia, visando a luta pela autonomia a partir da manutenção da terra.

Estamos em face não de um problema de exclusão. A palavra exclusão conta apenas metade do processo, mas não conta a consequência mais problemática da economia atual, que é a inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução ampliada do capital. É isso que tem que ser discutido. É isso que tem de ser objeto de consideração. (MARTINS, 2002, p.125).

Se inserem, dessa forma, em condições de trabalho precarizadas no espaço urbano, assim como estavam suas condições de trabalho no meio rural. Todavia, no caso que estudamos, não há pela imensa maioria dos entrevistados a opção pela migração. Não deixam suas terras, suas famílias, sua comunidade e sua cultura patrimonial. Pelo contrário, ao se assalariar para sobreviver e permanecer na terra conseguem manter tudo isso, enquanto os mais velhos geralmente prosseguem unicamente na lida com as atividades na terra.

Analisamos, todavia, que essa geração de jovens adultos que tende se inserir de forma mais massiva que seus antecessores no trabalho assalariado, pode gradativamente ir

mudando a relação historicamente estabelecida dessas comunidades com a terra, sobretudo, no que se refere às futuras gerações, que poderiam perder esse sentimento de identidade e pertencimento com o lugar e com o modo de vida e produção patrimonial que seus pais avós vêm desenvolvendo. E esse é um cuidado que tem que ser tomado por esses sujeitos sociais, e que deveria ser, sobretudo, uma preocupação do poder público, que, sobretudo, na esfera do executivo e do legislativo municipais não só tem permitido como também colaborado com a degradação de seu modo de vida.

No que se refere à ação do Poder Público, mesmo com iniciativas pontuais e isoladas, sobretudo, de representantes dos legislativos estaduais e federal, o que constatamos no âmbito mais geral das relações estabelecidas a partir da necessidade de ampliação da acumulação capitalista, é o total negligenciamento das necessidades mais básicas dos povos tradicionais. Explicada, uma vez que a funcionalidade do Estado ao capital e ao seu superdeterminismo estrutural, não comporta nada além de iniciativas pontuais e individualizadas, ou, quando muito, efêmeras conjunturas políticas favoráveis à classe trabalhadora.

Mesmo dessa forma, tentaremos propor nas próximas páginas, também dentro da esfera de ação desse Estado, algumas alternativas para atender às demandas históricas e às necessidades mais recentes das comunidades estudadas em nossa pesquisa, no intuito de amenizar as mazelas causadas pela ação e pela omissão dele próprio, o Estado, em conjunção à ação do capital financeiro, na incessante busca pela ampliação da acumulação a partir dos ajustes espaciais.

Já no que se refere às comunidades tradicionais, discutiremos algumas formas de mobilização e alguns direcionamentos que observamos ao longo da pesquisa que podem ser úteis no sentido de ajudar-lhes a garantir sua permanência na terra e na atividade patrimonial que desenvolvem no espaço agrário do município. Traçamos essas proposições como forma de fazer com que toda a pesquisa realizada traga não só as constatações e a crítica que deve ser feita no ambiente acadêmico à forma como o Estado-capital lida com os povos tradicionais e com a classe trabalhadora como um todo, mas também, como forma de que tenhamos a possibilidade de tentar de algum modo ajudar esses sujeitos históricos em sua luta contra o destrutivo processo de expansão do capital.

3.3 Constatações e Proposições: estratégias de resistência na luta das comunidades tradicionais

Para tornar possível o fortalecimento da luta e da resistência dos povos tradicionais do espaço rural do município de Barra dos Coqueiros/SE, é necessário que a sua própria ação enquanto grupo, enquanto classe trabalhadora, possa se estabelecer a partir de uma perspectiva embasada na reflexão teórica e em uma prática social transformadora, consciente enquanto classe, com objetivos comuns e previamente traçados, para criar e/ou dar sustentação a uma realidade material que responda minimamente às suas necessidades.

Para colaborar com isso, a própria pesquisa realizada também deve estar orientada em uma perspectiva que privilegie a relação que se estabelece entre a reflexão teórica e a observação da realidade, a partir da indissociabilidade que lhes é inerente e na luta em defesa da atividade humana que permita a liberdade e a criatividade do indivíduo na transformação da natureza e de si próprio. É dessa forma, na perspectiva da consciência da realidade a partir da unidade teórica e prática da luta como meio mais efetivo de enfrentamento por parte da classe trabalhadora frente à exploração da classe dominante, que se torna possível o alcance de suas demandas. Por conseguinte, é essa a forma de resistência na qual nos pautamos e sugerimos, no enfrentamento a todas as dificuldades históricas e recém estabelecidas enfrentadas pelas comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros, no que se refere à manutenção de sua autonomia e à sua permanência na terra e em seu modo de vida e trabalho.

Dessa forma, buscaremos a partir da teoria e das constatações realizadas em campo, sugerir possibilidades de enfrentar as dificuldades constatadas para a manutenção do modo de vida das comunidades tradicionais locais, em sua luta contra a expropriação da terra e dos seus meios de produção, propondo ações que possam ser planejadas e realizadas visando um caráter transformador em sua realidade. Uma vez que

Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido uma teoria é prática na medida em que materializa através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VAZQUEZ, 1977, p. 207).

Desenvolver ações reais e efetivas a partir do conhecimento da realidade e da teoria demanda, entretanto, uma prática conscientemente orientada em seu planejamento e execução. Assumir esse tipo de comportamento, por sua vez, tem por condição *sine qua non*, a compreensão do sujeito social enquanto classe a que pertence, e em geral como integrante de um grupo com necessidades e demandas comuns, as quais podem ser conquistadas a partir da união, organização, articulação e da luta em prol de suas conquistas.

Assim, observamos que como membros de comunidades tradicionais e como indivíduos que se enquadram na lógica de organização do trabalho e da produção e na forma de relacionar-se com a natureza típica do campesinato, esses sujeitos sociais podem também assumir no curso de sua luta pela permanência e pela autonomia, estratégias que estejam alinhadas ao seu modo de vida e à sua organização, não só familiar, como enquanto grupo que compartilha não só entre si, como com outras comunidades tradicionais, os mesmos problemas e necessidades análogas. Necessidades construídas, sobretudo, a partir da expansão do processo de acumulação capitalista, materializada na produção do espaço que, transformado, deixa de atender suas demandas em prol das exigências do capital.

Antes, no entanto, de nos referirmos às estratégias de resistência que essas comunidades constituídas em grande parte por camponeses, poderiam adotar, recorreremos aos ensinamentos de Teodor Shanin (2005), para tentar dimensionar a complexidade e as distinções que permeiam o conceito de camponês, buscando, em seu cerne, no que é indissociável e essencial, qualificar o caráter campesino das comunidades estudadas e como resistem dentro dessa lógica ao processo de expropriação que lhes está sendo imposto.

Para isso, destacamos inicialmente nossa concordância com a afirmação de que *“Para começar, ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.”* (SHANIN, 2005, p.1). Todavia, compreendemos também, que a despeito de algumas distinções, existem características intrínsecas à estrutura societária do campesinato que não podem ser dissociadas, e sem as quais a sua própria caracterização como tal, mesmo em diferentes tempos históricos e espaços geográficos ficaria comprometida.

Dessa forma, (SHANIN, 2005) analisa a estrutura societária mais geral do campesinato, a partir da propriedade rural familiar estabelecida comunidade básica de organização camponesa, coma prevalência de um modo de vida em grupo e de uma cultura específica das pequenas comunidades em sua lógica de trabalho e produção, que se

estabelece, sobretudo, a partir de um ritmo de vida refletido nos respeito ao tempo da natureza. A organização econômica camponesa é também, analisada a partir do controle dos meios de produção, todavia, mesmo essa possibilidade do controle dos meios de produção não lhes exime de uma situação oprimida, frente à exploração por poderosas forças externas, o que definitivamente evidencia a condição do ser camponês na estrutura da luta de classe que se estabelece na sociedade capitalista.

Frente às definições trazidas por Shanin (2005), analisamos que, no que se refere ao controle sobre os meios de produção, uma importante observação tem que ser feita entre a teoria e realidade observada em nossa pesquisa, uma vez que, as catadoras dependem também, e, sobretudo, das terras de terceiros para realizar o trabalho que garante sua subsistência, ou seja, não há uma predominância no caso em estudo pelo controle dos meios de produção. Entretanto, grande parte delas possuem também pequenas propriedades, onde realizam além da cata da mangaba e de outros frutos nativos, o plantio de alimentos básicos para sua subsistência, ainda que de forma bastante restrita.

Dessa forma, constatamos que o caráter extrativista de sua atividade que as leva a realizarem-na também em terras de terceiros, seja a partir de parcerias ou da aquiescência desses proprietários, não descaracteriza o caráter camponês de seu modo de vida e produção, o qual para muito além de uma característica específica se define pelo conjunto da obra, que guarda também especificidades em diferentes tempos históricos e espaços geográficos. No mais, é fundamental destacar que na lógica do camponês, *“o padrão efetivo de controle da terra, expresso na propriedade familiar, e os ‘direitos de posse’ diferem da propriedade legal dos não camponeses contemporâneos”* (SHANIN, 2005, p.3), estabelecendo-se dessa forma no âmago da contradição entre a propriedade legal e o uso legítimo. Ou seja, o acesso aos meios de produção de forma autônoma nem sempre está relacionado à propriedade privada destes meios.

Dentre as características mais emblemáticas a respeito do modo de vida e organização do campesinato, apontados nos referenciais teóricos e diagnosticados em nossa pesquisa, destacamos como de importância fundamental para analisar a lógica de trabalho e de vida desses sujeitos sociais, entender as relações que se desenvolvem no âmbito da comunidade, como uma extensão do círculo familiar – o que ocorre, de fato, em nossa área de estudo devido ao parentesco entre muitos dos moradores do espaço agrário do município - e como perspectiva de fortalecimento no enfrentamento às adversidades que lhes tem sido impostas. Assim, sua organização enquanto grupo que habita o mesmo espaço e possui as mesmas demandas, cria e fortalece laços enquanto de ajuda mútua e proteção, os

quais precisam se fortalecer também como união e articulação política na luta por suas demandas.

Outro ponto fundamental em sua organização de trabalho, verificado na análise de seu modo de vida e trabalho, é a total predominância do uso de meios naturais de produção, em uma lógica patrimonial de respeito, preservação e sintonia com a natureza, características de uma atividade que é ao mesmo tempo mantenedora da cultura e do meio ambiente. É dessa forma que as catadoras de mangaba, que também são plantadoras de mangabeiras, tanto em suas terras como em outras áreas onde realizam a cata, se organizam para tentar garantir a reprodução de seu modo de vida, o qual há diversas gerações tem se mantido em total harmonia com a natureza.

Finalmente, destacamos um ponto para nós fundamental para analisar essas comunidades a partir do conceito e das teorias sobre o campesinato, que é entender a posição oprimida e precarizada desses sujeitos sociais no contexto da luta de classes. A qual se estabelece a partir das intervenções de poderosas forças externas que se apropriam do espaço desses povos e intervém de forma abrupta nas relações de trabalho e de vida estabelecidas, com a aquiescência ou com o subsídio do Estado que, agindo em conjunção aos ajustes espaciais do capital, permite sua monopolização e/ou territorialização sobre o espaço do camponeses.

Discutidas as características observadas na teoria e constatadas na realidade das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, ressaltamos ainda que no que se refere àquela que é a condição mais básica da organização do modo de vida e produção camponês, ou seja, a organização familiar em uma unidade que é ao mesmo tempo unidade produtiva e de consumo, ficou constatado ao longo da pesquisa a condição camponesa desses sujeitos sociais e o fundamental papel da organização familiar na condição de vida e trabalho camponês.

O cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade [...] Seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira. (SHANIN, 2005, p.5-6).

Mesmo não havendo razões definitivas para proceder de outra maneira, que não seja a partir da prevalência desta última como característica suficiente para o entendimento dos sujeitos sociais estudados como sujeitos camponeses, buscaremos nos ater não somente a

ela, ao cerne. Mas também às demais características citadas, também, sobretudo importantes para a compreensão do modo de vida camponês, e, por conseguinte, no embasamento de nossa pesquisa e nas conclusões às quais chegaremos.

3.3.1 A União Como Estratégia de Resistência

Um processo de resistência e de luta se fortalece sobretudo a partir da união de forças, nesse caso, a união das comunidades tradicionais inseridas no espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros, e que vem sendo atingidas e prejudicadas pelo modelo de expansão urbana que tem se espacializado nesse recorte. Se inserem nessas comunidades, em uma primeira instância, além das catadoras - que sobrevivem também a partir da pesca - os sujeitos sociais que vivem essencialmente da pesca como fonte de renda, como é o caso das marisqueiras, presentes em todos os povoados do município, sobretudo no Povoado Jatobá, onde o Rio Pomonga é importante fonte de sustento das comunidades tradicionais locais.

Pelo que pudemos analisar na pesquisa, as comunidades do Jatobá ainda não se sentem tão ameaçadas ou prejudicadas pelo processo de expansão urbana, quanto os moradores dos Povoados de Olhos D'Água e Capuã, mais ao sul. Todavia, não só a tendência de que o processo em curso em breve as atinja de forma mais impactante é bastante provável, como o próprio movimento de expansão urbana já existente, tem fomentado uma série de desdobramentos na área do Povoado, onde centenas de ocupações de terra e algumas reintegrações de posse já ocorreram, inclusive, com um perigoso processo de grilagem e de conflitos envolvendo construtoras e incorporadores do mercado imobiliário e pessoas que faziam a negociação de lotes de forma irregular. Dessa forma, a união e articulação das comunidades tradicionais na luta política pelas suas demandas não só é importante como é essencial, frente à lógica do processo de produção do espaço em curso no município.

Além das comunidades tradicionais que habitam os povoados da península de Santa Luzia, vivendo, sobretudo, do extrativismo e da pesca, há também que se destacar que no espaço agrário do município existe uma grande quantidade de famílias que sobrevivem em pequenas propriedades, onde cultivam alguns alimentos como a macaxeira, a mandioca (usada para fazer farinha), o feijão e o milho, como complemento à sua alimentação, tendo em vista que em muitos dos casos exercem também formas de trabalho

assalariado. Essas, por mais que não estejam organizadas em grupos como as catadoras e as marisqueiras, e por muitas vezes não se insiram na lógica patrimonial das atividades por elas praticadas, são também vítimas do processo de especulação imobiliária e expansão urbana. E por mais que não dependam necessariamente das terras de terceiros ou de áreas públicas para realizar suas atividades, mais recentemente, com a demarcação dos novos perímetros urbanos no município, constatamos que a sua permanência na área está ameaçada frente às altas taxas de impostos que podem ser cobradas, em especial, para aqueles moradores que não se organizarem na perspectiva de comprovar de forma legal e obrigatória que suas propriedades são destinadas exclusivamente a atividades agrícolas.

Dessa forma, a união desses sujeitos sociais para exercer pressão política na perspectiva de garantir sua permanência no lugar, certamente seria bem mais efetiva que a luta isolada de cada um desses grupos ou indivíduos, e configuraria, sobretudo, uma aliança da classe dominada frente aos ajustes especiais do capital. Em uma lógica na qual, a partir do reconhecimento e da transformação de suas próprias ações frente à realidade que se apresenta, poderiam dar início à resistência frente às multifacetadas ações do Estado-capital para expropriá-los.

Ao longo da pesquisa, no entanto, não identificamos nenhum tipo de diálogo entre os diferentes grupos e comunidades na perspectiva de abrir o debate e a resistência ao processo de apropriação territorial e expropriação dos meios de produção e da própria terra, os quais lhes tem sido impostos a partir do processo de especulação imobiliária e expansão urbana em curso no município. Assim como, identificamos apenas entre as catadoras de mangaba do Povoado Capuã algum tipo de contato e articulação com o ambiente acadêmico, o que pelo que observamos vem fortalecendo uma perspectiva crítica por parte destas frente às mudanças no processo de produção do espaço em curso no município, e auxiliando sua organização na luta pela permanência na terra e em seu modo de vida.

Todavia, talvez com a recente ação da prefeitura local que tende a cobrar altos impostos - com a substituição do ITR pelo IPTU - para os moradores do espaço rural do município, possamos verificar algum tipo de mobilização conjunta, tendo em vista que o processo de expropriação territorial que deve ser causado por essa ação, tende a atingir a todos os moradores, e não apenas a determinados grupos, como as catadoras de mangaba.

3.3.2 A Organização e a Articulação Política Como Estratégias de Resistência

Há também que se destacar que é necessário fortalecer ou criar novas formas de organização que permitam a essas comunidades resistir e garantir sua autonomia tão somente a partir de sua relação de trabalho e produção na terra. Para isso, a criação de associações e cooperativas pode ser fundamental para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho e produção, sobretudo, no que se refere à produção de derivados dos frutos colhidos pelas comunidades locais, como também para estabelecer melhores condições de negociação, seja destes *in natura* ou dos produtos do seu beneficiamento. Melhorias que, no entanto, não podem substituir sua permanente luta contra a expansão desmedida do capital e contra as distintas formas de expropriação que lhes vêm sendo impostas. Assim como não podem substituir sua luta pela conquista de uma área com proporções que lhes permitam a garantia da continuidade de sua atividade extrativista, independentemente da lógica inserida no processo de expansão do mercado imobiliário.

No que se refere à organização dessas comunidades, pudemos constatar ao longo de nossas visitas a campo, que as catadoras de mangaba, sobretudo no Povoado de Capuã, já se configuram como um movimento organizado desde o início da atual década, articulando-se em e entre distintos municípios do litoral sergipano, como Estância, Indiaroba e Itaporanga D'Ajuda no litoral sul, e Pirambú, Japoatã, Pacatuba, Japarutuba e Barra dos Coqueiros, no litoral norte, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento de sua atividade patrimonial. Dessa forma, já mais recentemente, no ano de 2014, as catadoras criaram a Cooperativa de Economia Solidária das Mulheres Extrativistas de Sergipe (Coopmese), com o objetivo de fortalecer a atividade extrativista e a luta pela autonomia dos povos tradicionais dentro da lógica de trabalho e produção na qual estão inseridos.

Constatamos então, que o processo de organização que já se estabelece, sobretudo, no que se refere ao beneficiamento dos frutos típicos da região, em nossa área de estudo realizado em uma unidade de produção no Povoado de Capuã, - sobre a qual falaremos mais adiante - já permite a essas trabalhadoras uma melhoria em sua renda e em suas condições de trabalho e comprova como a luta dessas mulheres tem que se estabelecer em diferentes frentes, pois assim se estabelece a ação do Estado-capital no sentido de expropriá-las.

Outro ponto de destaque em um processo de resistência visando a permanência e a autonomia é construir uma articulação política que permita às comunidades tradicionais algum tipo de enfrentamento às investidas do capital financeiro no interior da sociedade política da superestrutura capitalista, ou seja, seu arcabouço político-institucional, Gramsci (2000). Isso ocorre, tanto a partir do apoio de representantes legais nas diferentes esferas de poder, como através do enfrentamento na própria estrutura jurídico-institucional do Estado.

Dessa forma, por mais que entendamos que

Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas. (POULANTZAS, 1980, p. 162).

Analizamos que é possível à classe dominada articular-se em embates pontuais contra capitalistas individuais e contra ações específicas do Estado, até mesmo levando em conta as rupturas e contradições inerentes à própria lógica de organização do Estado-capital. Assim, tanto é possível articular-se no sentido de lutar provocando a ação de diferentes esferas do poder, como no supracitado caso da intervenção do Ministério Público Federal, que cassou a liberação da licença do empreendimento Condomínio Reserva Lagoa do Mar concedida pela prefeitura de Barrados Coqueiros. Como também é fundamental a ação a partir da intervenção de representantes legais que legislem em favor dos direitos da classe trabalhadora. Dessa forma, constatamos que por mais que a lógica neoliberal do Estado Moderno seja realizada em conjunção às necessidades da reprodução sociometabólica do capital, é possível promover enfrentamentos de caráter pontual no processo de resistência à expansão da acumulação capitalista e na manutenção da autonomia dos povos tradicionais, dentro do próprio aparelho estatal.

Enfrentamentos esses que devem ocorrer não apenas na esfera da sociedade política como também no âmbito da sociedade civil. A partir do convencimento, na instância dos aparelhos de hegemonia, tanto divulgando a luta dos povos tradicionais por meio próprio, a partir das novas e eficazes estratégias de comunicação, como a partir da aliança com a mídia independente e com organizações não governamentais que atuem em defesa de causas como a dos povos tradicionais de Barra dos Coqueiros. Ou ainda, provocando a ação de instituições como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil ou a ABRAMPA.

Essas possibilidades que se estabelecem no âmbito conjuntural evidenciam uma permeabilidade na organização do Estado para ceder a certas demandas da classe dominada em determinados tempos históricos e espaços geográficos. E mesmo que o “*superdeterminismo estrutural do modo capitalista de produção*” (MILIBAND, 1970), imponha limites a qualquer conquista da classe trabalhadora que não possa ser conciliada aos interesses econômicos da burguesia, é necessário estabelecer também e prioritariamente a luta dentro dos próprios aparelhos do Estado ampliado.

O descumprimento da legislação protetiva que deveria garantir a preservação dos recursos naturais que permitem a reprodução social e cultural das comunidades tradicionais é, sobretudo, reflexo do poderio político e econômico dos novos atores sociais que se inserem na área rural do município de Barra dos Coqueiros, frente aos quais as comunidades tradicionais locais, desamparadas pelo Estado e sem a articulação política necessária para lhes fazer frente não tem como reagir. O desfecho do projeto de criação da ResEx na área do Sítio São José do Arrebancado, no povoado Capuã, por exemplo, deixou explícito como estão estabelecidas as relações de poder no recorte territorial estudado. No qual, por um lado a pressão política e econômica das construtoras e incorporadoras do mercado imobiliário e por outro a influência política de alguns proprietários de terra se sobrepõem na lógica do aparelho estatal não só aos interesses das comunidades tradicionais, como muitas vezes à própria legalidade jurídica, através da inobservância da função social da terra e do desrespeito às leis ambientais.

Observamos, entretanto, no decorrer da pesquisa e ainda no que se refere ao processo de articulação política a partir de “representantes” que legislem em favor de sua causa, que há, pelo menos em teoria, a perspectiva de uma considerável vitória por parte das catadoras de mangaba de todo o Brasil no que se refere à preservação de sua atividade, em razão de um Projeto de Lei em tramitação no Legislativo Federal, que tem por objetivo proibir ou limitar o corte e a derrubada de mangabeiras.

O citado projeto, denominado PL nº 1.066/2015, de autoria do Deputado Federal por Sergipe, João Daniel, e que tramita ainda nas comissões na Casa Legislativa, caso fosse aprovado na em seu texto inicial, definiria que:

Art. 1º - Fica proibido o corte e a derrubada da mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes), em todo o território nacional, para qualquer fim, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei. Art. 2º - Quando da implantação de projetos de reflorestamento em regiões onde as referidas mangabeiras são nativas, e onde o seu fruto é utilizado como meio de subsistência e como alimentação, será obrigatório o plantio de uma percentagem das mesmas, sob a supervisão de Administração Federal, Estadual e Municipal. Art. 3º - A fiscalização do estabelecido nesta Lei ficará a cargo do Ministério do Meio Ambiente. Art. 4º - Aos infratores será imposta multa no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) por mangabeira discriminada no artigo 1º, dobrando-se o valor em caso de reincidência. (Projeto de Lei nº 1.066/2015, Site da Câmara Legislativa Federal, 2016).

Atualmente em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), depois de ter sido aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), o Projeto foi acrescido de duas emendas. Uma das quais permite ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) recepcionar outras situações excepcionais além das apresentadas no projeto nas quais seja permitido o corte de mangabeiras, e outra que suprime o artigo sexto do projeto, o qual delimitava um prazo máximo de noventa dias a partir da data de sua promulgação, para que a Lei fosse regulamentada pelo poder executivo.

As emendas em questão abrem brechas no prazo de implantação e na própria aplicabilidade do Projeto de Lei, as quais podem reduzir sobremodo sua capacidade protetiva às mangabeiras e ao modo de vida e produção das comunidades tracionais. Mesmo assim, o PL 1.066/2015 servirá como importante subsídio legal na luta dessas comunidades contra o processo de expropriação de seus meios de produção, no que se refere à luta travada no interior da superestrutura do Estado ampliado, ou seja, a partir de seu arcabouço político e jurídico-institucional.

Além dessa iniciativa em forma de Projeto de Lei, destacamos também que a própria Unidade de Beneficiamento na qual as catadoras do Povoado Capuã transformam frutos como o cambuí, o murici, o caju e especialmente a mangaba, em uma série de produtos derivados, como licores, geléias, compotas, trufas, balas, bolinhos e biscoitos (Figura 29), esteve também fundamentalmente ligada ao processo de articulação política construído ao longo da existência do Movimento das Catadoras de Mangaba. Uma vez que a construção da referida unidade contou com a decisiva participação da Deputada Estadual Ana Lúcia. Comprovando a importância do processo de articulação política para as comunidades tradicionais na luta contra a precarização e a expropriação, sobretudo, levando em conta os altos níveis de articulação que os capitalistas individuais e muitos dos proprietários de terras possuem e do qual constantemente tiram proveito.

Todavia, para fortalecer a sua luta e todas as estratégias de resistência que podem ser utilizadas no enfrentamento ao atual processo de expropriação do qual são vítimas, é necessário que a união, a organização e a articulação essenciais ao desenvolvimento de tais estratégias perpassem pela conquista de uma consciência de classe para si (MARX, 2009). É necessário unir-se em torno de objetivos comuns a todos, os interesses tem de passar a ser os interesses das comunidades, sem privilegiar melhorias meramente individuais ou de uma minoria, compreendendo que as transformações espaciais recentemente estabelecidas estão inseridas no processo mundial de expansão capitalista, e a partir disso, assumindo suas necessidades enquanto interesses de classe, criados pelas contradições do capital e diametralmente opostos aos da classe dominante.

É a partir do desenvolvimento dessa consciência que o trabalho em sociedade e na natureza pode ser concebido sob o viés da luta de classe e no combate à reificação e à ideologia da classe dominante. Entretanto, existem ainda outras formas conhecidas de resistência do camponês frente às adversidades que se lhe apresentam a partir do processo de expansão da acumulação, materializado através da ação conjunta Estado e capital. Ações individuais que por muitas vezes parecem retirar-lhe por completo da lógica de vida e trabalho camponês, mas que desenvolvem, sobretudo, no intuito de manter-se como tal.

Dessa forma, constatamos ainda, que o próprio processo de mobilidade através do trabalho acessório no meio urbano se inscreve como uma estratégia visando garantir a permanência na terra, mesmo que o assalariamento pressuponha também, em parte, a perda da autonomia. É contraditoriamente a proletarianização do camponês para manter-se enquanto camponês, ou seja, para manter a propriedade da terra, condição essencial ao modo de vida, trabalho e produção do campesinato.

A mobilidade do trabalhador camponês revela em si uma unidade contraditória, é ao mesmo tempo condição de reprodução social, inclusive para a permanência na terra e a sua reprodução enquanto camponês, como também, por outro lado, deixa os trabalhadores a mercê da lógica mercadológica, que os tornam produtores do trabalho excedente, ou seja, o camponês realiza sua condição de resistência em permanecer no campo e também realiza a produção da mais-valia. (MEIRA; SOUZA, 2013, p.1).

Mesmo frente a essa contradição, e constatada a precarização que em geral envolve a lógica do trabalho acessório, a mobilidade do trabalho é, em aspectos gerais, uma das estratégias usadas pelos camponeses para manter a propriedade da terra.

Em nossa área de estudo, frente à considerável diminuição das áreas cobertas por mangabeiras, muricizeiros, cambuizeiros e cajueiros, por conta da expansão urbana, a disputa pelas áreas que ainda restam para realizar o extrativismo desses frutos tende ainda a se acirrar, e, dessa forma, a mobilidade do trabalho se insere mais objetivamente como uma opção de subsistência - temporária ou não - e de continuidade na terra. Nesse sentido, a tendência geral que a teoria nos mostra, e que a análise da realidade da pesquisa nos proporcionou, foi que ficam para as gerações mais velhas e com menor possibilidade de inserção no mercado de trabalho a exclusiva continuidade nessa atividade patrimonial, enquanto parte dos mais jovens vão se inserindo no mercado de trabalho, em geral como mão de obra precarizada. Um cenário preocupante, mesmo que se estabeleça como estratégia de resistência, pois uma vez inseridos na lógica do assalariamento, possivelmente não voltarão a praticar a cata como atividade principal. Por mais que muitos dos integrantes dessas comunidades aliem ambas as atividades, ainda.

Muito do pessoal mais novo trabalha também em outras coisas, aqui na Barra mesmo ou em Aracaju. Alguns ajudam quando estão em casa e quando podem, mas não é como antes que a gente vivia mais disso aqui mesmo, da cata. Essa casa mesmo a gente construiu por causa do que conseguiu com a mangaba. (Relata Dona Branquinha).

Espacializa-se, dessa forma, uma lógica sobremodo inscrita nas contradições capitalistas, na qual muitos moradores do espaço agrário são obrigados, devido às pressões do capital a tirarem seu sustento de atividades desenvolvidas no espaço urbano, uma vez que não mais se realizam as condições materiais necessárias para sobreviverem a partir de seu trabalho e de sua produção em seu lugar de origem, na parcela do espaço onde historicamente desenvolveram suas relações de pertencimento e de identidade. Contraditoriamente, a expansão da acumulação capitalista faz com que os representantes do capital financeiro, ou seja, incorporadores de terras e outros investidores do mercado imobiliário e da indústria do turismo, os quais não mantêm nenhum tipo de relação cultural, de identidade e pertencimento com o campo retirem do espaço agrário altas taxas de lucros, realizados a partir dos ajustes espaço-temporais do capital, e possíveis, tão somente por conta das distintas formas de mediações promovias pelo Estado.

FIGURA 26 - As catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, seu trabalho e sua produção



Fonte: Trabalho de Campo, 2016 -2017

Nós mesmas nos chamamos de mulheres mangabeiras, as mulheres que vivem da cata da mangaba. A cata da mangaba, do murici, do cambuí e do caju é o nosso trabalho, principalmente a cata da mangaba. São plantas que na maioria ninguém plantou, já existem há vários anos, são da terra. Mas, cada vez mais está ficando difícil o acesso a essas plantas por causa da construção desse monte de condomínios. (Dona Branquinha, Catadora de Mangaba do Povoado Capuã).

O que fica exposto então é a contradição intrínseca ao valor que o solo detém para esses diferentes sujeitos sociais. Enquanto para os camponeses que não mais podem realizar sua condição de sobrevivência na terra, a relação com o solo está revestida de toda uma simbologia e afetividade que torna a perspectiva da expropriação um impacto cruel, não só em sua reprodução econômica, mas também social e cultural. Para o capitalista que tem na terra apenas uma fonte de lucro e de exploração do trabalho de outrem, tão somente importa o “potencial” que a localização e as belezas naturais garantem a ele, para auferir sobre a renda da terra uma renda diferencial, ou seja, para ele a propriedade da terra é tão somente uma forma de ampliar a acumulação. É nesse sentido que se desenvolvem os ajustes espaciais do capital, em contradição à lógica de vida e de trabalho dos camponeses. E é a partir da compreensão dessas contradições, que as mulheres mangabeiras e todos os demais sujeitos sociais que lutam para permanecer na terra, poderão desenvolver uma ação transformadora no enfrentamento às condições que lhes têm sido impostas.

3.4 Ação, Mediação e Contradição: demandas das comunidades ao Estado

Por mais que entendamos o Estado na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital, quadro geral para a completa articulação e manutenção deste como sistema global (Mészáros, 2002), e responsável por administrar os negócios comuns da classe burguesa (Marx; Engels, 1993), a qual converteu seus poderes militar, organizacional e fiscal em prol de suas próprias ambições (Harvey, 2005). E ainda que lendo o modo capitalista de produção e consumo, - ao qual o Estado está em conjunção - como um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas, que prejudica a adoração da natureza (Marx, Apud Harvey, 2005), assim como todas as satisfações tradicionais e as reproduções dos antigos estilos de vida. O qual, em seu superdeterminismo estrutural (Miliband, 1970), assume uma posição diametralmente oposta aos anseios da classe trabalhadora. Nos propomos nas próximas linhas, e de acordo com o entendimento das próprias contradições inerentes à ação do Estado-capital, a analisar algumas demandas históricas das comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros em relação a ação do poder público, as quais pudemos identificar no decorrer da pesquisa, e que poderiam ser de fato úteis na perspectiva de mitigar os danos que o próprio *modus operandi* do Estado tem causado à essas comunidades em nossa área de pesquisa.

As observações que faremos nas próximas páginas se inscrevem não só no entendimento de que as contradições intrínsecas à lógica capitalista permitem, em certas conjunturas, ações do Estado que em nada parecem intencionar o lucro e a expansão da acumulação de capitais, funcionando como mediações à classe trabalhadora. Como também, analisamos que certas mediações por parte do poder público ocorrem, sobretudo, pela pressão dos trabalhadores, que mesmo dentro de uma lógica estrutural de irreconciliabilidade de interesses com a burguesia, podem ainda assim conquistar algumas de suas demandas, desde que essas possam em determinadas conjunturas ser conciliadas à lógica capitalista. No mais estabeleceremos as observações a seguir, como forma de expor medidas simples das diferentes esferas da administração pública que poderiam garantir a continuidade das comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros em seu modo de vida e produção. Ações que são esperadas e cobradas pelas comunidades locais e que discutiremos nas próximas páginas também como forma de expor suas demandas.

A primeira e possivelmente mais importante medida que poderia ser tomada no âmbito da esfera federal, seria a criação de uma Reserva Extrativista (ResEx) no município, necessidade histórica e primordial das comunidades extrativistas locais, para a

manutenção de seu modo de vida e trabalho. Como observamos anteriormente, essa foi uma demanda por muito tempo discutida e uma ação que chegou não só a ser planejada, como até mesmo a ser dada como certa pelos integrantes das comunidades tradicionais locais ainda no final da década passada, mas que pela falta de interesse político não foi levada adiante.

Nas conversas e entrevistas com as catadoras, pudemos constatar não só a total necessidade dessa iniciativa, sobretudo, frente ao atroz avanço da especulação imobiliária e da urbanização no espaço agrário do município, como também como forma de garantir-lhes o acesso a uma área destinada exclusivamente à sua atividade e com as dimensões necessárias ao trabalho extrativista que realizam. O que não só as livraria das taxas que pagam a muitos dos proprietários de terras onde realizam a cata, o que solapa parte considerável de sua renda, como também permitiria a essas trabalhadoras uma área contínua e centralizada onde pudessem realizar seu trabalho sem ter que dar voltas ao redor dos muros dos condomínios fechados ou percorrer grandes distâncias para garantir a cata de certa quantidade de frutos que lhes garantam sua sobrevivência.

Outra importante ação da administração pública que poderia ser efetivada tanto na esfera estadual como na da administração municipal como forma de amenizar as vicissitudes que vem sendo impostas ao modo de vida e trabalho das comunidades locais pela ação do Estado-capital, é que a produção das catadoras de mangaba seja viabilizada a partir da compra de parcela dos derivados do beneficiamento dos frutos locais por parte das prefeituras e do governo do estado, sobretudo, para o uso na merenda escolar, demanda antiga pela qual catadoras de todo o litoral sergipano tem lutado ao longo da última década.

Pudemos constatar durante as entrevistas que, mesmo que uma série desses produtos do beneficiamento das frutas da restinga sergipana seja produzido na unidade de beneficiamento de Capuã, apenas os bolinhos de mangaba já tem a compra garantida pela prefeitura de Barra dos Coqueiros para serem usados na merenda escolar no ano de 2017. Ação que, por sinal, a prefeitura não realizava anteriormente. Enquanto isso, outros produtos como os biscoitos, a geléia e as balas, que também poderiam fazer parte da merenda escolar, são ignorados. Já quanto à ação da administração estadual, o que constatamos é que esta não só jamais demonstrou qualquer tipo de interesse pelos derivados dos frutos da restinga produzidos pelas comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros, como também não promove nenhum outro tipo de incentivo a essas trabalhadoras.

Outra mediação bastante simples que poderia ser realizada pelo executivo municipal de Barra dos Coqueiros, e que pelo que constatamos nas entrevistas é uma demanda essencial para as catadoras, podendo resultar em consideráveis melhorias ao processo de subsistência e autonomia das mulheres mangabeiras, seria o auxílio para que elas divulgassem seus produtos em feiras e eventos, como, aliás, já o fazem, com muita dificuldade. Além disso, as catadoras também esperam que a Prefeitura de Barra dos Coqueiros destine um local na área central e comercial do município onde elas - que tem grande dificuldade para comercializar seus produtos por conta da localização de sua unidade de produção, que é também local de comercialização – pudessem divulgar e vender sua produção, criando com isso novas possibilidades de amenizar minimamente as mazelas que o processo de expansão urbana em curso vem causando aos povos tradicionais do espaço agrário do município.

Por fim, destacamos não uma medida mitigadora ou amenizadora que o Estado pode ou não tomar na esfera de sua discricionariedade, mas, o necessário cumprimento de sua obrigação, em suas diversas esferas de administração, que é o de prevenir, fiscalizar, coibir e punir o descumprimento das leis que protegem não só as mangabeiras e as catadoras em sua atividade patrimonial e como grupo culturalmente diferenciado, como também em um aspecto mais amplo, o cumprimento de toda a legislação protetiva aos recursos naturais e à população do espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros, em sua organização cultural e socioespacial. Obrigação Constitucional do Estado que, não pode em sua funcionalidade ao capital agir de forma contrária ou omitir-se frente à precarização, expropriação e exclusão dos cidadãos das mínimas condições que lhes permitam sua reprodução social e econômica.

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. (MARTINS, 2002, p.10).

É nesse sentido que, no intuito de discutir métodos de enfrentamento por parte das comunidades tradicionais e ações mediadoras por parte do Estado em relação ao modelo de expansão urbana em curso no município de Barra dos Coqueiros, que buscamos analisar formas de fortalecer a luta pela autonomia e permanência desses sujeitos sociais no espaço agrário do município, a partir de antigas demandas das próprias comunidades, vitimadas tanto

pela ação quanto pela ausência do Estado, amplamente funcional ao capital em todas as facetas de sua estrutura.

Todas as possibilidades analisadas nesse estudo, tanto no que se refere à resistência das comunidades, quanto no que se refere às suas demandas ao poder público, são apenas parte de uma grande possibilidade de ações que ainda podem ser estudadas e sugeridas em outras pesquisas, pois, não só as sugestões certamente não estão esgotadas no tempo presente, uma vez que diferentes pesquisadores trabalhando com diferentes métodos e olhares podem constatar e sugerir distintas formas de ação. Como também, no desenrolar do tempo histórico diferentes conjunturas podem se apresentar em algumas das relações estabelecidas, - por mais que a estrutura das relações de classe tenda a permanecer a mesma - o que enseja continuamente novas e fundamentais análises e constatações.

Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa constatamos o quanto o processo de produção do espaço inscrito na lógica da expansão da acumulação de capitais tem promovido, a partir de ajustes espaciais e em multideterminações estabelecidas na ação de conjunção do Estado ao capital, uma série de (medi)ações e ingerências no espaço agrário e na estrutura cultural e social de trabalho e produção dos povos tradicionais do município e Barra dos Coqueiros/SE. Dessa forma, observamos no transcorrer de nossos estudos uma entre as distintas facetas em que se estabelece a relação de exploração e apropriação do espaço e da autonomia do camponês pelo capital financeiro, relação estabelecida na luta de classe, através da qual a burguesia solapa continuamente à classe trabalhadora na cidade e também no campo.

Verificamos inicialmente que a própria formação histórica do espaço agrário do município, na qual dezenas de famílias de catadoras eram obrigadas devido às limitações de suas áreas próprias, a praticar o extrativismo da mangaba e demais frutos locais em terras de terceiros, já provocava históricos conflitos dessas comunidades com os proprietários de terras no município. Assim, a contradição entre a propriedade legal da terra *versus* o uso legítimo se materializa na realidade observada empiricamente nesse recorte territorial de forma latente, precarizando os sujeitos sociais que dependem do extrativismo para sobreviver e que se submetem muitas das vezes por conta dessa distribuição desigual entre propriedade e uso da terra a condições degradantes para continuar exercendo sua atividade patrimonial.

As condições de trabalho e de vida das comunidades tradicionais, mesmo sendo historicamente desiguais em sua relação com os proprietários de terras, permitiam ainda às catadoras o acesso, mesmo que com limitações, aos meios de produção, - às mangabeiras, cajueiros, muricizeiros e cambuizeiros – o que lhes garantia sua permanência no espaço agrário do município e até mesmo sua autonomia enquanto famílias camponesas. Todavia, desde meados da década passada e mais especificamente com a construção da Ponte Aracaju – Barra dos Coqueiros no ano de 2006, o violento processo de especulação imobiliária e expansão urbana que vem se reproduzindo no município tem colocado em sério risco a manutenção das comunidades tradicionais locais em seu espaço agrário, devido ao forte assédio do capital financeiro, sobretudo, a partir do mercado imobiliário, em franca expansão

na Península de Santa Luzia, o que vem reduzindo ano após ano e de forma preocupante o total de áreas disponíveis para as atividades extrativistas no município.

O processo de produção do espaço segundo os ajustes espaciais do modo capitalista de produção e consumo ocorre tanto em razão das belezas naturais locais, que proporcionam um cenário ideal para o turismo de sol e praia e que também tem caracterizado a lógica das segundas residências no município, quanto pela supressão do tempo a partir da produção do espaço, possibilitado justamente pela construção do supracitado equipamento urbano que, em conjunção a todos os outros investimentos e iniciativas do Estado tem proporcionado as melhores condições para a ação do capital financeiro.

Frente ao potencial cênico natural de Barra dos Coqueiros, os capitalistas individuais tem conseguido auferir altos índices de renda diferencial urbana na comercialização das terras no município. Estes, agregados ao *valor* intrínseco ao próprio processo de produção do espaço realizado pelo Estado e pela iniciativa privada, o qual agrega valor ao que já seria auferido unicamente pelos fatores diferenciais de renda da terra, possibilitam a retirada de lucros extraordinários por parte do capital financeiro, possíveis tão somente graças às mediações estatais.

Observamos então que, a despeito dos conflitos históricos já existentes, é o processo atual de produção do espaço que se materializa na atualidade no município de Barra dos Coqueiros, integrante da lógica universal da expansão sociometabólica do capital e mediado pelo Estado, que tem causado todo o cenário de perspectiva de expropriação territorial e de intensificação da precarização do trabalho, o qual podemos verificar no decorrer da pesquisa.

Analisar e expor a produção do espaço (um conceito teórico e uma realidade prática), significa elegê-la como um momento da sociedade atual, isto é, como uma reveladora dessa mesma sociedade que permita apreendê-la como totalidade. Momento onde, por meio de uma agudização extrema da contradição, é possível visualizar seu fim, a possibilidade de sua superação. Não somente caracterizar o espaço que vivemos em sua gênese, mas reencontrar, através do e pelo espaço produzido, a gênese da sociedade atual. (OSEKI Apud MARTINS, 1996, P. 111).

Assim, se faz necessário compreender como se estabelece o processo de produção do espaço a partir da ação do Estado-capital, não só para identificar as relações sociais e como se desenvolvem no âmago da sociedade capitalista, como também para fornecer os subsídios necessários para o processo de resistência e permanência dos sujeitos sociais por ele atingidos.

Para além de compreender o processo de produção do espaço é necessário também analisar o posicionamento e as perspectivas dos sujeitos sociais envolvidos e atingidos por esse processo, para melhor traçar metas que nos permitam sugerir uma prática social transformadora. Dessa forma, concluímos a partir das entrevistas que os moradores do espaço agrário do município observam que as intervenções causadas pelo poder público e pela iniciativa privada lhes têm sido em geral prejudiciais, como também observam que a ação do Estado, em suas obras e investimentos tem se dado, sobretudo, na perspectiva de fomentar a exploração da área pelas construtoras e incorporadores do mercado imobiliário. Deixando assim de agir em benefício das comunidades tradicionais locais, ou agindo com a intenção de precarizá-los ainda mais, a partir do processo de expropriação institucional em curso, que se dará com a substituição da cobrança do ITR pelo IPTU no espaço rural de Barra dos Coqueiros, a partir da demarcação dos novos perímetros urbanos.

Todo o cenário que se estabelece impõe, portanto, que as comunidades tradicionais locais tenham que buscar novas formas de garantir sua sobrevivência, além de sua permanência na terra, que é sua condição de vida e trabalho. Nesse sentido, entre as estratégias das quais dispõem, uma das mais utilizadas e também mais perigosas é submeter-se ao assalariamento, via de regra, no espaço urbano, a partir do trabalho acessório que lhes leva à perda parcial de sua autonomia enquanto camponês. Estratégia utilizada, entretanto, no intuito de manter-se na terra e de garantir para as gerações futuras a posse de sua terra de trabalho e de produção e com isso a manutenção das relações patrimoniais que mantém com a natureza e entre si mesmos.

Como constatamos durante a pesquisa, sua resistência pode assumir ainda outras nuances no que se refere às estratégias utilizadas. O que, no entanto, depende necessariamente da compreensão por parte dos sujeitos sociais das relações que permeiam o processo em curso. Algo que se só se materializará a partir de uma visão da realidade em sua totalidade, sobretudo, através de subsídios teóricos que lhes garantam um direcionamento em suas ações e a conquista de uma consciência que lhes permita estar unidos, organizados e articulados politicamente, com demandas definidas e caminhos traçados para alcançá-las. Ou seja, vendo a si mesmos como camponeses que lutam para permanecer no campo, mas, sobretudo, como integrantes da classe trabalhadora que no campo e na cidade tem que lutar contra a exploração e a precarização imposta pela classe dominante, a partir da compreensão da irreconciliabilidade intrínseca entre os interesses da classe que trabalha e de fato produz e a classe que explora a força

de trabalho de outros para acumular riqueza às custas de baixos salários e de condições de trabalho degradantes para os primeiros, ou seja, seguindo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

A consciência e a coerência nas ações são então conquistadas a partir da união que permite superar determinadas barreiras entre diferentes grupos, os quais identificarão que suas lutas são as mesmas, pois se estabelecem contra um mesmo processo, que é o da expansão da acumulação capitalista em seus ajustes espaço-temporais. No caso específico das comunidades tradicionais camponesas, sua luta não é “apenas” a luta pela propriedade de sua terra enquanto indivíduos, é a luta pelo espaço, pelo modo de vida e pela cultura. Compreendendo isso terão mais força para resistir às investidas do capital em uma área onde a tendência para muitos desses sujeitos sociais é a da expropriação e da marginalização, caso não haja nenhum tipo de mobilização para enfrentar o processo em curso.

Barra dos Coqueiros, que é também dos cajueiros, dos muricizeiros, dos cambuizeiros, das mangueiras e, sobretudo, das mangabeiras, está se tornando a Barra dos condomínios, dos clubes e casas de veraneio. Com isso também não está sendo mais a Barra das catadoras de mangaba, das marisqueiras e das comunidades que ali habitam há gerações, vem se convertendo na Barra de uma nova demanda populacional, na Barra das construtoras e incorporadoras, ou seja, do capital financeiro em suas multideterminações mediadas pelo Estado. Dessa forma, cabe a nós pesquisadores não somente identificar, mas, tentar de alguma forma agir para alertar e dar o subsídio necessário a esses sujeitos sociais em suas lutas. Sujeitos esses violentados pela lógica desumana do modo capitalista de produção em sua busca contínua por adiar o prólogo de sua crise estrutural. Lógica essa que se estabelece a partir da expansão da acumulação e em oposição à luta contínua do camponês para permanecer na terra e garantir a sua autonomia.

Finalmente, esperamos que dentro da leitura de mundo e de local à qual nos propusemos, da análise do processo de produção do espaço na lógica do Estado-capital, do estudo das relações de classe estabelecias no Estado neoliberal e da leitura sobre as demandas das comunidades tradicionais que nos propusemos a realizar, que essa pesquisa possa ser útil, não apenas para as ações das comunidades tradicionais em sua luta por autonomia e permanência, como também para futuros pesquisadores que busquem abordar, dentro ou não do recorte territorial aqui estudado, as relações que tentamos desvendar e analisar no decorrer dessas páginas.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724:2011**. São Paulo, 2011.
- BARRA DOS COQUEIROS. **Plano Diretor de Barra dos Coqueiros**. Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, 2009.
- BEZERRA, Marina F. Lelis; SODRÉ, Maria L. da Silva; BRITO, Jane V. dos Santos. **Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros: mães e filhas do fruto desta terra**. I SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.
- CARLOS, A. Fani. A. **A Cidade**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1994.
- CARLOS, A. Fani. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. Fani. **Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. (Edição Eletrônica).
- CARLOS, A. Fani. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A. Fani. **O Turismo e a Produção do Não-Lugar**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARLOS, A. Fani. **São Paulo Hoje: As Contradições no Processo de Reprodução do Espaço**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 2001.
- CAVALCANTI, Márcia M. **O Fetiche do Consumo Como Agente de Reprodução do Não-lugar**. Revista Eletrônica de Turismo, UFPB, Dez, 2004.
- CHAYANOV, Alexander. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. Eisforia (UFSC), Florianópolis/SC, v. 02, n. 02, p. 79-91, 2004.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital**. Revista Okara: Geografia em Debate, V.1, n.1, p.77-100, João Pessoa, 2007.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo nos Discursos nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo: Prática Social de Apropriação e de Dominação de Territórios**. In.: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. CLACSO, América Latina: cidade, campo e turismo. Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006.

COSTA, J. J.; SANTOS, M. A.; MENEZES, A. V. C. **As Intervenções do Estado na Construção do Espaço do Município de Barra dos Coqueiros/Se 1980-2000**. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 2007, FLORIANÓPOLIS. SBPC-Livro Eletrônico 58aRA-UFSC, 2007. v. 58.

CUENCA, Manuel A. Gutiérrez; MANDARINO, Diego Costa. **Realocação Espacial da Cocoicultura nos Principais Municípios Produtores do Estado de Sergipe; 1990, 1995, 2000 e 2005**. Documentos Embrapa. Aracaju, 2008.

DOURADO, José A. L. **Modernização da Agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. Dissertação de Mestrado. UFGO, Catalão, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AAGROPECUÁRIA. (EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS). **Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju, 2009.

FERREIRA, Francismar C. **A Produção Imobiliária e a Renda da Terra: estudo de alguns casos na Região Metropolitana da Grande Vitória**. Monografia de Bacharelado. UFES, Vitória, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Hucitec, São Paulo., 1980.

HARVEY, David. **Breve Historia del Neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo: Acumulação Por Espoliação**. Biblioteca Clacso, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf> Acesso em 16/04/2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo demográfico, 2010**.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. 25ª edição. Editora brasiliense, 1981

LEAL, Suely M. Ribeiro. “**Cidades Rebeldes**” e **Direito à Cidade**. XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

LEFEBRVE, Henry. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª Edição

LEFEBRVE, Henry. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions. Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBRVE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBRVE, Henry. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBRVE, Henry. **Estrutura Social: a reprodução das relações sociais**. In: FORACCHI, Maria Mencarini; MARTINS, Jose de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LÊNIN, Vladimir I. U. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LÊNIN, Vladimir I. U. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÉVI-BRUHL, Lúciën. **A Teoria Do Estado Em Hegel**. Princípios, Revista de Filosofia, 2013.

LIMA, Vilma T. de A. **No Contorno da Serra: campesinato, cultura e turismo em Guaramiranga/CE**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2010.

LOSANO, Aracy Fontes et al. **Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Maikai Residencial Resort**. Consentre Consultoria Ambiental, Aracaju, 2009. Disponível em: <<http://www.adema.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=45>> Acesso em: 19 de novembro de 2014.

LUNA FREIRE, Renato C. B. de. **Esboçando Olhares: O pensamento marxista sobre a teoria de renda da terra e a comercialização capitalista de moradias**. In: XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. *Resumos e Programação do XI Encontro Regional de História*, 2006.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 1998.

MARTINEZ, V. C. **Leis de Fábrica: Não Houve um Renascimento Jurídico**. 2013 Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26268/estado-moderno/7>> Acesso em: 20/08/2016.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Henry Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

MARX, Karl. **A Origem do Capital: a acumulação primitiva**. 2ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1977.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. J. Barata-Moura e E. Chitas. Edições Avante, 2ª Ed. 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1 – O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. vol. VI. Trad. Reginaldo Sant'anna. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MEIRA, V. M. C. ; SOUZA, Suzane Tosta. **Mobilidade do trabalho camponês em Barra Nova/BA: subsumção e resistência ao capital**. In: I Encontro Baiano de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB, 2013, Vitória da Conquista. Anais do I Encontro Baiano de Geografia e XI Semana de Geografia da UESB, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MIRANDA, Orlando; PONTES FILHO, Ivaldo. **ORM Política Operária; Curso Básico**. Salvador: Polop, 2010. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Curso-B%C3%A1sico-da-ORM-PO.pdf>. < Acesso em: 25 de Dezembro de 2016 >.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica - O saber posto em questão**. 1º ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, Aline C. **E Cadê o Camponato que Estava Aqui?** A transformação do território no Vale do Rio São Marcos, a partir da Hidroelétrica Serra do Falcão. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, Regional de Catalão, Departamento de Geografia, 2014.

NASCIMENTO, Carlos A; ALMEIDA Luiz C. T. de. **Propriedade Camponesa: Terra de Vida e Trabalho**. IV Fórum Identidades e Alteridades: Educação e Relações Etnicorraciais, UFS, Itabaiana, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução Referente à Ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia agrária. São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, N.15 (43), 2001.

OSEKI, Jorge Hagime. **O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço**. In Martins, José de Souza (Org.). Henry Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PANIAGO, M. C. S. **Estado e Capital, em Mészáros: relação de autonomia ou de complemento?** II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. 2005

PAULINO, Eliane T; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo** / Eliane Tomiasi Paulino e Rosemeire Aparecida de Almeida.1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro. Graal, 1985.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIBEIRO, S. Cardoso, SOUZA, A. B. de e BESERRA, T. M. A. C. **Características Socioambientais no Município de Barra dos Coqueiros/Se**, Caderno de Cultura e Ciência - I Simpósio de Geografia Física do Nordeste - Universidade Regional do Cariri, Laboratório de Análise Geoambiental / Departamento de Geociência – Crato, 2007.

SANTOS, Jane Velma dos. **O Papel das Mulheres na Conservação das Áreas Remanescentes de Mangabeira (*Hancorniaspeciosa Gomes*) em Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Agrossistemas, UFS. São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Max A. Nascimento. **A Ponte Sobre o Rio Sergipe: Metamorfoses Paisagísticas, Territoriais e Sócio-Geográficas no Município de Barra dos Coqueiros/SE**: São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2008.

SANTOS, Priscila P. **Entre a Casa de Praia e o Imobiliário Turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Telma B. B. **Turismo e Campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS FILHO, João dos. **Questões teóricas expressam riqueza e pobreza no debate epistemológico do fenômeno turístico: Uma ciência em construção.** Parte I. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Visitantes/Desktop/Qualifica%E7%E3o/Riqueza%20e%20Pobreza%20no%20turismo.htm>. <Acesso em: 28 de Dezembro 2015>.

SARMENTO, Daniel. **A Garantia do Direito à Posse dos Remanescentes de Quilombos Antes da Desapropriação.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.cpis.org.br/acoes/upload/arquivos/AGarantiadoDireitoaPosse_DanielSarmiento.pdf> Acesso em 28 de Dezembro de 2016.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; CARDOSO, Luís F. C. e. **Movimento das Catadoras de Mangaba: a conquista de uma identidade.** Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. Florianópolis, 2010.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A Insurreição do Uso.** In Martins, José de Souza (Org.). Henry Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SERGIPE. **Decreto nº 12.723 de 20 de janeiro de 1992.** Institui a Mangabeira como Árvore Símbolo do estado de Sergipe, e dá Providências Correlatas.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista Nera, Ano 8, n.7, Presidente Prudente, 2005.

SHANIN, Teodor. **El Campesinado Como Factor Político.** In La Clase Incómoda. Sociologia política do campesinato en una sociedad em desarrollo (Rusia 1910-1925), Anexo A, [publicado originalmente em The Sociological Review, vol. xiv (1966), núm.1]. Madri, Alianza Editorial. pp. 274-298.

SILVA, O. T. **Renda Fundiária ou Valor da Terra?** Aportes sobre o debate em torno da produção do espaço urbano. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, p. 97-116, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUGAI, Maria Inês. **Ações do Poder Público na Produção da Segregação Espacial Urbana:** Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

THEVENIN, Julien M. R. **Mercantilização do Espaço Rural Pelo Turismo: uma leitura a partir do município de Cairu-BA.** Dissertação de Mestrado, PPGeo-UFS, São Cristóvão, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Trabalho e Territórios em Disputa: algumas considerações.** In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). Campesinato e Territórios em Disputa. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 327-352.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Cidades Ingovernáveis? Ensaio Sobre o Pensamento Harveyano Acerca da Urbanização do Capital.**(185 – 190). In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Orgs.) Panorama da Geografia Brasileira. Volume I. São Paulo: ANPEGE /Annablume, 2006.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo, Nobel, 1998.

Fontes da Internet

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. Governador visita obras de resort que funcionará na Barra dos Coqueiros. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/governador-visita-obras-de-resort-que-funciona-na-barra-dos-coqueiros>>. Acesso em: 07 de Maio de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL (ABRAMPA). MPF/SE Ajuíza Ação Contra Projeto de Complexo Hoteleiro na Barra dos Coqueiros. <Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/site/index.php?ct=conteudoEsq&id=354&modulo=N_OT%20C3%8DCIA>. Acesso em 21 de Dezembro de 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM. Disponível em: <<http://www.der.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=442>>. Acesso em 12 de Abril de 2016.

ESCOLA DE GESTORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Práxis**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufms/.../praxis.pdf>>. Acesso em: 07 de Janeiro de 2017.

GONZALES, Amelia. As mulheres de Sergipe e as mangabas: quando o desenvolvimento pode ser sustentável. Disponível em <<http://blog/nova-etica-social/post/mulheres-de-sergipe-e-mangabas-quando-o-desenvolvimento-pode-sustentavel.html>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2015.

JORNAL DA CIDADE. Disponível em <<http://www.jornaldacidade.net/imprimir/248/50959>>. Acesso em 09 de Fevereiro de 2016.

JORNAL DA CIDADE.NET. Mercado Imobiliário Avança em Direção às Praias. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/morar-bem-leitura/71092/mercado-imobiliario-avanca-em-direcao-as-praias.html#.VmNQALiDGkp>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2015.

MANGIERI CORRETOR DE IMÓVEIS. Disponível em <www.mangiericorretordeimoveis.com.br>. Acesso em 11 de Julho de 2016.

MARXISTS.ORG. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/12.htm#tr64>. Acesso em 09 de dezembro de 2016.

SITE A8. Disponível em: <<http://a8se.com/sergipe/noticia/2011/06/18364-resort-fecha-por-cao-de-dividamionaria.html>>. Acesso em 12 de Maio de 2016.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Geografia

A Ação do Estado-Capital na Produção do Espaço e a Expropriação das Comunidades Tradicionais no Município de Barra Dos Coqueiros/Se

Pesquisador: Luiz André Maia Guimarães Gesteira

Pesquisa de Campo

Perguntas e Direcionamentos das Entrevistas com os Moradores do Espaço Agrário do Município de Barra dos Coqueiros/SE

Informações Iniciais

Nome:

Idade:

Sexo:

Local de Nascimento:

Local de Moradia:

1ª Fase da Entrevista

1 - Como você avaliava o processo de expansão urbana e apropriação territorial, por parte do mercado imobiliário no município de Barra dos Coqueiros e quais as consequências que esse processo tem provocado em sua vida?

2- Como você avalia a ação do Poder Público, sobretudo da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, na área dos povoados do município?

2.1 Você observa que as necessidades básicas e demandas das comunidades têm sido atendidas?

2.2 Você observa que as demandas das construtoras, incorporadoras e grupos ligados ao turismo têm sido atendidos?

3- Você tem conhecimento sobre o novo zoneamento municipal, que defini as áreas dos povoados de Olhos D'água, Capuã e Jatobá como perímetros urbanos, conforme está exposto nas placas?

3.1 Você tem conhecimento sobre o que representa essa nova demarcação, no que se refere à implantação da cobrança da taxa de IPTU?

4 – Você poderia falar como tem ocorrido a relação e as perspectivas das comunidades locais com a chegada desses novos condomínios e desse novo contingente de moradores? Você acredita que a construção desse grande número de condomínios tem atrapalhado ou atrapalhará em algo as relações de trabalho das comunidades locais?

2ª Fase da Entrevista

1 – Além do trabalho na terra, seja através do extrativismo, da agricultura ou da pesca, você desempenha alguma atividade remunerada, na cidade ou na área rural do município?

1.1 Você apenas desempenha atividades remuneradas, sem desenvolver nenhum tipo de trabalho em suas terras ou o extrativismo ou a pesca?

2 – Quais os motivos que levaram você a exercer também trabalho remunerado?

- a) Por motivos de sobrevivência, pois consegue uma melhoria em sua renda com esse tipo de atividade em relação à obtida com o trabalho na terra.
- b) Pela falta de opções de trabalho no espaço agrário do município.
- c) Pelo fato de as condições de trabalho no campo serem difíceis e não haver nenhum tipo de incentivo do poder público para ajudá-lo a trabalhar apenas na terra.

3 - Você gostaria de deixar no futuro o Povoado em que vive e migrar para outras localidades?

- a) Não. Somente em caso de extrema dificuldade.
- b) Não teria problema caso houvesse condições melhores em outro lugar.